

Departamento de História

**O ULTIMATO DE 1890 E O NACIONALISMO PORTUGUÊS DE  
FIM DE SÉCULO**

Miguel Sérgio da Costa Ferreira de Monteiro de Barros

Trabalho de projecto submetido como requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestre em História, defesa e Relações Internacionais

Orientador:  
Doutor Carlos Manuel Mendes Dias, Tenente-Coronel  
Academia Militar

Setembro, 2011

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço especialmente ao meu orientador, Tenente-Coronel Carlos Manuel Mendes Dias, que de facto me orientou, encontrando-se sempre disponível para efectuar comentários pertinentes que me colocavam no caminho certo.

Agradeço aos meus amigos, especialmente à Elsa, ao Manuel Francisco, ao Henry e ao João Botelho, que me ouviram, criticaram e puseram em causa muitas das minhas ideias, fazendo-me reflectir mais profundamente.

## **RESUMO**

Com este trabalho pretende-se analisar um momento traumático da história portuguesa, o ultimato inglês de 1890, vendo de que forma esse acontecimento marcou o sentimento nacional da época e quais as suas consequências ideológicas duradouras. Apesar de não ter inaugurado o nacionalismo popular em Portugal, cujas origens devem ser procuradas nas comemorações camonianas de 1880, foi um ponto-chave desse tipo de manifestação nacionalista. Para entendermos como se chegou a esse ponto efectuámos uma análise da construção da nação portuguesa e dos sentimentos nacionais a ela ligados desde a Idade Média. Acreditamos que processos como os que são aqui descritos se inscrevem no tempo longo da história, pelo que defendemos a noção de nação orgânica. Quanto ao sentimento nacional que apelidamos de nacionalismo, cremos que nasceu político, resultante do liberalismo e do capitalismo industrial, contrapondo-se ao patriotismo, seu predecessor na história das nações.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Nação; *nacionalismo*; crise; *identidade*.

## **SUMMARY**

We hope to accomplish, with this work, the analysis of a traumatic event in the Portuguese history, the British ultimatum of 1890. We intend to see how it influenced the national feeling at the time and its ideological consequences over time. The ultimatum doesn't constitute the beginning of popular nationalism, whose roots must be searched in the commemorations of the Camões tricentenary in 1880, but is a key-point of that type of nationalism. To understand it, we analysed the building of the Portuguese nation as well as the correspondent national feeling from the Middle Ages on. We believe that the processes as described here are a fundamental part of the pattern of history, and that's why we defend the notion of an organic nation. As for the national feeling we call nationalism, we believe it is political from its origins, a result of liberalism and industrial capitalism, in opposition to patriotism, its predecessor in the history of nations.

## **KEY-WORDS**

Nation; *nationalism*; crisis; *identity*

<b>ÍNDICE</b>	<b>iii-iv</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>1-4</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	<b>5</b>
1.1. Metodologia	<b>5-7</b>
1.2. Relação com o Estado da Arte	<b>7-10</b>
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>O PROCESSO DE FORMAÇÃO DAS NAÇÕES NO OCIDENTE EUROPEU</b>	<b>11</b>
2.1. A proto-história da nação	<b>11</b>
2.2. O período da formação	<b>11-15</b>
2.3. O período liberal (1789-1914)	<b>15-16</b>
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>PORTUGAL, NAÇÃO ANTIGA?</b>	<b>17</b>
3.1 A Idade Média: dos primórdios à maioridade	<b>17-20</b>
3.2. O período da expansão marítima – missão divina/missão nacional	<b>20-21</b>
3.3. 1580-1640. Retrocesso?	<b>21-22</b>
3.4. O período de consolidação da monarquia absoluta	<b>22-24</b>
3.5. O período pombalino	<b>24-27</b>
3.5.1. Tudo ou nada mudou?	<b>27-28</b>
3.6. O início do fim do Antigo Regime	<b>28-29</b>
3.7. O período liberal	<b>29-35</b>
<b>CAPÍTULO IV</b>	
<b>NACIONALISMO</b>	<b>37-39</b>
4.1. Política e cultura na génese do nacionalismo	<b>39-40</b>
4.2. Os factores de mudança	<b>40-42</b>
4.3. Identidade nacional moderna	<b>42-43</b>
4.4. As fases do nacionalismo	<b>43</b>
4.4.1. A fase legal	<b>43-44</b>
4.4.2. A fase emocional	<b>44-45</b>
4.4.3. A fase popular	<b>45-46</b>
4.5. Nacionalismo versus movimentos internacionalistas	<b>46-48</b>

## **CAPÍTULO V**

<b>O SENTIMENTO NACIONAL EM PORTUGAL</b>	<b>49-50</b>
5.1. Os primórdios	50-51
5.2. 1383-85	51-52
5.3. 1580-1640	52-54
5.4. 1807-1820. O surgimento do nacionalismo em Portugal – a fase emocional	54-56
5.5. 1820-1880. A fase legal	56-57
5.5.1. Povo e nação	57-59
5.5.2. 1850-1880. Consolidação e viragem.	60
5.5.3. O alargamento da cidadania efectiva	61
5.6. 1880-1945. A fase popular	61
5.6.1. O vínculo emocional	61-62
5.6.2. Os factores de mudança	62-64
5.6.3. Ambivalência	64-65
5.6.4. A difusão do nacionalismo popular	65-66
5.6.5. O papel do movimento republicano	66-70
5.6.5.1. O momento iniciador: as comemorações camonianas	70-71
5.6.5.2. Contribuição duradoura	72-73
5.7. O papel do Estado	73-74
5.8. O papel da Igreja	74-76
5.9. A contribuição da História	76-77

## **CAPÍTULO VI**

<b>O ULTIMATO</b>	<b>79</b>
6.1. O contexto internacional	79-81
6.2. Os acontecimentos precipitadores	81-84
6.3. O ultimato e o nacionalismo popular	84-88

<b>CONCLUSÕES</b>	<b>89-94</b>
-------------------	--------------

<b>FONTES</b>	<b>95</b>
---------------	-----------

<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>96-100</b>
---------------------	---------------

<b>CV</b>	<b>I-II</b>
-----------	-------------

## INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende demonstrar que o fenómeno do nacionalismo em Portugal acompanha, com algumas adaptações, mas sem atrasos significativos, a evolução geral verificada noutras nações do ocidente europeu.<sup>1</sup>

O nacionalismo enquanto ideologia não surgiu do nada. Sendo, na sua génese revolucionária<sup>2</sup>, essencialmente político, como veremos no desenvolvimento deste trabalho, deve também muito à cultura nacional que foi sendo edificada desde a Idade Média nos países do Ocidente europeu<sup>3</sup> e ao sentimento nacional que o precedeu, o patriotismo.

Esta cultura nacional foi sendo vertida, ao longo dos decénios e dos séculos, das elites para os restantes grupos sociais, num lento processo de sedimentação<sup>4</sup>. Este sofreu uma grande aceleração a partir de meados do século XIX, alargando-se a sua difusão e transformando-se num fenómeno de massas, possibilitado pelas novos meios de comunicação então existentes, desenvolvendo-se uma integração geográfica e cultural mais eficiente que a dos séculos precedentes.

Tentar explicar o fenómeno do nacionalismo sem analisar o processo de construção das nações seria uma tarefa impossível. É por isso que dedicamos uma parte significativa deste trabalho a fazê-lo. Aqui, deparámo-nos com questões como qual o papel do Estado e das elites intelectuais na forja das nações e o que teria surgido primeiro – o Estado ou a nação.

O que é uma nação? Em 1882 Renan caracterizou-a como um plebiscito de todos os dias. Todavia, no pensamento político português (e não só!) dificilmente se encontra uma definição redutível às duas explicações-tipo que, actualmente, fazem doutrina: a que vê a modernização das organizações políticas como um percurso, mais longo ou mais curto conforme os casos, *from State to Nation*; e aquele outro, que teria seguido direcção inversa: *from Nation to State*. No caldo das experiências históricas, ambas as concepções se misturam, pelo que importa saber em que doses.<sup>5</sup>

---

<sup>1</sup> Baycroft, Gellner, Calhoun, Smith, Thiesse, Hroch, ...

<sup>2</sup> Referimo-nos aqui à Revolução Francesa e às revoluções liberais em geral.

<sup>3</sup> Smith, Anthony D. (1997), *A Identidade Nacional*, Gradiva, Lisboa, pp. 9 e 10.

<sup>4</sup> Idem, p. 83.

<sup>5</sup> Catroga, Fernando (2010), “Em nome da Nação”, em Catroga, Fernando e Pedro Tavares de Almeida (coord.), *Res publica: Cidadania e Representação política em Portugal, 1820-1926*, Lisboa, Assembleia da República e Biblioteca Nacional de Portugal, p. 34.

Defendemos uma tese orgânica<sup>6</sup>, “natural”, em que os dois elementos, Estado e nação, se foram conjugando, cada um deles influenciando o outro, num devir longo e complexo, até desembocar no Estado-nação.

Também em Portugal, nos finais do século XIX, mercê das novas condições políticas e culturais tornadas possíveis pelo liberalismo e pela industrialização, ocorreram mudanças significativas ao nível da identidade e do sentimento nacionais, dando-se o aparecimento do nacionalismo popular (ou de massas), constituindo o ultimato inglês de 1890 um seus dos pontos marcantes.

Verificámos que não poderíamos entender este nacionalismo popular sem analisarmos o papel fundamental que as elites intelectuais republicanas tiveram na sua génese e desenvolvimento posteriores. E se o ultimato não constituiu, de facto, o início deste tipo de nacionalismo em Portugal, que deve ser procurado nas comemorações camonianas de 1880, ele não foi, também, um mero episódio no processo de construção do nacionalismo português contemporâneo.

O ultimato de 1890 constituiu um momento chave, já que a fraqueza de Portugal no contexto internacional da época foi exposta, não só às elites, mas também a uma parte substancial da população portuguesa, tentando-se encontrar soluções, algumas pensadas no calor do momento<sup>7</sup>, outras com maior substância. Esperamos provar que, ao constituir um momento traumático da existência colectiva, deixou uma marca indelével, com consequências significativas para o futuro, a mais importante das quais foi a inclusão do império no discurso nacionalista popular, da I República ao Estado Novo<sup>8</sup>.

---

<sup>6</sup> “Since the time of Aristotle we have understood that cultures are very much like people: they are conceptualized as organic units that work or don’t work, that falter or grow. Just as physical bodies respond to wellness, societies become healthy, sick, productive and moribund. They are autonomous, prior, and persistent, and defined at their borders where they are contested and challenged.” Napier, David (Março 2011), “And Keep your bolt cutters off my bike”, *Le Monde Diplomatique* (1103), English Edition, pp. 14 e 15.

<sup>7</sup> Como as subscrições para a compra de material de guerra para enfrentar a Inglaterra, surgidas nos dias imeditamente posteriores ao ultimato. Os aspirantes da marinha, querendo exacerbar o espírito patriótico dos portugueses, resolveram promover uma subscrição nacional para a compra de um navio de guerra, que pretendiam se chamasse *Viriato*. O jornal em que é publicada esta notícia aplaude a ideia, e aceita a sugestão de se tornar o principal instrumento dessa subscrição. Cf. *Diario Illustrado*, 16 de Janeiro de 1890.

<sup>8</sup> “Houve continuidade ao nível da ideologia predominante. O Estado Novo tem sido justamente caracterizado pelo ultra-nacionalismo profundamente colonialista, mas convém não esquecer que esta tinha sido a imagem de marca do republicanismo português desde a crise colonial do *ultimatum* de 1890, e fora fundamental no crescimento da popularidade do PRP.” Reis, Bruno Cardoso (2011), “Da Nova República Velha ao Estado Novo (1919-1930), A procura de um

Esta dissertação compreende 6 capítulos. O primeiro trata da metodologia aplicada e da relação do assunto com o estado da arte.

O segundo e terceiro capítulos dizem respeito à construção da nação no Ocidente europeu e em Portugal, dentro da perspectiva, já por nós acima referida, de que se tratou de um processo orgânico. Fornecemos um enquadramento genérico no que se refere ao Ocidente.

Para o caso português, preocupámo-nos em analisar todos os principais passos dados nesse sentido desde a Idade Média, com particular ênfase para momentos chave, em que a existência da nação parecia estar a ser posta em causa ou, pelo contrário, parecia estar a cimentar-se.

Justificámos a nossa escolha de 1383-85 com a obtenção da maioria (valendo-nos aqui, claramente, da analogia orgânica); da expansão com a acentuação das características missionárias portuguesas; de 1640 com a exacerbação do patriotismo, ou mesmo de um pré-nacionalismo; do Antigo Regime com a consolidação do poder do Estado; do período pombalino com o reforço desse poder e, simultaneamente, com a abertura de novos caminhos explorados no período seguinte; finalmente, do liberalismo com o início da nação política e do nacionalismo enquanto ideologia.

No quarto capítulo tratámos as questões relacionadas com o sentimento nacional denominado nacionalismo, analisando as suas raízes políticas e culturais, assim como as fases por que foi passando desde o seu “nascimento” até aos finais do século XIX. Considerámos, ainda, a razão pela qual o nacionalismo acabou por vencer outras opções ideológicas, de carácter internacionalista, nomeadamente o socialismo/comunismo.

No quinto capítulo analisámos a evolução do sentimento nacional em Portugal, desde os seus primórdios até aos finais do século XIX. Chegámos à conclusão de que essa evolução seguia o padrão geral verificado nos outros países do Ocidente.

Estudámos o nacionalismo desde os seus primórdios (1807 a 1820) até à sua fase popular (ou de massas), período a que demos atenção especial, pois é nele que se inscreve o ultimato de 1890, a causa principal de todo este exercício de reflexão. Aqui reflectimos sobre o papel dos vários intervenientes, particularmente dos republicanos, na nossa óptica, os iniciadores do nacionalismo popular em Portugal.

Finalmente, mas como culminar de toda esta reflexão, vimos qual a relação entre o ultimato, o objecto mais concreto do nosso estudo e o surgimento e desenvolvimento do nacionalismo popular em Portugal, chegando à conclusão de que este foi, de facto, um dos seus momentos-chave.

---

governo nacional de Afonso Costa a Salazar”, em Amaral, Luciano (org.), *Outubro: a Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*, Lisboa, Edições 70, pp. 336-337.





## CAPÍTULO 1

### 1.1. Metodologia

Para levarmos a cabo este trabalho de investigação utilizámos o método hipotético-dedutivo. Partindo “(...) de um postulado ou conceito postulado como modelo de interpretação do fenómeno estudado (...)”<sup>9</sup>, tentámos através da investigação e da reflexão, criar hipóteses e conceitos com correspondência na realidade.<sup>10</sup>

Propusemo-nos a aplicar ao nosso trabalho, relativamente ao aparecimento e desenvolvimento do nacionalismo português, nomeadamente na fase correspondente ao ultimato, o modelo geral, proposto por Timoyhy Baycroft, que, do nosso ponto de vista, consegue conjugar os aspectos políticos, culturais e étnicos de forma equilibrada<sup>11</sup>. À medida que a investigação avançava, tornou-se para nós claro que este modelo, salvo algumas diferenças pontuais por nós referidas no corpo do trabalho, podia ser facilmente transposto para a realidade portuguesa.

Outros autores, como Hroch, usando modelos de análise diferentes, colocam a ênfase menos nos aspectos políticos do nacionalismo e mais nos seus aspectos culturais<sup>12</sup>. Este autor divide os movimentos nacionais em três fases: a fase A correspondendo à descoberta da cultura nacional pelos intelectuais, a fase B à difusão dessa cultura, num

---

<sup>9</sup> Quivy, Raymond, Luc Van Campenhoudt (2008), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva, p. 144.

<sup>10</sup> Cf. Idem, *ibidem*.

<sup>11</sup> Este autor defende que o nacionalismo, enquanto ideologia, está relacionado com o surgimento da nação moderna, política, filha da Revolução Francesa e das revoluções liberais suas sucessoras. Divide-o em três fases distintas: a fase legal; a fase emocional e a fase popular, aquela que mais nos interessa, pois é nela que se insere o ultimato. Cf. Baycroft (2000), Timothy, *O nacionalismo na Europa, 1789-1945*, Lisboa, Temas e Debates.

<sup>12</sup> “(...) among them [laços criadores de coesão numa nação], three stand out as irreplaceable: (1) a 'memory' of some common past, treated as a 'destiny' of the group - or at least of its core constituents; (2) a density of linguistic or cultural ties enabling a higher degree of social communication within the group than beyond it; (3) a conception of the equality of all members of the group organized as a civil society.” Hroch, Miroslav (1996), “From National Movement to the Fully-formed Nation: The Nation-building Process in Europe,” em Balakrishnan, Gopal, ed. *Mapping the Nation*, New York and London, Verso, p. 79.

movimento de cima para baixo e a fase C ao aparecimento de movimentos nacionalistas de massas (correspondente à fase do nacionalismo popular de Baycroft)<sup>13</sup>.

Gellner apresenta um modelo em que o nacionalismo se encontra, desde o seu início, ligado à etnicidade, parecendo-nos ser este mais aplicável à Europa Central e de Leste e menos à Europa Ocidental, onde predomina o modelo orgânico de nação<sup>14</sup>. Nele, a primeira etapa do nacionalismo corresponde ao irredentismo, momento em que as velhas fronteiras e as unidades políticas foram pressionadas pela agitação nacionalista.

A segunda etapa corresponde ao triunfo do nacionalismo irredentista, verificando-se o colapso dos impérios plurais e do princípio religioso-dinástico de legitimação política, sendo este substituído pelo nacionalismo. Aparecem, nesta fase, uma série de Estados, querendo cumprir o destino nacional do grupo étnico com o qual se identificam.

A terceira fase nacionalista, que apelida de *Nacht und Nebel*, corresponde ao assassinio em massa ou transplantação de populações em nome do nacionalismo, e à demanda de unidades étnicas e políticas coincidentes e homogêneas. A assimilação é substituída pelo extermínio.

Finalmente, a prosperidade generalizada e a convergência cultural levam a uma diminuição do nacionalismo virulento, se bem que não ao seu desaparecimento, nas fases mais adiantadas das sociedades industriais. As actuais sociedades europeias encontrar-se-iam nesta etapa.

Esta investigação teve como problemática, colocada sobre a forma de uma pergunta de partida, o seguinte: *Constitui o ultimato de 1890 um ponto-chave na construção do nacionalismo português?*

---

<sup>13</sup> Hroch, Miroslav (1985), *Social Preconditions of National Revival in Europe, a Comparative Analysis of the Social Composition of Patriotic Groups among the Smaller European Nations*, (s.l.), Cambridge University Press, referido por Thiesse, Anne-Marie (2000), *A Criação das Identidades Nacionais*, Braga, Temas e Debates, p. 155.

<sup>14</sup> O próprio autor reconhece essa especificidade da Europa Ocidental. "A political unit may exist which was established by dynastic politics in the pre-nationalist era, but which happens to correspond – all in all, though, of course, never completely – to a homogeneous cultural area. (...) The cultural habits of such populations, and their genetically transmitted traits, are such that they can be incorporated in the 'national' self-image of the dominant high culture without contradiction and without too much strain. This kind of situation on the whole prevailed along the western, Atlantic seaboard of Europe." Gellner, Ernest (1996), "The Coming of Nationalism and Its Interpretation: The Myths of Nation and Class", em Balakrishnan, Gopal (ed.), *Mapping The Nation*, New York and London, Verso, p. 128.

Decorrerem desta questão inicial várias questões derivadas que contribuíram para clarificar todo o processo de análise e reflexão. Foram elas:

1. Que reacções nacionalistas surgiram após o ultimato? Como classificá-las?
2. O ultimato esteve na origem de novo tipo de nacionalismo e de uma nova consciência nacional?
3. O ultimato limitou-se a despertar a consciência nacional pré-existente?
4. De que forma a consciência “nacional” foi abrangente em termos sociais e territoriais?
5. Este processo teve consequências a médio e longo prazo?

Avançámos com um conjunto de hipóteses servindo de resposta à problemática inicial, corporizada na pergunta de partida e nas questões derivadas, sendo estas:

*Hipótese 1* – A construção do nacionalismo português contemporâneo esteve ligada de forma significativa ao ultimato de 1890.

*Hipótese 2* – Na construção do nacionalismo português contemporâneo, o ultimato constituiu um mero episódio desse processo.

*Hipótese 3* – A consciência nacional foi marcada de forma significativa pelo ultimato de 1890, havendo claramente um antes e um depois.

*Hipótese 4* – Na construção da consciência nacional, o ultimato constituiu apenas mais um passo, pois faz parte de um processo que se inscreve no tempo longo da história.

Para levarmos a bom termo o nosso trabalho consultámos os autores, nacionais e estrangeiros, que considerámos terem maior relevância para a problemática que nos propusemos analisar, tendo o seu pensamento, fosse ele concordante ou discordante, ajudado a sedimentar o nosso. Consultámos ainda, apesar da dificuldade que consistiu o facto de não podermos ter acesso às fontes da Biblioteca Nacional, testemunhos da imprensa da época (1890), entre outros, disponíveis nas diferentes bibliotecas e arquivos municipais.

## **1.2. Relação com o Estado da Arte**

Na investigação que efectuámos analisámos conceitos como patriotismo e nacionalismo, justificando porque os consideramos distintos, e definimos o que entendemos por nação e identidade nacional, visto que uns não se conseguem explicar sem os outros. Dedicámos uma parte substancial do nosso trabalho a uma análise histórica da nação e do sentimento nacional, do patriotismo das nações dinásticas ao nacionalismo dos Estados-nação, pois

chegámos à conclusão que, defendendo nós uma concepção orgânica da nação<sup>15</sup>, seria redutor tentar analisar e resolver a problemática proposta sem efectuar essas reflexões. Entre os autores por nós consultados (Baycroft, Cabanel, Calhoun, Geary, Gellner, Hroch, Godinho, Thiesse, Matos, Mattoso, Renan, Smith...), e apesar dos diversos cambiantes verificados, nenhum nega totalmente a existência de nações ou, pelo menos, de pré-nações<sup>16</sup>, no espaço geográfico que nos diz respeito, a Europa Ocidental, no período que antecede a Revolução francesa e as revoluções liberais. As suas posições variam entre a defesa da existência de nações a partir da Idade Média/Idade Moderna, como nos casos de Calhoun<sup>17</sup> e de Godinho, à posição de autores como Gellner (ver nota 6).

Quando é que em Portugal se deu a passagem de uma realidade pré-nacionalista, em que o sentimento nacional dominante corresponderia ao patriotismo, típico de sociedades dinásticas e agro-alfabetizadas<sup>18</sup> para uma realidade nacionalista, correspondente a uma sociedade capitalista industrial e liberal? Estamos em crer, com Timothy Baycroft<sup>19</sup>, que o processo se inicia com uma fase legal e emocional que, em Portugal, corresponde ao período das invasões francesas e da Revolução Liberal de 1820.

No período subsequente às guerras civis e, principalmente, com a Regeneração, assistiu-se à consolidação do Estado Liberal e do Estado-nação que, à semelhança do que acontecera/acontecia noutros países europeus, passa "(...) a ser a forma dominante de organização política na Europa Ocidental. Daí em diante, as classes dominantes conseguiram usar a política oficial e o aparelho de Estado para pôr em prática as doutrinas combinadas do nacionalismo moderado, do liberalismo económico e político e do

---

<sup>15</sup> Na linha de Godinho. Cf. Godinho, Vitorino Magalhães (2009), *Portugal, a emergência de uma nação (das raízes a 1480)*, s.l., Edições Colibri e Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

<sup>16</sup> Constitui excepção Hobsbawm, que considera a nação como um produto do liberalismo e da sociedade capitalista industrial. Cf. Hobsbawm, Eric (1992), *Nations et nationalisme depuis 1780, Programme, mythe, réalité*, s.l., Gallimard.

<sup>17</sup> Este autor chega mesmo a considerar que fenómenos como o nacionalismo são anteriores aos séculos XVIII e XIX, alocando as suas raízes nos finais da idade Média. "This locates modern nationalism in the period after the fourteenth century during which popular uprisings and political theory increasingly relied on the notion that 'the people' constituted a unified force, capable not only of rising en masse against an illegitimate state, but capable of bestowing legitimacy on a state that properly fitted with, and served the interests of, its people." Calhoun, Craig (1997), *Nationalism*, Open University Press, Buckingham, 1997, p. 69.

<sup>18</sup> Gellner, Ernest (1996), "The Coming of Nationalism and Its Interpretation: The Myths of Nation and Class", em Balakrishnan, Gopal (ed.), *Mapping The Nation*, New York and London, Verso.

<sup>19</sup> Cf. Baycroft, Timothy, (2000), *O nacionalismo na Europa, 1789-1945*, Lisboa, Temas e Debates.

conservadorismo social. (...) Nas últimas décadas do século, o apoio das massas a esses estados-nações sob a forma do nacionalismo popular aumentou (...).<sup>20</sup>

É inserida neste contexto que devemos tentar entender a reacção nacionalista ao ultimato inglês de 1890. É nossa convicção que este fenómeno se inscreve já na fase popular do nacionalismo europeu (1870-1914)<sup>21</sup>, deixando o nacionalismo de estar restringido a uma elite culta, “(...) [baseando-se] menos nos conceitos legalistas herdados da Revolução Francesa (...) [estando] mais ligado a argumentos emocionais e à ênfase colocada em determinados atributos nacionais que vieram a ser fundamentais na popularização da identidade nacional de um estado.”<sup>22</sup> O objectivo do Estado era criar lealdade e unidade nos cidadãos, a par de uma homogeneidade cultural, para reduzir o perigo de conflitos sociais em tempos de gritantes diferenças económicas, originadas pela Revolução Industrial.

Estamos em sintonia com o referido autor e com Matos<sup>23</sup>, para o caso português, na importância que atribuem às elites intelectuais (particularmente as republicanas, para o período em análise), no desenvolvimento do nacionalismo e, particularmente, na sua fase popular. Matos considera, aliás, que esse papel primordial das elites nas questões da nacionalidade vem de trás, constituindo estas um elemento de nacionalização tão importante como o Estado.<sup>24</sup>

Mesmo o próprio Mattoso, um dos pensadores que atribui um papel primordial ao Estado no processo da construção da nação, não deixa de reconhecer o papel que as elites exerceram no processo<sup>25</sup>. A singularidade do nacionalismo português liga-se a esta questão das elites – a forma como estas encaravam a realidade portuguesa, particularmente a questão do ultimato, disseminou-se, num movimento de cima para baixo por toda a sociedade, condicionando o nacionalismo e a consciência nacional dos portugueses a médio e longo prazo.<sup>26</sup>

---

<sup>20</sup> Idem, p. 69.

<sup>21</sup> Idem, ibidem. Ver também a contextualização.

<sup>22</sup> Idem, ibidem, p. 83.

<sup>23</sup> Cf. Matos, Sérgio Campos (2008) *Consciência Histórica e Nacionalismo (Portugal – séculos XIX e XX)*, Lisboa, Livros Horizonte.

<sup>24</sup> “Sem esquecer o papel do poder político, não se deve todavia esquecer o sentido localista e quase espontâneo da consciência de pertença à comunidade nacional, a função das memórias colectivas e, não obstante todas as suas limitações, a função social das elites intelectuais.” Idem, p. 137.

<sup>25</sup> Cf. Mattoso, José (1991), *Identificação de um País, ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325*, (I), oposição, Lisboa, Imprensa Universitária, Editorial Estampa.

<sup>26</sup> Ver Conclusões.

Quando nos propusemos analisar as reacções nacionalistas ao ultimato de 1890, enquadrando-as no modelo geral proposto por Timothy Baycroft, constatámos que não existiam autores, portugueses ou estrangeiros, que tivessem efectuado esse enquadramento. Segundo aquele autor, entre 1870 e a II Guerra Mundial, a civilização ocidental entrou na fase popular do nacionalismo. Foi então que se deu “(...) a transferência das ideias do nacionalismo e da identidade nacional das elites para as massas na Europa.” e “As novas formas de nacionalismo que surgiram no fim do século XIX já não definiam as suas entidades políticas nacionais por um princípio legal que sublinhasse a vontade popular, mas sim por uma raça ou uma cultura comum. O nacionalismo popular deste período acentuou o vínculo emocional com um grupo homogéneo em termos étnicos e culturais, definindo-se em oposição a «outros». (...)”<sup>27</sup>

Este nacionalismo popular encontra-se, pois, ligado aos fenómenos do liberalismo económico, da industrialização e da urbanização, numa palavra, da massificação, que diluiu, também em Portugal, as diferenças regionais. Esta mudança ocorreu nas décadas de 80 e 90 do século XIX, sendo nossa convicção de que o ultimato britânico ao ferir o “orgulho nacional” constituiu um ponto-chave desse processo.

Apesar da ausência de um número significativo de referências claras a uma fase popular do nacionalismo em Portugal, há vários autores que se referem ao fenómeno, por vezes directamente, por vezes utilizando expressões equivalentes. É, por exemplo, o caso de Cuesta<sup>28</sup> que, ao analisar as reacções nacionalistas pós-ultimato se refere a “movimento de massas” ou de Reis, que fala do ultra-nacionalismo popular colonialista como sendo a “(...) imagem de marca do republicanismo português desde a crise do *ultimatum* de 1890 (...)”<sup>29</sup>. É também a este nacionalismo popular que Matos se refere “(...) os dispositivos de sensibilização dos sentimentos colectivos e da irracionalidade de massas desempenharam, em anos como o do Ultimatum (1890), uma função relevante na mobilização e integração das massas urbanas.”<sup>30</sup>

---

<sup>27</sup> Baycrot, Timothy (2000), *O nacionalismo na Europa, 1789-1945*, Lisboa, Temas e Debates, pp. 8 e 93.

<sup>28</sup> “Porém, só ao estalar do chicote que, para os sentimentos patrióticos da nação lusa pressupõem as humilhantes imposições inglesas, se transforma em movimento de massas o que até então tinha sido obra de minorias (...)” Cf. Cuesta, Pilar Vasquez (1975), *A Espanha Ante o «Ultimatum»*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 50.

<sup>29</sup> Reis, Bruno Cardoso (2011), “Da Nova República Velha ao Estado Novo (1919-1930), A procura de um governo nacional de Afonso Costa a Salazar”, em Amaral, Luciano (org.), *Outubro: a Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*, Lisboa, Edições 70, p. 337.

<sup>30</sup> Matos, Sérgio Campos (2008), *Consciência Histórica e Nacionalismo (Portugal – séculos XIX e XX)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008 p. 9.

## CAPÍTULO II

### NAÇÃO: O PROCESSO DE FORMAÇÃO DAS NAÇÕES NO OCIDENTE EUROPEU.

A Frenchman is neither a Gaul, nor a Frank, nor a Burgundian. Rather, he is what has emerged out of the cauldron in which, presided over by the king of France, the most diverse elements have together been simmering.<sup>31</sup>

#### 2.1. A proto-história da nação

Se considerarmos que um conjunto de indivíduos com características comuns, conscientes de que os laços que os unem sustentam uma comunidade coerente e diferenciada das outras que a rodeiam, que essa diferença merece ser defendida, e que essa pode ser uma das definições possíveis de *nação*, então a sua gênese remontaria, pelo menos, aos tempos bíblicos. Teria sido o povo judeu o primeiro a possuir uma consciência desse tipo, da existência de uma identidade, ligada a uma noção de superioridade relativamente aos demais povos e expressa na crença de *povo eleito*, escolhido por Deus<sup>32</sup>. Esta crença teria sido reforçada pelo facto de o judaísmo ser uma religião inovadora, uma das primeiras experiências monoteístas com sucesso da história, apesar do escasso número de praticantes e da hostilidade a que ciclicamente se viu votada. Seria, no entanto, duvidoso considerarmos que teria existido, nesses tempos, uma nação hebraica nos moldes em que hoje o entendemos, pois a nossa percepção do que é uma nação foi forjada pela mentalidade ocidental, particularmente a partir dos finais do século XVIII em diante.

Aplicando a mesma lógica, os gregos, apesar da consciência de possuírem uma identidade comum, assente num fundo cultural e religioso único, não teriam tido a noção de pertencerem a uma nação grega. Não existiam nações, mas sim um conjunto de cidades-estado independentes umas das outras.<sup>33</sup>

#### 2.2. O período da formação

A palavra *nação*, do latim *natio*, herdada pelas línguas neo-latinas, indica originalmente a origem ou a linhagem de alguém. Era utilizada na Idade Média para designar os grupos de estudantes e mercadores oriundos de áreas geográficas distintas, mas não possuía a carga

---

<sup>31</sup> Renan, Ernest (1990), "What is a nation?", em Bhabha, Homi K. (ed.), *Nation and Narration*, London and New York, Routledge, p. 15.

<sup>32</sup> Cf. Guimarães, Samuel Pinheiro (2008), "Nação, nacionalismo, Estado", *Estudos Avançados*, (Online), 22 (62), disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n62a10v2262.pdf>, acessado em 17.10.2010.

<sup>33</sup> Smith, Anthony D. (1997), *A Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva, pp. 10 e 11.



ideológica que ganhou posteriormente. Tinha já, todavia, a característica de definição pela diferença. A Academia francesa, em 1694, fornecia uma definição de nação que se pode considerar já moderna. Uma nação era vista então como sendo “(...) l’ensemble des habitants d’un même État, d’un même pays, vivant sous les mêmes lois et utilisant le même langage.”<sup>34</sup> No século XIX, quando se inicia o estudo da formação das nações, existia já uma miríade de definições. Em 1836, Disraeli, com o seu *The Spirit of Wigghism*, e em 1882, Renan, com *Qu’est-ce q’une nation?*, tornaram-se autores pioneiros na discussão destas questões.<sup>35</sup>

As noções de nação escolhida e de povo eleito transitaram do judaísmo para o cristianismo (a *nação cristã*, o *povo cristão*), tornando-se comuns na Idade Média, mas desaparecendo a componente étnica original, como convinha a uma religião que se queria universal (católica). Desde logo, e dadas as variadas especificidades étnico-culturais dos locais onde se implantou e desenvolveu, a religião adaptou-se, tornando-se mais regional e menos universal. Esta adaptação da religião às realidades regionais encontrou, no ocidente europeu, poderes políticos dinásticos em processos de centralização de poder que viram na Igreja um instrumento de unificação e de consolidação<sup>36</sup>.

Esta união entre poder político e religioso, pouco linear, dadas as já referidas características universais da Igreja, por princípio antagónicas aos processos de centralização políticos e culturais, contribuiu de forma decisiva para a formação das consciências nacionais na Europa ocidental, numa época que designaremos por período de formação das nações, estendendo-se, em nossa opinião, *grosso modo*, e variando de país para país, desde os inícios da Idade Média até aos séculos XVII/XVIII. Gellner, analisando o processo de sedimentação político e cultural da nação, acrescenta,

A political unit may exist which was established by dynastic politics in the pre-nationalist era, but which happens to correspond – all in all, though, of course, never completely – to a homogeneous cultural area. The territory it occupies contains a variety of local dialects (that is, languages without an army and navy) which are, however, close enough to the language

---

<sup>34</sup> Burdeau, Georges e Pierre-Clément Timbal (s.a.), “Nation”, Encyclopédie Universalis (online), disponível em <http://www.universalis.fr/encyclopedie/nation-l-idee-de-nation/>, acedido em 02.04.2011.

<sup>35</sup> Idem.

<sup>36</sup> Como, por exemplo, no caso português, em que os monarcas medievais lutaram, ao lado da Igreja portuguesa, pelo estabelecimento de um quadro eclesiástico próprio, com sede em Braga, contra as forças centrípetas de Compostela e, principalmente, de Toledo. Cf. Godinho, Vitorino Magalhães (2009), *Portugal, a emergência de uma nação (das raízes a 1480)*, s.l., Edições Colibri e Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, p. 13.

employed by the state apparatus in question, to be treated as its 'dialects'. The speakers of these dialects may come to be persuaded that the formal and standardized speech which they are now encouraged to adopt, and obliged to use in writing and in dealings with the bureaucracy, is the 'proper' variant of the speech they employ at home. That is how one *should* speak. The cultural habits of such populations, and their genetically transmitted traits, are such that they can be incorporated in the 'national' self-image of the dominant high culture without contradiction and without too much strain. This kind of situation on the whole prevailed along the western, Atlantic seaboard of Europe.<sup>37</sup>

No longo e lento processo de construção da nação nos diferentes países que constituem a fachada atlântica europeia foi fundamental, para além da definição de um espaço territorial, com fronteiras mais ou menos definidas (o que facilita a aplicação de leis, de pesos e medidas e de moeda)<sup>38</sup>, e de alguma homogeneidade cultural e religiosa pré-existente, a adopção de uma língua oficial, fazendo desaparecer, ou relegando para segundo plano, outras línguas e dialectos nas áreas abrangidas por um determinado poder dinástico.

Este poder utilizou como instrumento primordial para esse efeito uma máquina burocrática territorialmente abrangente, que foi substituindo o latim pelo vernáculo nos documentos oficiais<sup>39</sup>, contribuindo para uma homogeneização cultural.

A educação, nestas sociedades agrárias constituía um processo longo e caro, ao qual apenas acediam uns quantos escolhidos, que transmitiam de geração em geração uma cultura elitista, exclusiva dos estratos privilegiados da sociedade. Existia um fosso, e por vezes uma tensão, entre alta e baixa cultura, entre cultura das elites e cultura popular, que só se começará a atenuar a partir dos finais do século XVIII, com os fenómenos da industrialização e da implantação do liberalismo.

Os camponeses possuíam uma linguagem diferente da nobreza ou da burguesia, sendo as diferenças visíveis também ao nível do vestuário, do comportamento e do

---

<sup>37</sup> Gellner, Ernest (1996), "The Coming of Nationalism and Its Interpretation: The Myths of Nation and Class", em Balakrishnan, Gopal (ed.), *Mapping The Nation*, New York and London, Verso, p. 128.

<sup>38</sup> Cf. Godinho, Vitorino Magalhães (2009), *Portugal, a emergência de uma nação (das raízes a 1480)*, s.l., Edições Colibri e Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, p. IX.

<sup>39</sup> Em Portugal, este processo inicia-se relativamente cedo, ainda no reinado de D. Dinis, como referiremos no Capítulo III, em 3.1. A Idade Média: dos primórdios à maioridade.

consumo<sup>40</sup>. Estas especificidades existiam não só verticalmente, mas também lateralmente, devido ao isolamento da vida rural – de aldeia para aldeia havia diferenças culturais, dialectais e em hábitos diversos.

Os governantes tiravam dividendos da relativa diversidade existente e não da homogeneidade: “Cultural specificity helps allocate people to their social and geographical niche, inhibits the emergence of far-flung and possibly dangerous identities and loyalties. 'Divide and rule' policies are easier to implement if culture in any case already divides the population.”<sup>41</sup>.

Ao rei interessava-lhe ter súbditos que lhe fossem leais e que lhe dessem proventos. A diversidade, pelo menos numa fase inicial do processo de construção das nações, era encarada como uma vantagem, não como uma ameaça, podendo jogar a favor do poder real na luta contra os poderes senhoriais. O rei podia, em determinadas circunstâncias, conseguir o apoio de determinadas comunidades através do reconhecimento legal das suas especificidades, como aconteceu em Portugal com a atribuição das cartas de foral. Estas comunidades, apesar de possuírem algumas lealdades que poderíamos apelidar de nacionais eram, então, mais leais para com o que lhes estava mais próximo e lhes era mais familiar.

Por tudo o que ficou dito, podemos afirmar que, de um modo geral, a nação medieval estava ainda pouco integrada, travada pelas lealdades regionais e de casta. Um camponês, no fundo da escala social, salvo raras exceções, dificilmente seria visto como pertencendo à nação portuguesa, inglesa ou francesa. Mas, nos finais da Idade Média, nalguns países do ocidente europeu, entre os quais Portugal, ocorreu um salto qualitativo na construção das nações e das identidades nacionais. cremos que o ponto chave para a ocorrência desse salto qualitativo foi o processo de centralização do poder e o consequente desenvolvimento do aparelho de Estado.

Da Idade Média ao século XIX ocorreram mudanças importantes nos vínculos entre os indivíduos e o organismo que exercia a função pública, o Estado, conduzindo à unificação dos espaços nacionais. Sendo de carácter vassálico até aos finais da Idade Média, com a centralização do poder real e a consequente menorização dos poderes senhoriais, transformaram-se em laços de lealdade entre os súbditos e o seu soberano. Finalmente, com o liberalismo, surgiram os vínculos de cidadania, que implicavam a

---

<sup>40</sup> Cf., Gellner, Ernest (1996), “The Coming of Nationalism and Its Interpretation: The Myths of Nation and Class”, em Balakrishnan, Gopal (ed.), *Mapping The Nation*, New York and London, Verso, p. 104.

<sup>41</sup> Idem, *ibidem*.

existência de valores identitários comuns, igualdade perante a lei e uma consciência plena de direitos e deveres.

Acreditamos que podemos falar de nações para determinados casos, como o português, a partir dos finais da Idade Média considerando que muitos factores que determinam a existência de uma nação e que podem ser encarados como fazendo parte de uma cidadania alargada<sup>42</sup>, já não tão travada pelas lealdades regionais e de casta, passaram então a ser realidade: língua mais ou menos unificada e utilizada regularmente pelo aparelho de Estado, se bem que ainda não de forma sistemática; práticas culturais e religiosas comuns, cujo cimento agregador eram as memórias históricas, os mitos, os símbolos e as tradições<sup>43</sup>, criando laços afectivos entre os indivíduos e as comunidades alargadas em que se inseriam, e uma homogeneidade étnico-cultural dominante, apesar da existência de minorias significativas.<sup>44</sup>

Estas comunidades minoritárias que partilhavam este espaço comum, real e imaginário eram, numa primeira fase (correspondente à existência dos vínculos vassálicos) toleradas e até protegidas pelo poder, na lógica do “dividir para reinar”<sup>45</sup>. Mas, à medida que a construção da nação e do Estado se aprofundava, começavam a ser vistas como obstáculos à homogeneização. Entraram então em acção as forças centrípetas da nação, para normalizarem esses elementos estranhos<sup>46</sup>. A história está repleta destes casos, constituindo as Inquisições portuguesa e castelhana exemplos de instrumentos, aproveitados pelos Estados, ao serviço dessas forças da nação, que analisaremos mais detalhadamente adiante quando analisarmos o nacionalismo<sup>47</sup>.

### **2.3. O Período liberal (1789-1914)**

O novo modelo surgido com a industrialização e com o liberalismo, ligado à mentalidade burguesa, assentava numa lógica de produção em massa e de lucro máximo, num mercado

---

<sup>42</sup> Para nós, a cidadania não se esgota na sua definição político-jurídica decorrente das revoluções liberais. Consideramos que deve ser entendida como um conceito abrangente onde se integrem aspectos políticos, sociais, económicos, culturais e mentais.

<sup>43</sup> Cf. Mattos, Sérgio Campos (2008), *Consciência Histórica e Nacionalismo (Portugal – séculos XIX e XX)*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 19.

<sup>44</sup> No caso português, judeus e muçulmanos e, a partir do século XV, os escravos africanos.

<sup>45</sup> Cf. Gellner, Ernest (1996), “The Coming of Nationalism and Its Interpretation: The Myths of Nation and Class”, em Balakrishnan, Gopal (ed.), *Mapping The Nation*, New York and London, Verso, p. 104.

<sup>46</sup> Diríamos hoje, para nacionalizarem esses elementos.

<sup>47</sup> Nem sempre essas forças centrípetas funcionam – veja-se o caso dos ciganos, ainda hoje não totalmente assimilados.

alargado, não se coadunando com especificidades regionais e diferenças culturais que dificultassem a comunicação e a circulação de bens e pessoas. Vendia-se com maior lucro se existisse uma uniformidade de linguagem e de gostos, porque tal facilitava e embaratecia a produção. Tudo isto pressupunha um grande grau de normalização, conseguido através das infraestruturas de transporte, de um sistema de ensino estandardizado, de uma imprensa com grande abrangência territorial, de um sistema de serviço militar, ou seja, através da construção de espaços verdadeiramente integrados, culturalmente homogêneos.

Essa homogeneização teve lugar a partir de cima, rapidamente quando comparada com os séculos anteriores, difundindo-se a alta cultura, antes exclusiva das elites, pelas diversas camadas da sociedade, apagando diferenças, mas também incorporando, ao longo do processo, aspectos da cultura popular. Pela primeira vez na história, a alta cultura, com algumas concessões, tornava-se a cultura operacional de sociedades na sua totalidade<sup>48</sup>, ocorrendo a sua difusão através do sistema de ensino e de um corpo de agentes ao seu serviço (professores, jornalistas, militares, etc)<sup>49</sup>.

---

<sup>48</sup> Cf. Gellner, Ernest (1996), "The Coming of Nationalism and Its Interpretation: The Myths of Nation and Class", em Balakrishnan, Gopal (ed.), *Mapping The Nation*, New York and London, Verso, p. 107.

<sup>49</sup> Cf. idem, pp. 107 e108.

## CAPÍTULO III

### PORTUGAL, NAÇÃO ANTIGA?

#### 3.1. A Idade Média: dos primórdios à maioridade

Em Portugal, à semelhança dos outros países da faixa ocidental europeia, o processo de construção da nação começou cedo, por via da reconquista cristã que, vinda do norte, conseguiu impor com sucesso o modelo cultural e linguístico dos vencedores ao sul recém conquistado. Este sucesso foi facilitado pela fixação de fronteiras concretizada no Tratado de Alcanices de 1297, que estabilizou o território sobre o qual o poder central passou a exercer controlo.

Também aqui se verificaram concessões, pois a cultura e a língua falada pelas populações moçárabes deram a sua contribuição para a autonomização do espaço português relativamente ao noroeste peninsular. Não se estabeleceu, como noutras partes do mundo, um fosso difícil de transpor entre a cultura e a língua dos conquistadores e a língua e a cultura dos conquistados. No essencial, e apesar das diferenças que em todas as épocas existem entre o falar de diferentes castas, o português primitivo impôs-se como a língua de todos. A alta e a baixa culturas em Portugal, desde os primórdios da nacionalidade possuíam este trunfo importante para a formação de uma identidade comum – uma língua que, mau grado as diferenças regionais e sociais, possuía um efeito homogeneizador.

As características da reconquista cristã exigiam uma chefia forte, o que explica em grande parte a tendência precoce dos monarcas portugueses para a centralização do poder. Em Portugal, construção da nação e do Estado estão interligadas, não se conseguindo explicar uma sem a outra. “O papel central que a Corte desempenhou ao longo da Idade Média portuguesa como que enformou a própria memória histórica nacional.

A realeza procurou e conseguiu afirmar-se como centro político a partir do qual o reino era visto e governado.”<sup>50</sup> Durante a maior parte da primeira dinastia seria abusivo considerarmos que a nação portuguesa já existisse, apesar de alguns dos elementos primordiais que iriam possibilitar as transformações necessárias ao seu estabelecimento serem já uma realidade - a conquista definitiva do território aos mouros em 1249; a referida estabilidade fronteiriça obtida pelo Tratado de Alcanices, reforçada pelos castelos mandados reparar e construir por D. Dinis ao longo da linha de fronteira; as cartas de foral

---

<sup>50</sup> Ramos, Rui (coord.), Bernardo Vasconcelos Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro (2009), *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, p. 107.

“(…) uma das formas decisivas da apropriação e consciencialização do espaço nacional.”<sup>51</sup>; um quadro eclesiástico próprio (que criou uma “Igreja Portuguesa”<sup>52</sup>); a existência de um proto-mercado nacional com a criação de feiras, cujos feirantes, viajando de terra em terra contribuíram para o reforço da coesão nacional; a cunhagem de moeda própria, a existência de dois corpos militares essenciais (os besteiros e a cavalaria), reforçados pelos que eram obrigados a ter armas; a adopção do português como língua oficial no reinado de D. Dinis, estabelecendo-se com esta medida um dos elementos mais importantes para a construção de uma nação.<sup>53</sup>

Como refere Godinho, é a partir do século XV, após o momento fundamental da revolução de 1383-85, quando ocorre o salto qualitativo na construção da nação, que estão lançadas as “(…) traves-mestras da construção de uma dupla realidade nova: o Estado e a comunidade de terra e povo.”<sup>54</sup>

Passam a ser as cortes que, doravante, elegem e nomeiam um rei, não reconhecendo legitimidade aos pretendentes ao trono, tal constituindo uma legitimação do poder régio assente num pacto e num contrato, sendo o acto público e acordado.

O Rei e as gentes do reino formam uma só substância, são o coração e o corpo respectivamente; integrados num todo, que é **a república de Portugal**; no dizer perfeito do doutor João Docem em 1439, em nome do Rei; é **república porque o senhorio pertence a todos conjuntamente** [negritos no texto original].<sup>55</sup>

Foram criados novos serviços de administração e remodelados os existentes, para dar maior eficácia ao poder central. Nas cortes, passaram a ter assento os procuradores

---

<sup>51</sup> Godinho, Vitorino Magalhães (2009), *Portugal, a emergência de uma nação (das raízes a 1480)*, s.l., Edições Colibri e Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, p. 14.

<sup>52</sup> Cf. Idem, p. 13.

<sup>53</sup> “A adopção do Português – mais correctamente, do Galego-Português – para a elaboração de documentos da chancelaria régia, em substituição do Latim medieval que até aí vigorara como língua de escrita, constituiu um elemento cultural de primeira grandeza mas que deve ser visto, antes de mais, como uma decisão também ela política, com vista ao agilizar da produção documental e da sua compreensão por um maior número de pessoas.” Ramos, Rui (coord.), Bernardo Vasconcelos Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro (2009), *História de Portugal, A Esfera dos Livros*, Lisboa, 2009, p. 115.

<sup>54</sup> Godinho, Vitorino Magalhães (2009), *Portugal, a emergência de uma nação (das raízes a 1480)*, s.l., Edições Colibri e Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, p. 19.

<sup>55</sup> Pina, Rui de (s.a.), *Chronica d’el Rey D. Duarte*, cap. Xxxix, citado por Godinho, Vitorino Magalhães (2009), *Portugal, a emergência de uma nação (das raízes a 1480)*, s.l., Edições Colibri e Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, p. 73.

dos concelhos, criando-se solidariedades e uma consciência colectiva, consolidando-se nação e Estado. O papel dos representantes das três ordens do reino não era passivo, tinham um papel a dizer na governação do reino, já que o que aí se decidia tinha força obrigatória.

Nenhum poder, fosse ele o rei, um senhor laico ou eclesiástico, ou um concelho, poderia tomar decisões que fossem contra o que ficara estabelecido em Cortes. Não era um sistema parlamentar, como defenderam alguns pensadores oitocentistas, querendo ver nas Cortes uma suposta tendência democrática no Portugal medieval: “Mas era um sistema que tornava presente o país e o responsabilizava, contribuindo fortemente para a consciencialização da nação (esqueçamos o anacronismo do termo).”<sup>56</sup>

Administração, justiça, forças militares e defesa exigiam finanças públicas. D. Dinis organizara o país em circunscrições fiscais – os almoxarifados. Foi instituída a sisa, o primeiro imposto geral, diríamos democrático, do qual ninguém estava isento – este imposto, a igualdade da sua aplicação apontava já “(...) em direcção à cidadania.”<sup>57</sup> Apareceram os letrados, personagens fundamentais do aparelho de Estado português pós 1383-85, indispensáveis a uma administração e fiscalidade cada vez mais complexas, cuja figura tutelar foi o Dr. João das Regras (1340/45-1404). Um bom conhecimento da língua portuguesa escrita era cada vez mais importante, sinal de tempos em que a nação começava a afirmar a sua maioria<sup>58</sup>.

A revolução de 1383-85 teve outra faceta, cultural, igualmente fundamental na construção da nação. As elites, os utilizadores da alta cultura oriunda do círculo de poder passavam a comungar de uma visão mítica do passado, construída, principalmente, a partir do trabalho de Fernão Lopes, o historiador da nova dinastia e da nação em emancipação<sup>59</sup>. Esta visão foi sendo vertida, nos decénios subsequentes, para os portugueses que não sabiam ler e escrever, aqueles que partilhavam a denominada baixa cultura.

---

<sup>56</sup> Godinho, Vitorino Magalhães (2009), *Portugal, a emergência de uma nação (das raízes a 1480)*, s.l., Edições Colibri e Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, pp. 21 e 22.

<sup>57</sup> Idem, p. 24.

<sup>58</sup> A ideia de que a nação atinge a maioria em 1383-85 é defendida também por Cortesão, Jaime (1964), *Os factores democráticos na formação de Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte. Cf. Matos, Sérgio Campos (2002), “História e identidade nacional, A formação de Portugal na historiografia contemporânea”, *Lusotopie* (online), p. 132, disponível em <http://lusotopie.cean.org/matos.pdf>, acessado em 12 de Janeiro de 2011.

<sup>59</sup> Cf. Godinho, Vitorino Magalhães (2009), *Portugal, a emergência de uma nação (das raízes a 1480)*, s.l., Edições Colibri e Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, p. 53.



A eficiência desta passagem foi tal que, como afirma Godinho, já existia, quando se iniciou a expansão marítima, uma consciência real e mítica do reino, de Portugal.<sup>60</sup> A propósito, ainda, da forma como ocorre este processo, nos períodos anteriores à industrialização e às revoluções liberais, Smith afirma que

A criação de nações colectivas seculares foi essencialmente a consequência de um vigoroso programa de socialização política realizado através do sistema de educação política de massas. Mas este foi precedido muito antes pela divulgação mais gradual de uma cultura étnica aristocrática e da sua transmutação numa cultura mais verdadeiramente nacional (...).<sup>61</sup>

No caso português, a Igreja desempenhou um papel fundamental na disseminação da alta cultura às camadas mais baixas da população, mantendo o Estado português uma relação ambivalente com esta instituição – por um lado necessitava dela como veículo de socialização e de difusão de cultura, por outro desconfiava do seu poder e do facto de ser tutelada por uma força estrangeira. Podemos dizer, *grosso modo*, que essa relação foi mais ou menos pacífica entre os séculos XIV e XVIII (apesar dos muitos conflitos surgidos entre os reis portugueses e a Santa Sé neste período), tornando-se cada vez mais conflituosa a partir do período pombalino, quando a Igreja começou a ser encarada como um travão ao desenvolvimento.

### 3.2. O período da expansão marítima – missão divina/missão nacional

As razões que levaram Portugal à expansão marítima são várias e não nos cabe aqui analisá-las. De entre todas essas razões, destacamos uma tendência estruturante, a ideia de que Portugal tinha uma missão divina a cumprir<sup>62</sup>. O estabelecimento desta tendência explicar-se-ia pela expansão territorial de Portugal para o sul. Os primórdios de Portugal estariam no norte, com os povos germânicos, e a nação e a sua mentalidade colonizadora ter-se-iam formado na ida para sul, na luta contra o infiel e na ocupação dos seus territórios<sup>63</sup>. Esta tendência teria ficado inscrita na identidade nacional até aos nossos dias.

Expansion into Africa becomes a logical culmination of national destiny. (...) Closely related to divine mission, in the case of Portugal, is the notion of historic rights as a justification for claiming colonies – the same historic argument that was rejected by other European powers at the Conference of Berlin (1884-5).<sup>64</sup>

---

<sup>60</sup> Idem, pp. 65 e 66.

<sup>61</sup> Smith, Anthony D. (1997), *A Identidade Nacional*, Gradiva, Lisboa, p. 83.

<sup>62</sup> Que se transformaria, no século XIX, em missão nacional.

<sup>63</sup> Mas também assimilando algumas das suas práticas culturais.

<sup>64</sup> Freeland, Alan (1996), "The People and the Poet: Portuguese National Identity and the Camões Tercentenary (1880)", em Mar-Molinero, Claire e Angel Smith, *Nationalism and the nation in the Iberian peninsula, competing and conflicting identities*, Washington D.C., Berg, p. 63.

Nesta perspectiva mais abrangente, a expansão tornou-se o seguimento lógico de uma tendência anterior, forjada na definição do território nacional durante os séculos que durou a reconquista. A noção de que conquistar território e torná-lo cristão constituía uma missão divina surgiu nos primeiros séculos da existência de Portugal, acompanhando a expansão para o sul. O além-mar seria o seu prosseguimento natural, apesar de, até ao século XIX, ninguém designar esta realidade como tratando-se de um desígnio da nação. Mas o facto de não ter sido verbalizada não significa que não existisse como força motriz de carácter nacional.

### 3.3. 1580-1640. Retrocesso?

Não cremos que o período da perda da independência, tenha sido esta o resultado de um processo de negociação ou de uma conquista<sup>65</sup>, tenha constituído um retrocesso no processo de construção da nação.

Em termos políticos, foi uma ocorrência de características dinásticas, em que os vencedores tiveram o cuidado de não agravar a nação portuguesa, reconhecida como tal pela monarquia castelhana. Isto torna-se evidente no facto de se ter mantido o português como língua oficial nos documentos relativos a Portugal, de os Habsburgo possuírem duas coroas e duas designações, de os impérios se manterem separados, de, na ausência física do rei do reino, este ter de nomear um vice-rei de sangue real ou um conselho governativo composto apenas por portugueses e de, no que respeitava à governação de Portugal, o rei possuir, em permanência, um Conselho de Portugal, também apenas composto de portugueses, que o coadjuvavam em matérias de governação.

Em suma, “(...) Portugal não estava sujeito a Castela: era, na monarquia dos Habsburgo, um reino *herdado* e não um reino *conquistado* – uma diferença fundamental.”<sup>66</sup>

A união agradou a muitos em Portugal, mas agradou particularmente a uma grande parte das elites nobres e burguesas que, enfraquecidas pelas perdas no oriente e pelo desastre de Alcácer Quibir, viam na Espanha a resolução para muitos dos seus males<sup>67</sup>.

---

<sup>65</sup> Cf. Ramos, Rui (coord.), Bernardo Vasconcelos Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro (2009), *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, p. 271.

<sup>66</sup> *Idem*, p. 277.

<sup>67</sup> Tal nota-se no apoio dado pela nobreza a Filipe II de Espanha nas Cortes de Almeirim, em contraste com o “(...) terceiro braço, constituído pelos representantes das 89 câmaras com assento em Cortes lideradas pela de Lisboa, [que] insistiam na legitimidade de eleger o rei, forma indirecta de sustentar D. António, prior do Crato, a candidatura com menos sustentação jurídica.” Ramos, Rui (coord.), Bernardo Vasconcelos Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro (2009), *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, p. 271.

Para mais, muitos elementos da nobreza tinham ligações de sangue a Espanha<sup>68</sup>, tendo esperança que o estatuto da nobreza portuguesa, mais precário que o da sua congénere espanhola (por exemplo, a lei Mental estatuía que, na ausência de sucessores masculinos, as doações da Coroa deveriam reverter para esta última), fosse modificado a seu favor.

Curiosamente, neste período em que nasceu e se desenvolveu o mito do sebastianismo, a construção da identidade portuguesa, baseada nos mitos e narrativas oriundos da alta cultura após 1383-85, tinha sido eficiente ao ponto de aquilo que designamos como povo miúdo possuir uma consciência nacional<sup>69</sup> quiçá mais forte do que a de muitos elementos das elites.

### 3.4. O período de consolidação da monarquia absoluta

Com a consolidação do absolutismo, notamos alguns desenvolvimentos que parecem contraditórios, mas que o são apenas na aparência. As Cortes, consideradas por muitos, entre os quais Godinho, como “(...) contribuindo fortemente para a consciencialização da nação (...)”<sup>70</sup>, deixam de se reunir após 1697-1698. Mas tal facto não significa que se deixem de enviar requerimentos ao poder central, ou que este não continue a levar a cabo uma eficiente e capaz política de nacionalização. A corte substituiu-se assim às Cortes neste papel.<sup>71</sup>

É neste sentido que deve ser entendido o processo de domesticação da alta nobreza, que vê o seu espaço de manobra reduzido ao interior da corte, à semelhança do que se passava no resto da Europa. O rei e o aparelho de Estado tornavam-se mais fortes, e as lealdades contraditórias eram controladas de forma mais eficiente. As forças centrípetas da construção da nação viram-se reforçadas, sendo sintomático do que aqui

---

<sup>68</sup> Cf. Serrão, Joel (1977), “Introdução”, em Melo (1977), Dom Francisco Manuel de, *Epanáforas de Vária História Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. XI e XII.

<sup>69</sup> Como exemplo dessa consciência nacional popular, baseada em mitos e narrativas fundadoras temos o seguinte poema, escrito na época da revolta do Manuelinho em Évora: “Falta um justo conselheiro/ que por comum liberdade/ ante vossa majestade/ vá com zelo verdadeiro,/ qual o grande cavaleiro/ Egas Moniz em que igual/ foi valor e zelo tal,/ que, vendo a pátria oprimida,/ arriscou a própria vida/ pelo bem universal”. “Manifestos do Manuelinho”, Apêndice Documental Respeitante aos Temas das Epanáforas, documento nº 3 (3), em Melo, Dom Francisco Manuel de (1977), *Epanáforas de Vária História Portuguesa*, Lisboa Imprensa Nacional Casa da Moeda, p. 578.

<sup>70</sup> Godinho, Vitorino Magalhães (2009), *Portugal, a emergência de uma nação (das raízes a 1480)*, s.l., Edições Colibri e Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, p. 22.

<sup>71</sup> Cf. Ramos, Rui (coord.), Bernardo Vasconcelos Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro (2009), *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, p. 340.

afirmamos o aumento da repressão exercida sobre os cristãos-novos pela Inquisição entre 1660 e 1674<sup>72</sup> e, posteriormente, durante o reinado de D. João V, o próprio fim da autonomia inquisitorial.

A Inquisição, de instrumento mais ou menos autónomo ao serviço da construção da nação<sup>73</sup>, passava a estar mais estreitamente controlada pelo Estado. Era preciso não esquecer que dependia em grande parte de um poder estrangeiro – o Papado.

Também na economia, e antes do Brasil a dominar, assistimos nos finais do século XVII, dentro de um quadro mercantilista, à primeira tentativa de um desenvolvimento patrocinado pelo Estado. Uma economia que poderemos, sendo abusivo classificá-la de nacional, denominar de patriótica. Referimo-nos à intensificação de investimentos industriais manufactureiros entre 1675 e 1680, política em que se desinvestiu a partir do momento em que começou a afluir o ouro brasileiro a Portugal.

Em 1703 foi celebrado com a Inglaterra o Tratado de Methueen, momento fundamental da nossa política externa, já que, independentemente da questão se foi mais ou menos benéfico para a economia portuguesa, assinalou o início de uma relação crescentemente desigual com aquela nação, então já a potência global.

As acções políticas portuguesas seriam, a partir desta altura, mais influenciadas pelo que se passava no resto da Europa, o que obrigou Portugal, na defesa dos seus interesses marítimo-comerciais, agora centrados nos tráfegos atlânticos, a estabelecer uma grande proximidade com a potência marítima dominante. É neste quadro que deve ser entendida a participação de Portugal na Guerra de Sucessão de Espanha (1702-1714), uma das poucas vezes na história em que o país intervém por iniciativa própria em assuntos europeus.

[A] (...) Guerra da Sucessão de Espanha parece ter sido a consolidação da opção atlântica e da aliança com a Inglaterra, a potência marítima dominante. A grande prioridade era o Brasil, a defesa das suas rotas e a definição e protecção das suas fronteiras, surgindo a aliança inglesa como o seu corolário natural.<sup>74</sup>

Uma parte significativa da construção da nação portuguesa e da sua identidade, da Restauração à I Guerra Mundial, vai ser marcada pela hegemonia marítima, comercial e, mais tarde, industrial britânica, a única potência que até aos nossos dias conseguiu manter

---

<sup>72</sup> Os cristãos-novos constituíam um entrave à construção de uma nação que tinha como um dos seus elementos constituintes essenciais o catolicismo. Cf. idem, p. 341.

<sup>73</sup> Abordaremos esta questão mais adiante neste trabalho.

<sup>74</sup> Ramos, Rui (coord.), Bernardo Vasconcelos Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro (2009), *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, pp. 345 e 346.

o poder global por dois ciclos<sup>75</sup>. A relação entre as duas potências vai, com as invasões francesas, atingir um grau máximo de desigualdade, mas será o Ultimato a ganhar o estatuto de ultraje absoluto contra a nação portuguesa.

A completa “domesticação” da alta nobreza, transformada em nobreza de Corte, o que foi conseguido graças às mercês concedidas pelo rei, o esforço posto no reforço da administração periférica da Coroa (com o aumento do número dos juízes de fora), o fausto da monarquia joanina, representado nas obras de aparato um pouco por todo o país, da construção de Maфра às campanhas nas igrejas de todo o território, ao investimento cultural, principalmente a nível artístico e arquitectónico (menor a nível científico e educacional)<sup>76</sup>, mostram a consolidação da monarquia absoluta e do aparelho do Estado, e uma preocupação de homogeneização a nível nacional.

De referir que as inovações artísticas e arquitectónicas tiveram um grande impacto, já que podiam ser apreciadas e vividas por grande parte da população, incluindo as camadas populares, e que as inovações científicas e educacionais se destinavam às elites, aos detentores da alta cultura. Neste sentido, as primeiras foram mais significativas para o processo de construção da nação.

Outro dado a referir nesse processo é o aparecimento da imprensa periódica em Portugal, com a *Gazeta* de Lisboa em 1641, antecessor recuado dos instrumentos fazedores e reguladores da opinião pública<sup>77</sup>. Nos séculos XVII e XVIII, a palavra escrita conheceu um impulso significativo sob a forma de obras historiográficas, crónicas, obras sobre os espaços coloniais portugueses e sermões<sup>78</sup>. Este alargamento na difusão de uma cultura literária constituiu um elemento importante na construção da nossa identidade nacional.

### 3.5. O período pombalino

Coincidiu com o período pombalino a formação mais consciente e consistente, entre alguns dos elementos das elites, principalmente entre os estrangeirados, da ideia de que havia um

---

<sup>75</sup> “(...) since 1500 four states have in turn played a dominant role in the management of global interdependence and therefore fit the description of a world power: Portugal [até 1580], the Netherlands [até finais do século XVII], Britain, and the United States.” Modelski, George (April 1978), “The Long Cycle of Global Politics and the Nation-State”, *Comparative Studies in Society and History*, 20, (2), p. 217.

<sup>76</sup> Cf. Ramos, Rui (coord.), Bernardo Vasconcelos Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro (2009), *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, pp. 349 e 350.

<sup>77</sup> Cf. idem, p. 342.

<sup>78</sup> Idem, ibidem.

desfasamento entre Portugal e os países considerados como sendo os mais avançados da Europa.

Em comum, os «reformistas» duvidavam das vantagens do Tratado de Methueen com a Inglaterra e defendiam a promoção de manufacturas no reino; consideravam excessivo o peso das ordens religiosas; tinham muitas vezes uma percepção negativa das estruturas agrárias; criticavam a actuação da Inquisição; gostariam de mudar os métodos do ensino; e denunciavam o «puritanismo» de algumas famílias da alta nobreza.<sup>79</sup>

Estas preocupações têm raízes nos inícios do século XVIII, com o aparecimento da ideia de “decadência”, o que coincidiu com a consolidação da Inglaterra como potência global<sup>80</sup> e com a viragem de Portugal para o atlântico, à sombra protectora daquela.

Esta consciência de que tinha havido uma época anterior, em que Portugal tinha tido um papel muito mais preponderante na cena internacional, originou o mito da decadência, que iria, a partir desta época tornar-se recorrente, primeiro entre as elites e, já no século XX, com a disseminação da escolaridade, entre toda a população portuguesa. Mito que se começa a formar ainda no período joanino<sup>81</sup>. Ou seja, apesar dos proventos da economia brasileira serem muito relevantes para Portugal e para a manutenção do seu império, percepcionava-se que algo de essencial mudara. E o que mudara fora o papel do país, que se foi tornando cada vez mais subalterno e mais dependente da potência global que era, ainda para mais, a aliada mais próxima de Portugal, a única capaz de defender os interesses essencialmente marítimos e comerciais de Portugal contra as tentativas hegemónicas da Espanha e, posteriormente, contra o interesse demonstrado por outras potências europeias pelas colónias portuguesas. Não admira, pois, que muitas gerações posteriores de estudiosos tenham visto o período da expansão para o oriente e do estabelecimento do império como uma idade de ouro, a partir da qual o país entrara em declínio, incapaz de assegurar sozinho a defesa do seu império.

O governo pombalino constituiu uma primeira tentativa para tentar contrariar esta perda de importância do país. As estadias do futuro Marquês de Pombal, como diplomata, nas Cortes de Londres e de Viena contribuíram para as políticas que implementou – em Londres, numa Inglaterra em início de processo de industrialização, assimilou a importância

---

<sup>79</sup> Idem, p. 357.

<sup>80</sup> Cf. Modelski, George (April 1978), “The Long Cycle of Global Politics and the Nation-State”, *Comparative Studies in Society and History*, 20, (2), p. 217.

<sup>81</sup> “O contraste entre a celebração encomiástica dos feitos remotos e recentes, na Índia, e a valorização prática do Brasil [cada vez mais relevante também no plano diplomático] constituiu uma marca muito característica do tempo de D. João V.” Ramos, Rui (coord.), Bernardo Vasconcelos Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro (2009), *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, p. 353.

do desenvolvimento manufactureiro, e em Viena as vantagens da manutenção de um governo absoluto<sup>82</sup>.

Pombal, ao chegar ao poder, compreendeu de imediato a importância da colónia brasileira quer para a economia, quer para a posição de Portugal na cena internacional. A sua antipatia para com os jesuítas desenvolveu-se exactamente devido à resistência que estes mostravam relativamente às suas políticas mercantilistas no Brasil, destinadas a desenvolver o comércio com a colónia, que a Companhia de Jesus via como ameaça às suas missões.

O terramoto de 1755, com os seus efeitos devastadores, constituiu o momento chave da governação pombalina – permitiu que Pombal assumisse uma importância desmesurada na governação, tornando-se, na prática, governante absoluto do reino. Não admira pois que, para muitos dos intelectuais que defendiam, nos finais do século XIX, que Portugal entrara em decadência após o fim do império do oriente, o período pombalino tenha adquirido contornos míticos, passando a ser considerado como uma Regeneração antes do seu tempo, uma primeira tentativa falhada (por causa da oposição das forças conservadoras do Trono e do Altar) de modernizar o país e de o fazer retornar àquilo que consideravam ser a sua perdida grandeza.

De concreto, e no que nos diz respeito, o processo de construção da nação, temos o reforço do aparelho do Estado que se tornou mais forte e eficiente. Houve uma consolidação do papel das secretarias de Estado como decisores políticos, e inaugurou-se o modelo de Governo que subsiste até aos nossos dias<sup>83</sup>. Abriu-se assim caminho para as políticas oitocentistas e novecentistas, cuja acção se tornou verdadeiramente nacional em termos de abrangência territorial e social.

Na economia, registou-se uma segunda tentativa, mais consistente, depois das dos finais do século XVII, de implementar medidas económicas de carácter nacional, como a instalação de importantes manufacturas, a criação de companhias comerciais e agrícolas, o incentivo dado aos produtos brasileiros e a repressão do contrabando, tentando preservar o comércio dos portos brasileiros como exclusivo português, todas elas obedecendo a um plano previamente traçado pelo Estado e financiado em grande medida pelo Real Erário. Pretendia-se diminuir, senão acabar, com a dependência de Portugal relativamente ao estrangeiro, nomeadamente a grande dependência económica em relação à Inglaterra, o que acentuava a subalternidade de Portugal face à aliada.

Algumas destas medidas reguladoras, que podem ser encaradas como primeiras tentativas de criação de um mercado nacional verdadeiramente controlado pelo Estado

---

<sup>82</sup> Idem, pp. 358 e 359.

<sup>83</sup> Cf. idem, p. 364.

provocaram forte oposição, não só dos directamente interessados, mas também de populares, como aconteceu no Porto em 1757<sup>84</sup>. Tratava-se de uma antevisão das dificuldades que iriam enfrentar os governos oitocentistas quando iniciaram o processo de homogeneização do mercado para o tornarem mais nacional e menos regional.

No plano educacional, deram-se passos importantes para a reforma do ensino que, apesar de limitados, retiraram a tutela de parte significativa da educação das mãos da Igreja, transferindo-a para o Estado. No plano social, conseguiu-se limitar o poder da alta nobreza que, apesar de se ter transformado em nobreza de Corte, movia ainda muitas influências.

Numa outra esfera, a da religião, também neste período se conseguiu coarctar o poder da Igreja, começada a ser vista por alguns mais como um obstáculo do que como um auxílio no fortalecimento do poder do Estado (e, conseqüentemente, da nação). Foram expulsos os jesuítas e, numa sociedade em que a homogeneização étnico-cultural tinha sido bem sucedida, e na qual se pretendia desenvolver uma economia próspera, deixara de fazer sentido, constituindo até um entrave ao desenvolvimento, a distinção entre cristãos-novos e velhos e a perseguição aos primeiros, aos quais estavam vedados certos cargos e ofícios.

Desde finais do século XVI que se questionava, para esse efeito, a «pureza de sangue» dos candidatos, constituindo um factor mais impeditivo de acesso ter-se antepassados judeus ou judaizantes do que possuir antepassados que tivessem desempenhado ofícios mecânicos<sup>85</sup>.

Os preconceitos étnico-culturais ultrapassavam assim os preconceitos de casta! Daí a abolição do estatuto de cristão-novo e a submissão da Inquisição ao poder central levada a cabo por Pombal.

### **3.5.1. Tudo ou nada mudou?**

Mesmo que as denominadas reformas pombalinas não tenham mudado nada de decisivo ou tido o alcance efectivo que mais tarde se lhes atribuíram, algo ficou deste período e dos seus esforços reformistas, nomeadamente uma consolidação estatal e uma maior intervenção do aparelho de Estado sobre todas as áreas da sociedade, incluindo a tentativa de criação de uma economia nacional segundo uma lógica mercantilista. “Sem diminuir o peso das circunstâncias, há que reconhecer coerência global à actuação prosseguida no

---

<sup>84</sup> Cf. idem, pp. 367 e 368.

<sup>85</sup> Cf. idem, p. 407.



decurso do governo pombalino, sempre apoiada nas «providências» da monarquia e recorrentemente sustentada nos mecanismos do monopólio e do exclusivo.»<sup>86</sup>

Pombal tentou, ainda, com algum sucesso, diminuir a pouco saudável dependência portuguesa da Inglaterra. A partir de 1762 notou-se esta mudança, com menos importações inglesas, mas sem que diminuíssem as exportações para a Inglaterra, o que equilibrou a balança comercial entre os dois países, mantendo-se esta tendência após a queda de Pombal<sup>87</sup>. No plano fiscal, o Marquês relançou a décima militar, um imposto directo criado no período da Restauração, que veio contribuir para as finanças públicas.

Para além destas realizações concretas, criou-se à sua volta uma ideia, por vezes exagerada, de desenvolvimento, progresso e ruptura, que serviu de referência posterior.<sup>88</sup> O período pombalino possui ainda outra faceta fundamental – constituiu um dos momentos-chave na construção da nação.

Na verdade, quando falamos do processo de construção da nação não podemos desligá-lo da estruturação do Estado liberal (e antes dele do despotismo iluminado), isto é, de uma dimensão política e institucional, a dinâmica nacionalizadora que pode envolver a construção do Estado e a emergência do cidadão em lugar do súbdito, sem esquecer as estruturas económicas e sociais.<sup>89</sup>

### 3.6. O início do fim do Antigo Regime

No período compreendido entre Pombal e as invasões francesas, correspondente ao início do fim do Antigo Regime, marcado pela Guerra de Independência dos Estados Unidos e pela Revolução Francesa, Portugal pareceu afrouxar os laços que o prendiam à potência global dominante, aparentemente enfraquecida por estas duas séries de eventos.

Reinava uma prosperidade que iria ser de curta duração, interrompida pelo bloqueio continental napoleónico, pelas invasões subsequentes e pela abertura dos portos brasileiros<sup>90</sup>. Esta prosperidade foi incentivada pelo jogo (difícil) da manutenção da neutralidade portuguesa nos conflitos internacionais, pela reexportação dos produtos

---

<sup>86</sup> Idem, p. 410.

<sup>87</sup> Idem, ibidem.

<sup>88</sup> Cf. idem, p. 376.

<sup>89</sup> Mattos, Sérgio Campos (2008), *Consciência Histórica e Nacionalismo (Portugal – séculos XIX e XX)*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 34.

<sup>90</sup> “Em 1800, o seu comércio *per capita* [de Portugal] apresentava valores superiores aos da Espanha ou do conjunto dos Estados italianos e alemães. De facto, 5 por cento a 7 por cento de todas as exportações europeias transitavam então por portos portugueses.” Ramos, Rui (coord.), Bernardo Vasconcelos Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro (2009), *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, p. 440.

brasileiros, com o algodão em primeiro lugar e por uma realidade nova – a exportação de produtos manufacturados metropolitanos para o mercado brasileiro.

Esta realidade demonstra a importância das medidas de desenvolvimento de carácter nacional, nomeadamente industrial, tomadas na época pombalina, constituindo prova de que estas foram medidas com consequências, pelo menos a curto e médio prazos. Este período, correspondente ao reinado de D. Maria e a uma parte da regência do futuro D. João VI, não foi, pois, de ruptura, a nível económico, com o período pombalino. Houve uma menor intervenção estatal e uma maior abertura à iniciativa privada, mas o Estado continuou a aplicar mecanismos de protecção à produção nacional.<sup>91</sup>

As receitas fiscais do Estado continuavam a depender muito do comércio, principalmente do colonial (brasileiro), que era o que sustentava a monarquia. Apesar da importância do lançamento de um imposto geral de transacções, a sisa, ainda na Idade Média, apelidado por Godinho de “democrático”<sup>92</sup> porque apontava para a cidadania<sup>93</sup>, e do imposto da décima militar retomado por Pombal, os proventos destes impostos eram insuficientes para cobrirem as despesas do Estado. Neste sentido, tanto quanto as invasões francesas, foi a abertura dos portos brasileiros às nações aliadas (leia-se, à Inglaterra) responsável pelo fim desta conjuntura de prosperidade.

Não admira, portanto que, mais para a frente, à época do Ultimato, este argumento fosse usado, entre outros, para demonstrar a perfídia da nossa “fiel aliada”.

### 3.7. O período liberal

A Revolução Liberal de 1820 não constituiu uma surpresa para alguns representantes das elites económicas e jurídicas de então. Os ventos de mudança que sopravam da Europa eram demasiado fortes e a posição de Portugal, agora na situação de colónia da sua antiga colónia, insustentável. Estes homens, que na sua maioria poderíamos classificar como burgueses ou como possuidores de uma mentalidade burguesa, muitos deles ligados ao aparelho de Estado, queriam ver mudanças substanciais na forma de governar o país, ou seja, queriam participar activamente nesse governo<sup>94</sup>.

---

<sup>91</sup> Cf. idem, pp. 413 e 414.

<sup>92</sup> Cf. Godinho, Vitorino Magalhães (2009), *Portugal, a emergência de uma nação (das raízes a 1480)*, s.l., Edições Colibri e Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, p. 24.

<sup>93</sup> Cf. Capítulo III: 3.1. A Idade Média: dos primórdios à maioridade.

<sup>94</sup> A maior parte da nova elite dirigente era oriunda da “(...) «nobreza simples» - isto é, aqueles que pela sua ascendência, instrução e modo de vida podiam aspirar a ofícios e distinções, mas que não pertenciam à nobreza de corte nem à fidalguia. Representariam cerca de 6 por cento da

O problema era delicado, pois entre 1817, data das primeiras movimentações com carácter revolucionário e 1820, data da revolução, as grandes potências, incluindo a Inglaterra, interferiam em situações revolucionárias que pusessem em causa o princípio dinástico e o absolutismo na Europa. Ora, a última coisa que os conspiradores de 1820 pretendiam era uma intervenção estrangeira, nomeadamente espanhola, que pusesse mais uma vez em causa a soberania e a integridade da nação portuguesa.

Outra situação que estes burgueses liberais, muitos deles ligados à maçonaria<sup>95</sup>, pretendiam evitar, era uma participação activa do povo no processo revolucionário. A burguesia liberal, que defendia como princípio sacrossanto o direito à propriedade, desconfiava imensamente do povo, que via como uma força bruta, na melhor das hipóteses como estando ao serviço da ordem conservadora e, na pior, como anarquista<sup>96</sup>. Os revolucionários sabiam, ainda, que precisavam de ser e de se manterem suficientemente moderados para conseguirem ter o apoio, crucial, do exército, onde havia elementos que defendiam que a soberania não residiria na nação mas na instituição militar.<sup>97</sup>

A única forma de evitar uma intervenção estrangeira (especialmente espanhola) era esperar que os acontecimentos se precipitassem em Espanha e, depois, mimetizá-los em Portugal.

Em Janeiro de 1820 a Constituição de Cádiz foi reposta no país vizinho, abrindo caminho à sublevação portuguesa, o que aconteceu a 24 de Agosto do mesmo ano e, não por acaso, na cidade do Porto, berço do industrialismo e da burguesia. A cidade de Lisboa acabou por aderir ao movimento, ficando a regência sem apoio social e político significativo. A monarquia, no Rio, só soube dos acontecimentos quase dois meses passados e teve então, sob pressão das tropas aquarteladas no Brasil, de aceitar os acontecimentos. O rei teria que regressar ao reino, deixando o príncipe herdeiro no Brasil como representante da dinastia.

A monarquia ainda não apercebera, totalmente da enormidade dos acontecimentos – os princípios dinásticos em que se baseava a velha ordem da nação tinham sido substituídos por princípios totalmente diversos – os da soberania da nação, corporizados

---

população masculina. Em França, chamavam-lhe «classe média».” Ramos, Rui (coord.), Bernardo Vasconcelos Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro (2009), *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, p. 462.

<sup>95</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>96</sup> Cf. Capítulo IV, 1820-1850. A fase legal.

<sup>97</sup> Cf. Ramos, Rui (coord.), Bernardo Vasconcelos Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro (2009), *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, p. 462.

numa constituição que o rei, cidadão de estatuto especial, mas cidadão, se via obrigado a jurar.

Outra importante consequência para o novo regime foi o facto de o Brasil, um dos pilares da economia portuguesa, se ter tornado independente. Portugal entrava numa nova era política e económica.

(...) nunca mais houve uma ruptura política tão fundamental. E tudo isto aconteceu no meio de uma viragem económica gravíssima. Sem o exclusivo do Brasil, o valor do comércio externo português diminuiu 75 por cento entre 1800 e 1831. As receitas do Estado, dependentes desse comércio, caíram 38 por cento entre 1800 e 1827.<sup>98</sup>

Não admira pois que a economia portuguesa não tivesse outra saída senão optar pelo desenvolvimento interno, pela nacionalização<sup>99</sup>. Os homens de 1820 não acreditavam na possibilidade de um terceiro ciclo imperial e, como tal, preocuparam-se com as possibilidades internas.

As medidas liberais, nomeadamente as de Mouzinho da Silveira, tomadas ainda antes de terminado o período de impasse das guerras civis, que opuseram o Portugal antigo ao Portugal liberal e que, em 1834, colocariam no poder a opção liberal moderada, proporcionaram mudanças fundamentais que podemos considerar como as bases de uma revolução agrícola<sup>100</sup> e industrial. Contribuíram não só para a construção do Estado liberal, mas também para a consolidação do Estado-nação, nomeadamente através da criação de um mercado verdadeiramente nacional (apesar destas medidas assentarem em sólidas realidades pré-existentes, como a disseminação das feiras medievais e o fomento económico pombalino):

(...) Portugal não era um deserto industrial. Em primeiro lugar, porque a esmagadora maioria da população rural e dos centros urbanos do interior, onde escassamente chegavam as produções importadas, pelos custos e dificuldades de transporte, se abastecia de artefactos de produção doméstica e artesanal. (...) parte dessa produção, desenvolvida em pequenas unidades familiares e coordenada por negociantes, podia ter como destino final mercados mais amplos (...). Subsistiam ainda algumas unidades de produção, entre as quais se destacavam a Real

---

<sup>98</sup> Idem, p. 457.

<sup>99</sup> “Mais do que nunca no passado, a economia portuguesa quis tentar a via nacional interna; cépticos quanto às possibilidades de criar um novo império, tanto economistas como homens de Estado procuravam olhar para dentro (...).” Marques, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Editorial Presença, 1998, p. 94.

<sup>100</sup> Cf. Silva, Álvaro Ferreira da e Luciano Amaral (2011), “A economia portuguesa na I República”, em Amaral, Luciano (org.), *Outubro: A Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*, p. 261.

Fábrica das Sedas do Rato e as fábricas de lanifícios da Covilhã, auxiliadas pelas encomendas de fardas para o fornecimento do exército português.<sup>101</sup>

As mudanças provocadas directa ou indirectamente pela legislação de Mouzinho da Silveira que estiveram na base da revolução agrícola então verificada foram a integração dos baldios na estrutura produtiva agrícola portuguesa; a auto-suficiência de trigo nas décadas de 20 e 30 e o controlo da sua importação nas décadas seguintes, apesar do elevado crescimento populacional verificado; a generalização das culturas da batata e do arroz (uma das bases do crescimento populacional verificado); o desenvolvimento de um sector hortícola dinâmico, que ajudou a melhorar a dieta dos portugueses; a plantação em larga escala de oliveiras, sobreiros e vinhas; a introdução de novas técnicas de cultivo e da adubação química; a introdução de máquinas no processo agrícola.

Paralelamente, a mesma legislação abriu caminho à (lenta) industrialização do país, pondo fim às corporações e a outros escolhos, permitindo que os industriais ficassem livres para adoptar inventos, investir capitais, fixar preços e explorar o trabalho sem entraves, o que conduziu a um, apesar de tudo, assinalável desenvolvimento industrial, particularmente a partir da Regeneração.

“É (...) o século XIX que cristaliza a temática da modernização e da industrialização portuguesas, da descontinuidade do seu crescimento, bem traduzida no conceito de "surto industrializador". (...)”<sup>102</sup> E são as ideias liberais, de base iluminista, surgidas no final do Antigo Regime, e a industrialização e a normalização cultural a elas ligadas, as grandes responsáveis pela criação do conceito moderno de nação e pela mutação do sentimento nacional, do patriotismo, típico de sociedades agro-alfabetizadas, para o nacionalismo, típico de sociedades industrializadas ou em industrialização.

Em Portugal, a passagem de um modelo industrial típico do Antigo Regime, em que a maior parte da actividade produtiva é assegurada por pequenas oficinas e por manufacturas espalhadas por todo o território nacional, e em que a produção tem um forte âmbito local e regional, para um modelo mais abrangente, nacional, inicia-se no período entre 1812-1836.

A instalação do novo modelo foi um processo demorado, coexistindo os vários tipos de unidades de produção por todo o século XIX e numa parte substancial do século XX mas,

---

<sup>101</sup> Ramos, Rui (coord.), Bernardo Vasconcelos Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro (2009), *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, p. 412.

<sup>102</sup> Diogo, Maria Paula Diogo (2000), "Indústria e engenheiros no Portugal de fins do século XIX: o caso de uma relação difícil", *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona (Online) 69 (6), disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/sn-69-6.html>, acedido em 3 de Janeiro de 2011.

“(...) é possível encontrar, desde o arranque industrial de 1812-1826, elementos que apontam para uma transformação do tecido socio-económico e tecnológico do sector industrial português (...).<sup>103</sup> Nota-se essa transformação no aumento do número de unidades produtivas industriais e nas primeiras tentativas de utilização da máquina a vapor.

Apesar destes antecedentes, foi a partir de 1835 que o salto qualitativo foi mais significativo, iniciando-se, a partir de então, uma mudança estrutural, traduzida no aumento da dimensão das unidades produtivas, quer em área quer em número de operários, e no uso, cada vez mais generalizado da máquina a vapor. Esta mudança profunda na produção industrial dá-se em dois sectores chave – a produção têxtil e metalúrgica.

A partir da Regeneração, lançam-se as bases do capitalismo industrial português, inovando-se a nível económico, financeiro, jurídico, cultural e técnico. Um dos suportes indispensáveis a este novo quadro foi a prioridade dada pelo Estado ao desenvolvimento das comunicações, nomeadamente ao caminho-de-ferro, de forma a estruturar, de uma forma lógica e integrada o desenvolvimento económico do país. Privilegiou-se o litoral, mais adaptado às condições da indústria moderna, em detrimento do interior, de acesso mais difícil, apesar de este ter também sido integrado no modelo, mais que não seja fornecendo mão-de-obra para as indústrias.

Este modelo de desenvolvimento económico só começou a ser verdadeiramente posto em causa nas últimas décadas do século XX e, mesmo assim, sem grande sucesso.

Na década de 70 do século XIX ocorreu um salto industrial que, mau-grado as vicissitudes económicas e financeiras da década de 90<sup>104</sup> e as várias crises políticas, se prolongou até ao início da I Guerra Mundial. Este crescimento industrial resultou da prosperidade agrícola então verificada “(...) traduzida no volume das exportações primárias, e da dilatação do mercado da procura interna, operada com base no aumento do produto nacional bruto *per capita* (...) a par de uma conjuntura externa favorável (...)”<sup>105</sup>

O *Inquérito Industrial de 1881* dá-nos conta das mudanças ocorridas, através de um novo aumento do número de trabalhadores por unidade de produção e pelo incremento tecnológico verificado.<sup>106</sup> Na segunda metade do século XIX, a economia portuguesa

---

<sup>103</sup> Idem.

<sup>104</sup> “(...) o período que sucede aos anos da crise é caracterizado por um novo salto industrial, assente numa reorientação dos investimentos do sector exportador em crise para o sector industrial, cuja elasticidade permite uma maior rentabilização (...)” Idem.

<sup>105</sup> Idem.

<sup>106</sup> Idem.

desenvolvera-se o suficiente para se poder considerar que estava “(...) num caminho idêntico ao das economias mais desenvolvidas do mundo.”<sup>107</sup>

Este desenvolvimento industrial, associado à criação de um mercado nacional verdadeiramente integrado foi, a nosso ver, um dos principais factores de normalização cultural do espaço português (a par com o estabelecimento do serviço militar obrigatório, com a disseminação da instrução e da imprensa, etc.). Ora, a maior conquista da normalização foi a difusão dos nacionalismos<sup>108</sup>.

Um dos principais problemas que se puseram aos liberais no refazer da nação de uma forma mais adaptada aos novos tempos foi o enorme poder institucional e económico da Igreja, com profundas implicações sociais, já que uma parte significativa da população vivia na sua dependência, pondo em causa a utilização em termos capitalistas da força de trabalho e dos meios de produção. É por esse prisma que devem ser vistas as medidas tomadas para a extinção dos conventos e a hostilidade movida pela intelectualidade liberal à religião, principalmente aos aspectos que viam como menos produtivos e anti-cívicos, como por exemplo a mendicidade e a vida monástica.

A hostilidade de muitos liberais relativamente à instituição religiosa, agora vista como um obstáculo à nacionalização em termos modernos do país, teve de ser mitigada, dado o facto da maioria da população portuguesa permanecer fortemente católica. Assim se compreende o compromisso assumido para com a Igreja desde a Constituição de 1822, a mais radical do liberalismo monárquico. Nesta, foi mantido o catolicismo como religião oficial do reino, o que constituía uma transigência relevante para com o Antigo Regime que se pretendia expurgar.

Esta situação foi possível porque “O espírito dos primeiros liberais, mais do que irreligioso, era anti-clerical. O cristianismo como fronteira moral não os incomodava e era até fomentado. O que suportavam pior eram os privilégios da igreja como instituição.”<sup>109</sup> E, acrescentemos, suportavam também mal as noções míticas e supersticiosas que sustentavam uma ideia de nação que, na óptica liberal, impedia o progresso económico e social do país.

---

<sup>107</sup> Silva, Álvaro Ferreira da e, Luciano Amaral (2011), “A economia portuguesa na I República”, em Amaral, Luciano, *Outubro: A Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*, Lisboa, Edições 70, p. 257.

<sup>108</sup> Cf. Gellner, Ernest (1996), “The Coming of Nationalism and Its Interpretation: The Myths of Nation and Class”, em Balakrishnan, Gopal (ed.), *Mapping The Nation*, New York and London, Verso, p. 107.

<sup>109</sup> Amaral, Luciano, “Que fazer com a I República”, em Amaral, Luciano, *Outubro: A Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*, Lisboa, Edições 70, 2011, p. 27.

Na impossibilidade de estabelecer uma total liberdade religiosa, restou-lhes domesticar a Igreja. Esta perdeu assim a sua “(...) capacidade ideológica de ordenação do mundo (...)”<sup>110</sup>, e a maior parte do seu poder institucional e económico. A Inquisição foi oficialmente abolida, encerrando-se o ciclo, longo de séculos, em que Igreja e Estado tinham trabalhado em parceria mais ou menos pacífica na construção da nação.

---

<sup>110</sup> Idem, p. 26.





## CAPÍTULO IV

### NACIONALISMO

A palavra nacionalismo para designar uma forma específica de sentimento nacional foi pela primeira vez usada nos inícios do século XVIII, em Inglaterra:

En France même, le mot, vraisemblablement d'origine britannique (l'adjectif *nationalist* est mentionné dans la langue anglaise dès 1715), n'apparaît qu'à l'extrême fin du XVIII siècle, et pour designer essentiellement les excès du patriotisme jacobin. Resté longtemps d'usage très épisodique en même temps que très incertain, il se généralise dans les dernières années du siècle suivant (...). En langue anglaise, en revanche, il semble s'être rapidement stabilisé pour désigner de façon générale les diverses manifestations de la conscience nationale et du caractère national.<sup>111</sup>

O nacionalismo enquanto ideologia data do século XVIII, do Iluminismo. “Antes do período que levou à Revolução Francesa encontramos apenas expressões fugazes de um sentimento nacional e vagas insinuações das ideias centrais do nacionalismo, com relevo para a autonomia de nações culturalmente características.”<sup>112</sup>.

A revolta popular de Évora de 1637, apelidada de «Revolta do Manuelinho», por nós referida no Capítulo V, teria sido uma dessas expressões, possível porque Portugal era já então uma nação “culturalmente característica”.

Aceitando-se que a História é um contínuo, e que as ideias e os movimentos com sucesso possuem antecedentes, então é óbvio que a existência do nacionalismo tem raízes profundas, que acompanham a construção da nação e do Estado. Considerando este ponto de vista, não podemos aceitar que o nacionalismo seja uma criação exclusiva da sociedade liberal, burguesa e industrial. É-o apenas enquanto ideologia, como já foi referido.

O nacionalismo deve muito à cultura nacional que foi sendo edificada, desde a Idade Média, na maioria das nações da Europa, a partir da alta cultura da monarquia e das elites aristocráticas<sup>113</sup>. Ele é, também, um fenómeno cultural: “... o *nacionalismo* (...) deve ser intimamente relacionado com *identidade nacional*, (...).”<sup>114</sup>

---

<sup>111</sup> In «Nation», Enciclopédia Einaudi, Vol. 14, Estado-Guerra, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1989, p. 877.

<sup>112</sup> Smith, Anthony D. (1997), *A Identidade Nacional*, Gradiva, Lisboa, p. 63.

<sup>113</sup> “A criação de nações colectivas seculares foi essencialmente a consequência de um vigoroso programa de socialização política (...). Mas este foi precedido muito antes pela divulgação mais gradual de uma cultura étnica aristocrática e da sua transmutação numa cultura mais verdadeiramente nacional (...).” Idem, p. 83.

<sup>114</sup> Idem, pp. 9 e 10.

Sendo ténue a fronteira entre o que deve e não deve ser considerado como nacionalismo, decidimos, por razões de clareza, apelidar o sentimento nacional anterior às revoluções liberais de patriotismo e sentimento nacional após essas mesmas revoluções de nacionalismo.

Patriotismo seria um sentimento de lealdade para com a nação a que se pertencia, para com a terra dos pais/antepassados, para com a dinastia governante enquanto legitimadora de uma ordem social organizada em estratos, em que cada um cumpria uma função específica – orar, defender, sustentar. O rei garantia a coesão, organizando a defesa da terra dos antepassados em caso de necessidade. A lealdade para com a terra pátria e para com o seu rei era crucial para manter a ordem estabelecida e assim evitar a instalação do caos.

Toda esta elaboração encontrava-se sancionada por Deus, sendo o rei o seu representante terreno, para aquela nação específica. O rei de Portugal era-o “por graça de Deus”. Daí o papel crucial da religião na disseminação da identidade nacional associada ao patriotismo, e na relação próxima, ainda que por vezes conflituosa, entre o poder estatal e o poder religioso, em Portugal, e não só.

Já o nacionalismo implica uma alargada base social, uma forte carga emocional<sup>115</sup> e, mais tarde, uma certa consciência de superioridade seja essa superioridade, cultural, rática, militar ou outra, típica da nação abrangente, cívica, características que não existiam para as sociedades agro-alfabetizadas do Antigo Regime. O nacionalismo pode provocar a convicção de que os “inimigos” têm de ser eliminados, sejam eles internos ou externos.

Os movimentos nacionalistas encerram sempre um componente emocional, são sempre de “libertação”<sup>116</sup> – seja de um opressor estrangeiro, como a Inglaterra, ao tempo do Ultimato, seja de um Estado tirano ou de um grupo opressor. O objectivo é “libertar” a nação para lhe devolver a soberania, já que ela é a única detentora legítima do poder. Cidadania e nacionalismo surgem assim interligados, pois nenhum dirigente ou força se deve sobrepor à nação.

Autores há, como Calhoun, que não concordam com esta distinção, afirmando que o moderno nacionalismo é bem mais antigo, situando-o

(...) in the period after the fourteenth century during which popular uprisings and political theory increasingly relied on the notion that 'the people' constituted a unified force, capable not only of

---

<sup>115</sup> “A nação e o nacionalismo tal como os definimos, aliando a crença na soberania do povo a um vínculo emocional à nação, são conceitos essencialmente modernos e só há pouco tempo é que começaram a desempenhar um papel importante nos assuntos europeus.” Baycroft, Timothy (2000), *O nacionalismo na Europa, 1789-1945*, Temas e Debates, Lisboa, pp. 10 a 12.

<sup>116</sup> Cf. idem, pp. 11 e 12.

rising *en masse* against an illegitimate state, but capable of bestowing legitimacy on a state that properly fitted with, and served the interests of, its people.<sup>117</sup>

Nesta perspectiva, a luta pela independência portuguesa em 1383-85 poderia ser classificada de nacionalista.

#### 4.1. Política e cultura na génese do nacionalismo

As teorias iluministas negavam que a soberania, emanada de Deus, fosse exclusivo de monarcas, colocados no poder por Sua vontade. Transferiram a soberania para o que consideravam ser a parte corpórea da nação, o povo, ou Terceiro Estado. Ao fazê-lo estavam a tentar torná-la mais objectiva, menos abstracta. O problema é que a ideia de que existe um “povo”, com interesses comuns e unido por laços inquebráveis, é igualmente abstracta.

Na prática governativa, esta dificuldade foi ultrapassada dividindo-se o povo, o conjunto dos cidadãos, em duas categorias – os activos e os passivos. Os iluministas desenvolveram ainda a ideia de Contrato Social, uma fórmula que permitia a cada indivíduo participar de alguma forma no bem comum, no governo da sua nação. Aquando da Revolução Francesa e das revoluções liberais posteriores (com cambiantes), quando o poder passou do rei para a nação, a legitimidade daquele deixou de emanar de Deus para passar a emanar do povo, libertando este último de um poder visto como tirânico.

Durante os acontecimentos que precipitaram a Revolução Francesa, defendeu-se que a nação estava apenas no Terceiro Estado, já que os seus elementos constituíam o verdadeiro povo francês, devendo todos os membros deste grupo ser considerados cidadãos e iguais perante a lei. Afirmou-se que as outras duas ordens não faziam sequer parte da nação, porque constituíam travões ao estabelecimento do princípio da igualdade perante a lei de todos os cidadãos.<sup>118</sup> Torna-se assim óbvia a existência de uma vertente política na génese do nacionalismo.

O nacionalismo define-se, igualmente, pelo elo existente entre o Estado e uma cultura nacional. No mundo anterior ao seu aparecimento nas sociedades agro-alfabetizadas, este era ainda um fenómeno raro, não sistematizado e atípico.

There is an enormous difference between a world of complex, intertwined, but not neatly overlapping patterns of power and culture, and a world consisting of neat political units, systematically and proudly differentiated from each other by 'culture', and all of them striving,

---

<sup>117</sup> Calhoun, Craig (1997), *Nationalism*, Buckingham, Open University Press, p. 69.

<sup>118</sup> Cf. Thiesse, Anne-Marie (2000), *A Criação das Identidades Nacionais*, Braga, Temas e Debates, pp. 53 e 54.

with a great measure of success, to impose cultural homogeneity internally. These units, linking sovereignty to culture, are known as nation-states.<sup>119</sup>

## 4.2. Os factores de mudança

A mudança de um mundo em que o nacionalismo constituía um fenómeno atípico e isolado, para um mundo em que este constitui a regra, foi impulsionada pelos fenómenos do liberalismo económico, da industrialização e da urbanização.

O que mudou, então, entre uma definição e outra? Os princípios legitimadores destes dois tipos de sociedade. Até às revoluções Francesa e Industrial, as sociedades podiam classificar-se, de modo geral, como agro-alfabetizadas, isto é, com uma economia baseada na agricultura e na pastorícia e com uma tecnologia estável, apesar de, a partir do século XVII, com o desenvolvimento da produção manufactureira e do comércio colonial, esta realidade entrar em mutação.

Estas sociedades não se baseavam nas crenças de que a natureza forma um sistema inteligível, passível de exploração, ou numa melhoria perpétua da condição humana. Considerava-se que existia uma parceria estável entre a natureza e a sociedade. Devido à escassa produção de bens, esta sociedade tendia para a apropriação e para a hierarquização, interessando ao indivíduo estar bem posicionado socialmente, e não produzir copiosa e eficientemente, como nas sociedades industriais, já que produzir mais não levava à elevação na escala social. Produzir mais apenas beneficiava os detentores dos meios de produção e não os produtores.<sup>120</sup>

Os princípios legitimadores deste tipo de sociedade eram o crescimento demográfico (devido à elevada mortalidade) e uma ordem social estratificada e hierarquizada, assegurando que os bens (escassos) eram distribuídos de forma a beneficiar a aristocracia. A importância da escrita, cujo processo de aprendizagem era moroso e caro e, como tal, exclusivo, devia-se ao facto de permitir armazenar dados úteis para os detentores dos meios de produção, nomeadamente os que se relacionavam com impostos e taxas. A cultura tendia a servir as elites, sendo as posições sociais definidas, principalmente, pelas diferenças culturais.<sup>121</sup>

Foi na transição da sociedade agrária para a industrial que a cultura deixou de ser um dos mecanismos que definia as posições sociais no interior da própria sociedade, para

---

<sup>119</sup> Gellner, Ernest (1996), "The Coming of Nationalism and Its Interpretation: The Myths of Nation and Class", em Balakrishnan, Gopal (ed.), *Mapping The Nation*, New York and London, Verso, p.98.

<sup>120</sup> Cf. idem, pp. 105 a 107.

<sup>121</sup> Idem, ibidem.

passar a constituir a demarcação do seu conjunto. Esta passou então a possuir mobilidade social interna, os indivíduos rodando consoante as necessidades da produção, obedecendo a uma lógica de consumo generalizado.<sup>122</sup>

Os princípios legitimadores das sociedades industriais, radicalmente diferentes dos anteriores, tornaram-se o crescimento económico e a nacionalidade. Nestas sociedades, o desenvolvimento económico tomou o lugar do crescimento demográfico, substituindo-se progressivamente a quantidade pela qualidade. Os seres humanos só têm valor sendo instruídos, e a educação é cara. A educação produz qualidade, o factor chave deste tipo de sociedade. Daí a diminuição do número de filhos por casal nas sociedades avançadas, preferindo-se apostar na sua qualificação.<sup>123</sup>

O trabalho físico, devido aos avanços tecnológicos, torna-se mais residual. Esta lógica de trabalho, a exigir comunicações rápidas e eficientes entre os indivíduos no interior de uma mesma sociedade, não se coaduna com a existência de dialectos ou diferenças significativas de linguagem entre diferentes grupos sociais.<sup>124</sup> Tudo isto pressupõe um elevado grau de normalização, com uma sensibilidade elevada ao que era e não era relevante, conseguida através de um sistema de ensino estandardizado (que pressupunha uma escrita padrão), de uma imprensa nacional, do estabelecimento do serviço militar obrigatório, de comunicações facilitadas, etc.

A alta cultura, até então apanágio de grupos sociais restritos ligados de alguma forma ao poder tornou-se a cultura operacional das sociedades na sua totalidade. O princípio que valida a estandardização da cultura passou a ser o crescimento da afluência, baseada no crescimento económico.

It is the anticipation of continuous improvement which has come to legitimate the social order. If once upon a time a good harvest was the mark of a good king, now it is the sustained raising of industrial productivity, which signifies a sound regime. (...).<sup>125</sup>

A meritocracia instalou-se gradualmente nos escalões mais altos das burocracias das sociedades industriais porque as competências exigidas eram demasiadas para se

---

<sup>122</sup> "Its economic foundation is altogether different: it is self-consciously based on sustained, continuous innovation, and on an exponential growth in productive resources and output. It is committed to a theory of knowledge which makes nature intelligible without recourse to Revelation, and thus also renders nature effectively manipulable and a source of ever growing-influence." Idem, p. 105.

<sup>123</sup> Idem, p.105 a 107.

<sup>124</sup> "It is now essential that the meaning is carried by the message alone, and be internal to it. Both the emitting and the receiving centre must be trained to attend to message alone, in accordance with shared rules concerning what is and what is not part of the message." Idem, p. 107.

<sup>125</sup> Idem, p. 108.

continuar a aplicar a velha lógica da “cunha”. Tudo isto contribuiu para a relativa igualdade verificada nestas sociedades. A consequência mais significativa desta homogeneização/normalização levada a cabo pela sociedade e patrocinada pelo Estado foi a difusão dos nacionalismos<sup>126</sup>.

### 4.3. Identidade nacional moderna

A formação da identidade nacional, “(...) um conceito multidimensional, e alargado de forma a incluir sentimentos [entre os quais o nacional], simbolismo e uma linguagem específica.”<sup>127</sup>, acompanhou, a par e passo, a construção das nações, sendo igualmente um processo lento, inscrito no tempo longo da história. Foi-se construindo em etapas, sendo mutável e fugidio, já que muitos dos aspectos que a constituem podem, numa outra época, não serem identificáveis como tal.

Ela é frequentemente vista como algo que só tardiamente abrange o homem comum, através dos conhecidos fenómenos decorrentes do liberalismo e da industrialização – a escolarização, o serviço militar obrigatório, a disseminação da imprensa, e a participação cada vez mais significativa da população na vida pública. Não concordamos com esta visão da realidade, que consideramos espelhar alguma arrogância intelectual, que assume que só quem é letrado consegue atingir um determinado patamar na consciência da sua identidade nacional.<sup>128</sup>

Aquilo que denominamos identidade nacional moderna possui, à semelhança do nacionalismo, duas componentes determinantes, uma cultural e outra política, que podem estar presentes em diversos graus.

(...) [A] identidade «nacional» implica uma consciência de comunidade política, por mais ténue que seja. Uma comunidade política, por sua vez, subentende pelo menos algumas instituições comuns e um único código de direitos e deveres para todos os membros da comunidade. Sugere também um espaço social claro, um território bem demarcado e limitado, com o qual os membros se identificam e ao qual sentem que pertencem. Era mais ou menos isto que os

---

<sup>126</sup> Cf. Idem, p. 107.

<sup>127</sup> Smith, Anthony D. (1997), *A Identidade Nacional*, Gradiva, Lisboa, pp. 9 e 10.

<sup>128</sup> “(...) os analfabetos não são necessariamente alheios a uma ideia de pátria – ou seja não são por vezes desprovidos de consciência de pertença a uma comunidade – e até a expressões de memória nacional. Múltiplas são as formas de consciência e expressão de um sentido de identidade nacional. Não se podem reduzir a uma relação com os níveis de leitura, com o sufrágio ou a implantação da administração estatal à escala regional.” Matos, Sérgio Campos (2002), “História e identidade nacional, A formação de Portugal na historiografia contemporânea”, *Lusotopie*, (online), p. 135, disponível em <http://lusotopie.cean.org/matos.pdf>, acedido em 12 de Janeiro de 2011.

*philosophes* tinham em mente, quando definiram uma nação como uma comunidade de pessoas que obedecia às mesmas leis e instituições, dentro de um determinado território.”<sup>129</sup>

Um dos principais instrumentos ao serviço da formação das identidades nacionais moderna foi a imprensa. A nação foi aí, ao longo do século XIX (e também do século XX), o tópico aí mais abordado: “A imprensa popular do século dezanove tornou-se, assim e simultaneamente, um disseminador de imagens e identidades nacionais para uma larga audiência nacional e um mecanismo para essa audiência de massas participar no processo de construção dessas imagens e identidades.”<sup>130</sup>

#### **4.4. As fases do nacionalismo**

Quanto à categorização das fases por que passou o nacionalismo, surgido nos finais do século XVIII, enquanto ideologia, vindo substituir a forma de sentimento nacional existente anteriormente, o patriotismo, subscrevemos a tipologia proposta por Baycroft<sup>131</sup>, extrapolando-a para Portugal, com as necessárias adaptações.<sup>132</sup>

##### **4.4.1. A fase legal**

A primeira fase de desenvolvimento do nacionalismo foi uma fase legal, que correspondeu ao período revolucionário em que surgiu uma Constituição, a lei fundamental que estabelecia que a fonte de toda a legitimidade e de toda a legalidade era a nação e o seu corpo, o povo, e que todos os cidadãos eram iguais perante a lei. O rei deixava de o ser por direito divino, passando a sê-lo por vontade da nação.

O nacionalismo deste período passava pela defesa da soberania da nação, contra os ataques internos ou externos que essa soberania poderia ter de enfrentar. Nesta lógica se insere a guerra da França revolucionária contra os poderes absolutistas da Europa e a execução de Luís XIV e de parte significativa da nobreza francesa. Estes últimos

---

<sup>129</sup> Smith, Anthony D. (1997), Lisboa, *A Identidade Nacional*, Gradiva, p. 22.

<sup>130</sup> Belgun, Kirsten (1998), *Audience, Representation, and the Production of Identity in Die Gartenlaube, 1853-1900*, Lincoln and London, University of Nebraska Press, p. xix.

<sup>131</sup> Cf. Baycroft, Timothy (2000), *O nacionalismo na Europa, 1789-1945*, Lisboa, Temas e Debates.

<sup>132</sup> Também Miroslav Hroch, usando um modelo de análise diferente, divide os movimentos nacionais em três fases: a fase A correspondendo à descoberta da cultura nacional pelos intelectuais, a fase B à difusão dessa cultura, num movimento de cima para baixo e a fase C, aquela que nos interessa, a do aparecimento de movimentos nacionalistas de massa. Hroch, Miroslav (1985), *Social Preconditions of National Revival in Europe, a Comparative Analysis of the Social Composition of Patriotic Groups among the Smaller European Nations*, (s.l.), Cambridge University Press, referido por Thiesse, Anne-Marie (2000), *A Criação das Identidades Nacionais*, Braga, Temas e Debates, p. 155.



constituíam ameaças internas à nação francesa que se tornava necessário extirpar. Daí que na acusação de Luís XIV ele seja referido como cidadão. Nessa qualidade, extirpado da legitimidade divina que anteriormente à revolução possuía, podia ser acusado de traição à nação. Primeiro entre os cidadãos, não tinha cumprido o seu dever, transformando-se em ameaça. Algo idêntico podia ser afirmado relativamente à nobreza – esta não fazia verdadeiramente parte do todo, pois a verdadeira nação francesa seria apenas constituída pelo Terceiro Estado.<sup>133</sup>

#### 4.4.2. A fase emocional

A segunda fase de desenvolvimento do nacionalismo foi emocional. Criou-se um vínculo emocional forte entre o povo e a sua nação, devido aos ataques que a França revolucionária sofreu de outras potências europeias, defensoras dos poderes dinásticos. De atacada, a França passou a agressora, legitimando essas agressões com a necessidade de exportar os ideais revolucionários (e, com estes, o nacionalismo) para o resto da Europa. “A força motivadora essencial das guerras revolucionárias era o nacionalismo (...).”<sup>134</sup> Os inimigos (internos) passaram a ser encarados como traidores da nação, e já não como traidores ao rei. Foram criados símbolos para cativar as emoções, como *A Marselhesa*, hino patriótico surgido para motivar os soldados em campanha. O exército francês, de profissional transformou-se, na defesa da pátria contra os estrangeiros, em corpo de massas – a “nação em armas”, sendo o papel do exército no desenvolvimento do sentimento nacional muito relevante, colocando lado a lado homens de origens distintas, numa França dividida em regiões, e onde, ainda em 1850, uma maioria dos franceses adultos não falava francês mas dialectos<sup>135</sup>. O povo, ao irromper na cena política, transformou a guerra em “nacional”. “C’ est ainsi que depuis Bonapart, la guerre, d’ abord chez les Français, puis chez tous les autres, devient l’ affaire de la Nation, acquérant une toute autre nature, ou plutôt, retrouvant sa nature profonde, s’ approchant de sa perfection absolue.”<sup>136</sup>

---

<sup>133</sup> O Terceiro Estado seria descendente dos antigos gauleses, e a aristocracia seria constituída por invasores posteriores, romanos e francos, que durante séculos teriam oprimido os verdadeiros franceses. Nesta perspectiva, a Revolução francesa teria sido, também, um conflito étnico. Cf. Thiesse, Anne-Marie (1999), *A Criação das Identidades Nacionais*, Braga, Temas e Debates, pp. 128 e 129.

<sup>134</sup> Idem, p. 15.

<sup>135</sup> Cf. Calhoun, Craig (1997), *Nationalism*, Buckingham, Open University Press.

<sup>136</sup> Clausewitz, Carl von (2006), *De la Guerre*, Paris, Éditions Perrin, pp. 378 e 379, citado por Dias, Carlos Manuel Mendes (2010), *Sobre a Guerra, Política, Estratégia e Tática*, Lisboa, Prefácio, p. 241.

#### 4.4.3. A fase popular

A fase popular do nacionalismo, posterior a 1870, corresponde ao momento em que o nacionalismo se tornou a doutrina oficial dos Estados-nação, abandonando as suas tendências de esquerda, tornando-se a doutrina da direita conservadora que, outrora, defendera o Trono e o Altar. Tinha deixado de ser uma ideologia reformista e progressista.

O que define o nacionalismo popular é o facto de existir uma maioria de indivíduos, de todas as classes sociais, que acedem à cultura vinda de cima, cada vez mais estandardizada, compreensível e abrangente. Acesso a essa alta cultura e ser aceite no seu interior torna-se a possessão mais querida e valorizada pelo indivíduo, que preza estar inserido numa unidade política “...where various bureaucracies function in that same cultural idiom.”<sup>137</sup> Este indivíduo, tendo absorvido os princípios essenciais da cidadania, partilhando com os outros indivíduos da mesma nação uma cultura comum, inserido plenamente na nação política e cultural, tornou-se um nacionalista<sup>138</sup>.

O nacionalismo tornou-se popular e uma força poderosa, graças ao “(...) seu tremendo apelo emocional (...)”<sup>139</sup>. Começa a fazer uso de argumentos emocionais, socorrendo-se de determinados atributos tidos como nacionais, que apelam à lealdade e à unidade dos cidadãos. Nesta época de nacionalismo conservador, abandonou-se a ideia, originada na fase legal do nacionalismo, de que uma nação podia nascer da vontade popular, pois tal podia fornecer ideias de independência a determinados grupos, minando o seu poder. Passaram a realçar-se valores considerados intemporais, como a cultura ou a raça. Nos Estados-nação existentes encorajava-se o sentimento nacional. Nos grupos não reconhecidos como nação, tal sentimento era desencorajado, por colocar em causa o poder estatal.

Nesta fase tornou-se também mais local, adaptando-se às várias unidades que compunham a intrincada realidade europeia. “O nacionalismo popular deste período

---

<sup>137</sup> Gellner, Ernest (1996) “The Coming of Nationalism and Its Interpretation: The Myths of Nation and Class”, em Balakrishnan, Gopal (ed.), *Mapping The Nation*, New York and London, Verso, p. 108.

<sup>138</sup> “Quando os indivíduos sentem que pertencem a uma nação, identificando-se com as suas características e considerando-as inequivocamente seus membros, abre-se o caminho ao nacionalismo e aos movimentos nacionalistas.” Baycroft, Timothy (2000), *O nacionalismo na Europa, 1789-1945*, Lisboa, Temas e Debates, p.10.

<sup>139</sup> Idem, p. 92.

acentuou o vínculo emocional com um grupo homogéneo em termos étnicos e culturais, definindo-se em oposição a «outros».<sup>140</sup>

Formaram-se economias nacionais integradas, assentes em redes de transporte nacionais. Vários Estados-nação europeus tornaram-se imperialistas no século XIX devido ao aumento exponencial da sua importância económica. O nacionalismo e a competição daí decorrentes contribuíram para a expansão imperialista europeia. Os impérios passaram a constituir símbolos de grandeza nacional e da força das economias de cada país, para além do facto de se considerar a posse de colónias essencial para o processo de industrialização.

A consolidação da identidade nacional, baseada na superioridade em relação aos outros, foi um corolário lógico deste processo, incentivando a exportação das matrizes nacionais (no caso português, a missão civilizadora).<sup>141</sup>

#### **4.5. Nacionalismo versus movimentos internacionalistas**

O objectivo principal dos Estados, nas últimas décadas do século XIX, passou a ser o desenvolvimento da lealdade à nação, a par da homogeneidade cultural, reduzindo assim o perigo de conflitos sociais, em tempos de gritantes diferenças económicas, originadas pela Revolução Industrial<sup>142</sup>.

Os reformistas viraram-se para outras opções, nomeadamente para movimentos de raiz não nacional ou mesmo anti-nacionalista: movimentos socialistas e sindicalistas de carácter internacionalista. O marxismo tornou-se a ideologia rival do nacionalismo. Um dos pontos de diferença entre o marxismo e a ideologia das nações foi que, para os marxistas, a Revolução Francesa não fora uma revolta da nação contra o rei, mas de uma classe, a burguesia, contra os privilégios da nobreza.

Assim, para os marxistas/socialistas, a Revolução Francesa não acontecera para o povo, para a nação, mas tão só para a burguesia, para colocar no poder esta classe social, sufocada pelos privilégios de casta do Antigo Regime<sup>143</sup>. Os marxistas defendiam/defendem que a Revolução Francesa fora uma revolução de classe e não uma revolução verdadeiramente nacional. Esta ideologia defendia que os trabalhadores de todo o mundo,

---

<sup>140</sup> Idem, p. 93.

<sup>141</sup> “(...) o facto de os estados-nações (sic) europeus embarcarem em grandes projectos de expansão imperialista esteve, pelo menos em parte, associado ao sentido crescente de nacionalismo, ao seu desejo de trazer glória à sua nação e manter a rivalidade e competição com outras nações.” Idem, p. 100.

<sup>142</sup> Cf. Idem, p. 83.

<sup>143</sup> Amaral, Luciano, (2011), “Que fazer com a I República?”, em Amaral, Luciano, *Outubro: A Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*, Lisboa, Edições 70, p. 55.

pertencentes à mesma classe, se revoltariam contra o domínio da classe burguesa dominante, contra esta nova aristocracia.

Os marxistas encararam, do nosso ponto de vista, a questão de um ponto de vista erróneo, pois ao considerarem que o nacionalismo era filho das revoluções burguesas, ignoraram as suas raízes profundas. Dito de outro modo, viram o nacionalismo como o início de um processo quando, na realidade, ele constituía mais uma etapa da construção das nações e das consciências nacionais.

O nacionalismo acabou por vencer o marxismo graças às suas fortes características culturais e políticas, e a primeira grande derrota deste último ocorreu nas trincheiras da I Guerra Mundial, quando os trabalhadores de várias países lutaram uns contra os outros pelas suas respectivas nações. A desigualdade cultural e política que caracterizava os trabalhadores dos vários países, dificultava a união, tal como em Roma a desigualdade de tratamento entre os escravos tornara sem efeito a revolta de escravos liderada por Espartaco.

Isto não quer dizer que as doutrinas marxistas de solidariedade da classe trabalhadora e da oposição aos interesses burgueses não tivessem êxito na Europa, nos séculos XIX e XX, mas a dimensão estritamente internacionalista da doutrina não conseguiu rivalizar com o nacionalismo. Os trabalhadores sentiam-se solidários uns com os outros, mas essencialmente com os da mesma nacionalidade.<sup>144</sup>

Em súpula – o marxismo funcionava por exclusão – excluía quem não era trabalhador. O nacionalismo era/é, pelo contrário, inclusivo, jogando inteligentemente com as lealdades adquiridas.

A contenda entre estas duas ideologias era pois inevitável, agudizando-se nas décadas finais do século XIX, com a afirmação dos Estados-nação. Na primeira metade do século XIX, as divergências entre as duas ideologias eram menos marcantes, até porque estavam ambas unidas na luta contra o absolutismo. A partir de 1870, o nacionalismo perdeu o seu estatuto revolucionário, idealista e vanguardista, tornando-se a ideologia do Estado e do *status quo*. Endureceu posições ao enfrentar a ideologia marxista, internacionalista, sua principal concorrente entre as mentes populares, tornando-se ainda mais conservador.

---

<sup>144</sup> Baycroft, Timothy, (2000), *O nacionalismo na Europa, 1789-1945*, Lisboa, Temas e Debates, p. 75.

## CAPÍTULO V

### O SENTIMENTO NACIONAL EM PORTUGAL

A história do desenvolvimento do sentimento nacional em Portugal, incluindo o nacionalismo e o patriotismo, seu antecessor, salvo algumas especificidades pontuais, insere-se na história das nações do ocidente europeu e segue a sua evolução geral. Quanto ao conceito de nacionalismo em si próprio, ele levaria tempo a consolidar-se no léxico português oitocentista<sup>145</sup>. Devido ao nosso relativo distanciamento dos assuntos europeus, principalmente numa boa parte do século XX, e em consonância com uma crença muito antiga e arraigada acerca da excepcionalidade da nação portuguesa<sup>146</sup>, desenvolveram-se ideias feitas, como a do atraso de Portugal, ou a de que somos um povo/país de brandos costumes.

Uma análise mais cuidada deita por terra essas ideias feitas, pelo menos como constantes da história portuguesa. É, por exemplo, o caso da perseguição aos judeus movida pela Inquisição portuguesa, vista quase sempre pela vertente da intolerância religiosa e, raramente, como uma forma, pelo menos parcial, de limpeza étnico-cultural ao serviço das forças centrípetas da nação.

Extrapolando as afirmações de Calhoun relativamente ao massacre de São Bartolomeu, ocorrido em França, para Portugal e Espanha, nestes dois países teria igualmente ocorrido uma limpeza étnica em nome da uniformização cultural e de construção de uma nacionalidade homogénea. Este autor, que aplica o conceito de nacionalismo a períodos anteriores ao século XVIII, refere-se a manifestações “etno-nacionalistas” para o século XVI, nelas inserindo o massacre de São Bartolomeu, afirmando: “France was in part made by such religious – and partially ethnic – ‘cleansing’.”<sup>147</sup>.

Apesar de quase todas as nações se terem formado em parte assim, através de actos de violência, é importante que as pessoas vulgares se esqueçam desses actos, para que o nacionalismo se apresente sem máculas. “The experience of national identity

---

<sup>145</sup> “(...) a frequente indiferenciação entre os conceitos de pátria, Estado e nação, que se observa na historiografia oitocentista (com raras excepções como as de Herculano e Oliveira Martins), contribuiu para a mescla daquelas questões que hoje são consideradas de um modo distinto.” Matos, Sérgio Campos (2008), *Consciência Histórica e Nacionalismo (Portugal – séculos XIX e XX)*, Livros Horizonte, Lisboa, 2008, p. 19.

<sup>146</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>147</sup> Calhoun, Craig (1997), *Nationalism*, Open University Press, Buckingham, pp. 84 e 85.

commonly depends on such forgetting.”<sup>148</sup>. Quanto mais recuados no tempo estão tais actos, menos problemas éticos causam. Nesta perspectiva, a ideia de que o nacionalismo das nações do ocidente europeu é mais pacífico seria, pois, falsa. A diferença relativamente a outras nações que cometeram actos de violência étnico-cultural reside na proximidade temporal e no facto de os meios modernos terem permitido uma maior extensão da limpeza étnica.

Qual teria sido papel do Estado na estruturação do sentimento nacional português? Mattoso, por exemplo, defende que foi, desde sempre, um dos factores determinantes.

(...) o papel do Estado como elemento ordenador da Nação é de tal modo evidente, que não é necessário insistir demasiado na influência que exerce na criação da comunidade nacional. (...) O processo é longo. (...) o Estado, sob a forma concreta da monarquia, é um dos elementos cuja influência se torna mais determinante na criação de uma consciência nacional, pela sua capacidade de aglutinar numa figura única e comum o imaginário colectivo, de se tornar o ponto de referência, a instância de apelo, o pólo da construção da Nação, a incarnação de ideais colectivos de justiça e de equidade que permitam ultrapassar as contradições das forças em presença.<sup>149</sup>

Concordamos com o papel fundamental exercido pelo Estado na estruturação do sentimento nacional português e na construção de uma identidade nacional, nomeadamente na implementação, desde a Idade Média, de dispositivos jurídicos e administrativos e de medidas uniformizadoras, que tiveram grande impacto na nacionalização da sociedade, mas consideramos, à semelhança de Sérgio Campos Matos<sup>150</sup>, que o papel das elites intelectuais foi também fundamental neste processo, e mais ainda na época em que esse sentimento assume a sua forma nacionalista popular.

### 5.1. Os primórdios

Considerando que o nacionalismo, enquanto ideologia, só existiu a partir da implantação do liberalismo e da industrialização, analisemos como ocorreu em Portugal, anteriormente à implantação destes fenómenos, a formação de um sentimento nacional de tipo patriótico. Estamos em crer que este se começou a formar quase desde o início da nacionalidade, ajudado pelas características do processo de construção da nação portuguesa, por nós já analisados.

---

<sup>148</sup> Idem, p. 85.

<sup>149</sup> Mattoso, José (1991), *Identificação de um País, ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325*, vol. I, Lisboa, Imprensa Universitária, Editorial Estampa, p. 61.

<sup>150</sup> Cf. Matos, Sérgio Campos (2008), *Consciência Histórica e Nacionalismo (Portugal – séculos XIX e XX)*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 9.

Até meados do século XIV, o processo não se encontrava suficientemente consolidado, até porque a nação medieval correspondia mais a uma categoria política de pessoas do que a uma categoria cultural.

The overall conclusion must be that in such societies, shared culture is seldom a plausible basis for the formation of political units. The term 'nation', if used at all, is more likely to denote a loose corporate body, the politically enfranchised gentry of a given territory, those committed to take part in politics, than literally the sum total of participants in a culture.<sup>151</sup>

Um camponês no fundo da escala social dificilmente seria então considerado como pertencendo à nação portuguesa. As pessoas que encarnavam estas realidades possuíam lealdades diversas, algumas delas relacionadas com a nacionalidade, outras não. Em 1383-85 a unidade existente era suficientemente coesa<sup>152</sup>, para podermos afirmar que a nação atingira a maioria. Mas a maioria apenas significou o início de um longo processo de consolidação, até hoje inacabado, em permanente mudança e renovação.<sup>153</sup>

## 5.2. 1383-85

A revolução de 1383-85 teve, como já vimos, uma faceta cultural fundamental na construção da nação e, conseqüentemente do sentimento nacional. Constituiu o momento em que as elites passaram a comungar de uma visão mítica do passado, lentamente vertida para as camadas inferiores da população. Esta visão teve origem em duas fontes - o Estado e as elites intelectuais, influenciando primeiro a aristocracia e o clero e, depois, através da acção destes, as camadas populares.

Foram os intelectuais (...) que propuseram e elaboraram os conceitos da nação e do nacionalismo, e que, através das suas meditações e pesquisas, deram voz a aspirações mais vastas, que transmitiram através de imagens, mitos e símbolos apropriados. (...) Existem provas de força quanto ao papel fundamental dos intelectuais, tanto no gerar do nacionalismo cultural, como no fornecer da ideologia, senão mesmo da direcção inicial, do nacionalismo político.<sup>154</sup>

---

<sup>151</sup> Gellner, Ernest (1996), "The Coming of Nationalism and Its Interpretation: The Myths of Nation and Class", em Balakrishnan, Gopal (ed.), *Mapping The Nation*, New York and London, Verso, p. 104.

<sup>152</sup> Como vimos no Capítulo III, 3.1. A Idade Média: dos primórdios à maioria.

<sup>153</sup> Thiesse afirma, a este propósito, o seguinte: "A nação foi intelectualmente construída como um organismo imutável, sempre idêntico a si mesmo através das vicissitudes da História. A passagem da nação como princípio intemporal a Estado-nação, organização que não pode perdurar senão adaptando-se, traz à actualidade esta contradição entre fixidez e evolução. E provoca mesmo uma angústia: o desaparecimento da nação." Thiesse, Anne-Marie (1999), *A Criação das Identidades Nacionais*, Braga, Temas e Debates, p. 229.

<sup>154</sup> Smith, Anthony D. (1997), *A Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva, pp. 119 e 120.

Smith refere-se aqui especificamente ao surgimento e desenvolvimento do nacionalismo moderno, oitocentista e novecentista, mas podemos extrapolar esta ideia para a Idade Média, mais especificamente para o papel desempenhado pela acção cultural de Fernão Lopes e de outros intelectuais posteriores na criação de uma consciência nacional portuguesa.

Não seriam ainda fornecedores de ideologia no sentido que esta viria a adquirir no século XIX, mas terão sem dúvida ajudado a criar um conjunto coerente de ideias e crenças que estiveram na base da criação da identidade e do sentimento nacional portugueses. Os mitos fundadores do Antigo Regime (milagre de Ourique, a fundação de Portugal por Túbal, neto de Noé, a ideia de que os portugueses seriam descendentes directos dos lusitanos ...), tinham, segundo Sérgio Campos Matos<sup>155</sup>, uma função estruturante de carácter social e mental, eram uma espécie de cimento que ligava, através da crença na excepcionalidade de Portugal, as elites e os restantes grupos sociais à pátria.

### **5.3. 1580-1640**

Não acreditamos que o período entre 1580 e 1640 tenha constituído um retrocesso no processo de construção da nação ou que os sentimentos patrióticos tenham sido seriamente afectados, salvo residualmente, e mais nas camadas superiores da população, muitas vezes ligadas por laços de sangue a Espanha, como era o caso de D. Francisco Manuel de Melo<sup>156</sup>.

Antes pelo contrário, estamos em crer que neste período se consolidaram ainda mais os sentimentos de pertença já existentes anteriormente, exacerbados pela ocupação estrangeira. A difusão do mito do sebastianismo, do rei que regressaria para libertar Portugal da tutela espanhola, é prova da resistência do sentimento nacional à época. Este suficientemente forte para que grande parte da nação aderisse ao movimento da Restauração em 1640, sendo o apoio popular visível na rápida propagação da revolta a todo o país (e mesmo ao ultramar), geralmente por iniciativa das câmaras municipais.

A Restauração foi iniciada por um grupo de nobres de Lisboa, que faziam parte do grupo dos descontentes ou seja, daqueles que não colhiam as benesses dos Habsburgo<sup>157</sup>, mas teve sucesso por causa do apoio popular já referido e do posterior apoio de parte significativa das elites. Alguns destes últimos, que posteriormente se envolveram no

---

<sup>155</sup> Cf. Matos, Sérgio Campos (2008), *Consciência Histórica e Nacionalismo (Portugal - séculos XIX e XX)*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 19.

<sup>156</sup> Referido novamente mais adiante neste trabalho.

<sup>157</sup> Cf. Ramos, Rui (coord.), Bernardo Vasconcelos Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro (2009), *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, p. 296.



movimento, como D. Francisco Manuel de Melo, fizeram-no porque acabaram por acreditar na viabilidade da

(...) restauração da independência nacional, assente nas realidades e nas esperanças brasileiras. Por irresistível apelo da sua consciência nacional ou nacionalizante? Cuidado com as palavras chavões! A consciência nacional passa pelo jogo das classes sociais e pelas tensões entre estas. Ora, um cortesão está onde está a corte, e a corte era Madrid, simultaneamente um dos centros culturais da Europa de então, o que não poderia ser indiferente a um homem com ambições de escritor. Ora, um escritor existe como tal naquilo que escreve, e D. Francisco Manuel de Melo escreveu igualmente, indiferentemente, em português e espanhol, que indiferentemente falara com os pais (português um, o outro espanhol) (...).<sup>158</sup>

Esta passagem de Joel Serrão, mostra-nos de forma exacta a ambiguidade das elites de então, divididas entre lealdades opostas. Mas, como já referimos, a identidade da nação estava suficientemente consolidada a nível geral para levar a cabo a empresa de declarar a secessão e manter essa separação, apesar dos quase trinta anos de lutas que se seguiriam (a paz definitiva com a Espanha só seria estabelecida em 1668) e da precária posição internacional de Portugal, num contexto em que a Espanha ainda parecia ser a potência territorial dominante.

Importante para o êxito da empresa foi, também, a forte acção de propaganda da nova dinastia, levada a cabo, em grande parte, pela Igreja.<sup>159</sup> No século XVII, como desde a Idade Média e até bem dentro do século XX, os púlpitos tiveram uma grande influência na criação e na difusão de uma identidade e de uma consciência nacionais. Só à medida que o ensino laico oficial se foi implementando no país, principalmente a partir da I República é que a Igreja foi sendo substituída nesse papel.

A revolta popular de Évora de 1637, já referenciada, pode ser considerada como uma antecâmara da revolta de 1640, constitui, do nosso ponto de vista, uma demonstração do sentimento geral popular relativamente à governação estrangeira<sup>160</sup> uma prova da existência de uma identidade e sentimentos nacionais bem vivos. Aí, o povo de Évora

---

<sup>158</sup> Serrão, Joel (1977), "Introdução", em Melo (1977), Dom Francisco Manuel de, *Epanáforas de Vária História Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. XI e XII.

<sup>159</sup> "Desde a própria época, na qual se fez uma grande campanha propagandística, nos púlpitos e em impressos, que a Restauração foi objecto de um assinalável esforço de legitimação e difusão. Nos púlpitos, proclamou-se a nova dinastia como uma expressão da vontade divina, e tanto o sebastianismo como vários milenarismos conheceram então importantes manifestações." Ramos, Rui (coord.), Bernardo Vasconcelos Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro (2009), *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, p. 298.

<sup>160</sup> Opinião diferente é apresentada por Ramos, que insere esta revolta no surto de movimentos antitributários que se verificaram então por toda a Europa. Cf. *Idem*, p. 293.

demonstrou o seu descontentamento para com as elites e para com a governação castelhana utilizando argumentos que, apesar dos matizes sociais, poderemos considerar como sendo patrióticos:

Queixavãose, e dizião: *Que os senhores, e poderosos de Evora, não sentião desumanamente a execução do Povo de sua Patria, porque não erão do Povo; (...) Que procuravão merecer com o Principe, á custa das ruínas da patria (...) finalmente, que ou se juntassem com os Populares, ou entre si se dividissem, ou procederião contra elles, como contra inimigos do bem publico.* [em itálico no original].<sup>161</sup>

ou, ainda: “... que morra todo o que for traidor à pátria (...).”

Apesar de historiadores recentes rejeitarem a leitura tradicional que encara 1640 “... como um testemunho irrefutável e vitorioso da precoce identidade nacional lusa ...”<sup>162</sup>, parece-nos indiscutível, pela análise das evidências, que passam por documentos como o que aqui apresentamos, como pelo estabelecimento da monarquia dual, passando pelos vários privilégios concedidos ao reino e aos portugueses, até à forma como as camadas populares, seguidas pelas elites, aderiram em força e rapidamente ao movimento da Restauração, que há razão para podermos falar de uma identidade nacional activa e de de manifestações de patriotismo nesta época.

#### **5.4. 1807-1820. O surgimento do nacionalismo em Portugal – a fase emocional**

Quando é que em Portugal se deu a passagem de um sentimento pré-nacionalista, patriótico, correspondente a sociedades agro-alfabetizadas<sup>163</sup> para um sentimento nacionalista, correspondente a uma sociedade capitalista liberal? Estamos em crer, como Baycroft<sup>164</sup>, que essa passagem ocorre com uma fase emocional e legal. Em Portugal, corresponde ao período das invasões francesas e da Revolução Liberal de 1820. A fase emocional estaria, no caso português, interligada à fase legal, sendo mesmo ligeiramente

---

<sup>161</sup> Melo, D. Francisco Manuel de (2007), “Alterações de Evora. Anno 1637. Epanaphora Política. Primeira. Escrita a hum Amigo.”, em *Epanáforas de Vária História Portuguesa*, Edição semidiplomática por Evelina Verdelho, Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada (CELGA), Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, p. 25.

<sup>162</sup> Ramos, Rui (coord.), Bernardo Vasconcelos Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro (2009), *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, p. 298.

<sup>163</sup> Cf. Gellner, Ernest (1996), “The Coming of Nationalism and Its Interpretation: The Myths of Nation and Class”, em Balakrishnan, Gopal (ed.), *Mapping The Nation*, New York and London, Verso.

<sup>164</sup> Baycroft, Timothy (2000), *O nacionalismo na Europa, 1789-1945*, Temas e Debates, Lisboa. Este autor analisa o caso francês, que com adaptações, extrapolámos para Portugal.

anterior à última, por causa da profanação do território nacional e da tutela inglesa posterior.

Para esta situação teria também concorrido a secundarização do reino em relação ao Brasil a partir do momento em que a Corte aí se instalara, resistindo a voltar. Deste ponto de vista podemos considerar que havia um claro desfasamento entre o sentimento geral que se vivia em Portugal, quase de traição à pátria por parte da monarquia que, aos olhos de muitos, apenas se parecia preocupar com a sua sobrevivência dinástica, e que tinha sido responsável por colocar Portugal no estatuto de colónia da sua antiga colónia, e o sentimento das suas elites dirigentes. Estas encarariam o Brasil como a nova base principal do Estado português, colocando os interesses deste território em primeiro plano e ignorando o ressentimento que tal situação provocava no já então bem definido sentimento nacional.

Durante o período das guerras contra os franceses e posterior tutela inglesa, uma parte substancial da nação estava em efervescência. Publicava-se muito e discutiam-se assuntos anteriormente interditos<sup>165</sup>. O nacionalismo emocional, patente na glorificação de grandes símbolos do passado da nação começava a tomar conta das mentes e das acções de muitos portugueses, primeiro dos intelectuais, mais tarde disseminando-se à restante população. Surgiu, pela primeira vez de forma consistente, o culto à figura de Camões<sup>166</sup>. Este seria, na fase popular do nacionalismo, no final do século, reaproveitado pelos republicanos como um símbolo de um Portugal imortal e de uma nação que já fora grandiosa.

A tudo isto acrescia o sentimento de que a libertação de Portugal dos franceses se deveria mais aos esforços do povo que aos da monarquia, e à sensação de impotência face ao facto de a situação económica e financeira do reino ser difícil<sup>167</sup>. Uma das principais razões para esta situação, para além da destruição provocada pela guerra, era a abertura total dos portos brasileiros aos navios e produtos britânicos, medida que tinha dificultado a entrada de muitos dos produtos portugueses que, desde o período pombalino, eram produzidos com vista ao comércio colonial. Os ingleses, inicialmente encarados como

---

<sup>165</sup> “Nunca como durante a guerra a imprensa fora tão numerosa e livre. Entre 1808 e 1814, há registo da publicação de cerca de 2000 panfletos e folhas volantes, e circularam perto de 25 periódicos.”, Ramos, Rui (coord.), Bernardo Vasconcelos Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro (2009), *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, p. 450.

<sup>166</sup> “Não por acaso, houve então um oportuno revivalismo camoniano: o morgado de Mateus publicou a sua célebre «nova edição correcta de» de *Os Lusíadas* (1817) e o músico João Domingos Bontempo compôs o *Requiem à Memória de Camões* (1818).” Idem, *ibidem*.

<sup>167</sup> Idem, 457.

libertadores, começaram a ser vistos como outros franceses, tão opressores da nação portuguesa e da sua prosperidade como aqueles.

A tutela inglesa, exercida por Beresford com quase plenos poderes, sofreu o seu mais sério abalo com a execução dos conspiradores de 1817, chefiados pelo marechal Gomes Freire de Andrade. O exército, então ainda com uma dimensão desmesurada, compreendendo, na faixa etária entre os 17 e os 40 anos, 22 homens em cada 100<sup>168</sup>, foi um foco de reacções emotivas à ocupação inglesa e à repressão da conspiração de Freire de Andrade.<sup>169</sup> A monarquia também não lhes merecia maior confiança, pois os militares consideravam que o facto de manter um exército desta envergadura, afastado que estava o perigo francês, devia-se a querer, com ele, assegurar a manutenção do império (ou seja, do Brasil), relegando Portugal para segundo plano.

Assim se explica o papel fundamental do exército no desenvolvimento da fase emocional do nacionalismo em Portugal (aliás, à semelhança do que se passara em França, se bem que aí no período pós-revolucionário), e na passagem à fase seguinte – o estabelecimento de um nacionalismo legal. Tal ocorreria após a revolução de 1820.

### 5.5. 1820-1880. A fase legal.

A fase legal do nacionalismo português nasceu em 1820, com o estabelecimento do princípio de que a soberania residia na nação e não na dinastia, foi colocada em causa no tumultuoso período posterior, que abarcou a Guerra Civil de 1828 a 1834, e desenvolveu-se no período de consolidação do regime liberal, de 1834 em diante:

(...) o princípio político da *soberania da nação* foi categoricamente afirmado pelo deputado açoriano Manuel António de Vasconcelos no congresso constituinte, em sessão de 26 de Abril de 1837, quando se discutia a existência de uma segunda câmara; as suas palavras são memoráveis «Temos em questão não um projecto de constituição, dada por um monarca para ser aceite pelo povo, mas sim o de uma dada pelo povo, por via dos seus representantes, para ser aceite pelo monarca. Nesta constituição entendo eu, que deve predominar o elemento do povo, isto é, a influência da massa nacional; porque assim é que eu entendo que se preenche o programa da *soberania nacional*. (...)»<sup>170</sup>

Vasconcelos não concordava com a existência de uma segunda câmara, porque tal não podia ser demonstrado pela vontade da nação, era, diríamos, anti-democrática. A

---

<sup>168</sup> Idem, p. 452.

<sup>169</sup> O exército português constituiu, assim, um cadinho nacionalista, à semelhança do que se passara no exército francês aquando da luta contra os inimigos absolutistas da França pós-revolucionária.

<sup>170</sup> Braga, Teófilo (2010), *História das Ideias Republicanas em Portugal*, Lisboa, Nova Vega, pp. 58 e 59.

chave do nacionalismo legal era pois o povo, a “massa nacional”, ou seja, aquilo que então se entendia como povo – os cidadãos activos, a burguesia.

A defesa da nação, a sua soberania, dependia desse povo, porque ele próprio se confundia com a nação, ele era a nação.

### **5.5.1. Povo e nação**

Na fase do nacionalismo emocional, ou até mesmo um pouco antes, por influência iluminista, a ideia de povo e, mais tarde, a de nação como seu quase sinónimo, aparecem no centro das discussões intelectuais, abrindo caminho à ideia da intervenção popular na política.<sup>171</sup>

A resistência às invasões francesas foi o momento fundador dessa intervenção na política ibérica. Em Portugal e em Espanha, o povo irrompeu na cena política nesta época, tornando-se, igualmente, o legitimador da mudança de regime. Na passagem do absolutismo ao liberalismo, tornou-se a entidade para a qual as elites revolucionárias faziam, teoricamente, a revolução. Passou a ser encarado como o conjunto dos cidadãos iguais perante a lei, mas esta categoria estava envolta em ambiguidades – os cidadãos eram iguais perante a lei, mas nem todos possuíam direitos políticos, já que uns eram cidadãos activos e outros passivos ou, dito de outra forma, uns participavam directamente na vida da cidade e outros não.

Na primeira metade do século XIX o termo povo era pouco usado, muitas vezes preferindo-se uma palavra mais antiga, povos.

Fundado num entendimento antigo do reino como o conjunto plural, dessas unidades territoriais e de outros corpos políticos, o uso do termo povos mantém-se, assim, até tarde no vocabulário político português, embora se registre uma clara tendência, ao longo da primeira metade de Oitocentos, para um fortalecimento do singular.<sup>172</sup>

Numa época em que os usos antigos das palavras se misturavam com usos novos, instalava-se uma confusão de significados.

O uso dos conceitos povo e nação pelas diversas forças em confronto, fossem estas os absolutistas ou as diversas correntes liberais, era também ambíguo, de forma a melhor servir os interesses de cada força em momentos específicos. Um exemplo do que aqui afirmamos foi a mudança operada nos absolutistas que, devido ao grande apoio popular

---

<sup>171</sup> Cf. Ferreira, Fátima Sá e Melo (2010), “Do moderno conceito de povo em Portugal: constituição e usos (1807 – 1850)”, em Neves, José (coord.), *Como se faz um povo*, Lisboa, Tinta da China, p. 25.

<sup>172</sup> Idem, p. 29.

dado à sua causa durante a guerra civil, se apropriaram de expressões liberais para melhor legitimarem esse apoio<sup>173</sup>.

Quanto aos liberais, também eles usaram estes conceitos de forma dúbia, talvez até mais que os absolutistas. Apesar de em teoria considerarem que a soberania residia na nação e no povo, não existia correspondência absoluta entre os dois conceitos, pois não conseguiam confiar num segmento da população que viam como maioritariamente pouco informado, reaccionário, controlado pela Igreja, e que, durante as invasões francesas aproveitara a confusão reinante para atacar a Propriedade, valor sacrossanto para o liberalismo.

Os liberais viam o povo com uma enorme desconfiança – por um lado combatera contra os franceses e contra a tirania do rei, por outro pusera em causa mais frequentemente a propriedade do burguês e a autoridade do magistrado do que a propriedade e a autoridade do nobre (que mantinha laços paternalistas com as populações)<sup>174</sup>. O povo a defender os seus próprios interesses assustava a burguesia, o povo não podia andar desenquadrado.

Posto isto, não admira que o povo que os liberais identificavam com a nação fosse, somente, uma parte do todo, a burguesia, aquela que detinha uma cidadania activa, porque instruída e, principalmente, proprietária:

(...) é claro que a soberania reside na Nação [...]. não aconteceria porém assim se (se) dissesse que ela residia no povo, porquanto sendo ela o resultado da Razão, e não se achando esta desenvolvida nas massas, ou no povo, é claro que a soberania não reside neste, mas sim na Nação. Isto é, de entre o povo ou massa geral dos cidadãos, naqueles que têm uma razão desenvolvida e ilustrada.<sup>175</sup>

Esta visão dualista do povo, por um lado verdadeiro detentor da essência da nação, por outro, conservador e limitado nos seus julgamentos, ora louvado pelas suas qualidades

---

<sup>173</sup> Cf. idem, p. 33.

<sup>174</sup> “Os povos, na luta contra o francês, mostravam-se, por um lado, como um sujeito patriótico, mas ao mesmo tempo como uma força descontrolada que aterrorizava a «gente grada» (...) os cabecilhas dos levantamentos populares de 1808 não foram premiados pelo seu patriotismo contra os franceses, mas enforcados ou deportados pelos crimes praticados contra as hierarquias tradicionais.” Cerezales, Diego Palacios (2010), “O soberano ausente: povo, povos, povinho, os avatares de um sujeito mítico na cultura liberal portuguesa”, em Neves, José (coord.), *Como se faz um povo*, Lisboa, Tinta da China, p. 75.

<sup>175</sup> Pinto, Basílio Alberto de Sousa, *Lições de Direito Público Constitucional*, 1840, Lição nº 9, p. 21 (igual a [http://www.fd.unl.ptDefault\\_1024.asp](http://www.fd.unl.ptDefault_1024.asp), «Biblioteca Digital»), citado por Silva, Cristina Nogueira da (2010), “Povo e cidadania no século XIX”, em Neves, José (coord.), *Como se faz um povo*, Lisboa, Tinta da China.

primordiais, ora olhado com sobrançeria ou desconfiança, marcará uma boa parte do pensamento liberal oitocentista e do pensamento de esquerda no século XX.

O Zé Povinho de Bordallo Pinheiro, surgido em Junho de 1875, mostra como essa visão dualista do povo português estava ainda bem viva mais de 50 anos volvidos após a Revolução de 1820. Esta figura nasce menorizada (povinho), não é povo, faz e não faz parte da nação, é uma espécie de cidadão de segunda classe. Existia a esperança de que, um dia, depois de educado, pudesse vir a ser considerado cidadão de pleno direito, passando a denominar-se então José Povo.

Este desejo “... assinala (...) outro elemento recorrente do liberalismo: a necessidade de transformar a matéria humana da população portuguesa e convertê-la em «verdadeiro povo», numa espécie de sujeito político colectivo, comunidade patriótica orientada para o bem comum.”<sup>176</sup>

Quanto à nacionalidade e a quem podia ou não ser considerado cidadão português, a realidade jurídica de 1822 era bem mais inclusiva que em períodos posteriores. Prevalcia então mais o direito de pertença, à francesa, que o direito de sangue, mais germânico, reflectindo a diversidade étnica do império português.

Ao longo do século XIX a influência romântica na ideia de povo, concebido como uma entidade com raízes históricas e culturais comuns, foi apagando o sentido de uma cidadania multiétnica, pluricultural e plurireligiosa. O darwinismo social, propagando-se no final do século, ao dar maior legitimidade a teorias racistas e de gradação das sociedades humanas, afastou ainda mais a possibilidade de uma cidadania portuguesa mais abrangente.<sup>177</sup>

### **5.5.2. 1850-1880. Consolidação e viragem.**

No período subsequente às guerras civis e, principalmente, com a Regeneração e a sua política de desenvolvimento do capitalismo industrial, assistiu-se à consolidação do Estado Liberal e do Estado-nação que passou

(...) a ser a forma dominante de organização política na Europa Ocidental. Daí em diante, as classes dominantes conseguiram usar a política oficial e o aparelho de Estado para pôr em

---

<sup>176</sup> Cerezales, Diego Palacios (2010), “O soberano ausente: povo, povos, povinho, os avatares de um sujeito mítico na cultura liberal portuguesa”, em Neves, José (coord.), *Como se faz um povo*, Lisboa, Tinta da China, p. 72.

<sup>177</sup> Cf. Silva, Cristina Nogueira da (2010), “Povo e cidadania no século XIX”, Neves, José (coord.), *Como se faz um povo*, Lisboa, Tinta da China, p. 75.

prática as doutrinas combinadas do nacionalismo moderado, do liberalismo económico e político e do conservadorismo social. (...) Nas últimas décadas do século, o apoio das massas a esses estados-nações sob a forma do nacionalismo popular aumentou (...).<sup>178</sup>

É neste período de trinta anos, que corresponde à implementação do capitalismo industrial em Portugal, que se dá a passagem do nacionalismo legal para o nacionalismo popular. É neste período que se criam as condições para a generalização de reacções nacionalistas populares como as que ocorreram a propósito do ultimato inglês de 1890.

A fase legal do nacionalismo português, assim como a fase popular que se lhe seguiu, foram marcadas pela distinção entre quem tinha direitos plenos de cidadania e quem não os tinha. Esta distinção implicava, segundo a óptica da maioria dos liberais, que os sentimentos nacionalistas também variassem consoante se pertencia a cada uma das categorias. Se nem todo o povo pertencia à nação, se os valores que ela representava pouco lhe diziam, como a poderia defender contra os inimigos externos ou internos?

Se, no caso dos inimigos externos, como aquando das invasões francesas, não havia grandes dúvidas quanto à lealdade e empenho do povo em combatê-los, o mesmo já não acontecia, na perspectiva dos liberais, quanto aos inimigos internos, os partidários do Trono e do Altar.

Esta desconfiança relativamente ao povo e às suas lealdades internas permaneceu uma constante em Portugal até bem dentro do século XX, com os republicanos a considerá-lo como um potencial apoiante das forças reaccionárias da monarquia e da Igreja, e como consequência desta forma de pensar, a reduzirem, em 1913, o número de eleitores efectivos<sup>179</sup>.

### 5.5.3. O alargamento da cidadania efectiva

No caminho para a inclusão de uma maioria do povo na comunidade efectiva dos cidadãos, no sentido dos que participam na vida pública através do voto, uma das premissas para a disseminação do nacionalismo popular, os governos da Regeneração tiveram um papel preponderante.

---

<sup>178</sup> Timothy Baycroft (2000), *O nacionalismo na Europa, 1789-1945*, Lisboa, Temas e Debates, p. 69.

<sup>179</sup> “A 3 de Julho de 1913, uma nova lei eleitoral retirou o direito de voto aos analfabetos, a pretexto de conter o «caciquismo». No parlamento, a 2 de Junho, Afonso Costa, então chefe do Governo, proclamara que «indivíduos que não têm ideias nítidas e exactas de coisa nenhuma, nem de nenhuma pessoa, não devem ir à urna, para não se dizer que foi com carneiros que confirmámos a república.» Ramos, Rui (coord.), Bernardo Vasconcelos Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro (2009), *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, pp. 588 e 589.



Foi com Fontes Pereira de Melo, político progressista, acusado por muitos de simpatias republicanas<sup>180</sup>, que se introduziu um novo sistema eleitoral que, ao alargar o direito de voto a todos os “chefes de família”, alfabetizados ou não, instituiu “... aquilo que o jornal republicano *Democracia* (dirigido por Elias Garcia) chamou “o sufrágio universal sem o nome””.<sup>181</sup>

## **5.6. 1880-1945. A fase popular.**

Segundo Timothy Baycroft, entre 1870 e a II Guerra Mundial, a civilização ocidental entrou na fase popular do nacionalismo. Nesta fase, deu-se “(...) a transferência das ideias do nacionalismo e da identidade nacional das elites para as massas na Europa.” As novas formas de nacionalismo dos finais do século XIX tinham ultrapassado o conceito legal de nação, inscrito nas constituições e sufragado pelo povo. Aquele passava a definir-se menos desta forma e mais por conceitos fugidios como a raça e a cultura comuns.

Este nacionalismo popular (ou de massas) surgiu ligado aos fenómenos do liberalismo económico, do capitalismo industrial e da urbanização, que diluíram, também em Portugal, a partir da Regeneração, as diferenças regionais. Esta passagem de uma forma de nacionalismo para outra ocorreu nas décadas de 80 e 90 do século XIX, sendo nossa convicção de que o ultimato britânico ao ferir o orgulho nacional constituiu um ponto-chave desse processo, marcando o seu amadurecimento.

### **5.6.1. O vínculo emocional**

O nacionalismo popular acentua, como já vimos, o vínculo emocional entre populações com fortes laços políticos e culturais, invocando as raízes míticas, os antepassados e a história comuns, exacerbando os feitos nacionais e menorizando os das outras nações. Não admira, portanto, que determinados acontecimentos, como o ultimato, considerados como afrontas à honra nacional, provocassem reacções populares intensas e extensas. O nacionalismo popular é, ainda, inclusivo para os nacionais, excluindo liminarmente quem não é visto como fazendo parte da nação<sup>182</sup>.

---

<sup>180</sup> Cf. Amaral, Luciano (2011), “Que fazer com a I República?”, em Amaral, Luciano, *Outubro, A Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*, Lisboa, Edições 70, p. 24.

<sup>181</sup> Idem, p. 26.

<sup>182</sup> Daí, por exemplo as exigências de que os cidadãos ingleses fossem despedidos dos seus postos de trabalho caso não se naturalizassem: “Em 1890 foi o anno do ultimatum inglez; na Amora e povoações visinhas, a exaltação era grande contra os operários d’aquella nacionalidade, que eram os nossos garrafeiros e mestres, e com receio de algum desacato,

Esta ideia de pertença a algo de especial, que apenas os eleitos partilham abriu caminho às arrogâncias nacionais, à agressão e aos imperialismos<sup>183</sup>, a partir do terceiro quartel do século XIX. “O nacionalismo da fase popular assumia a forma de competição entre nações (...).”<sup>184</sup> Tal como a competição imperial entre Portugal e a Inglaterra.

### 5.6.2. Os factores de mudança

O arranque industrial português (conjugado com o triunfo do liberalismo) apesar de ter levado, por razões várias, mais tempo a atingir a maturidade que noutros países europeus, operou as necessárias mudanças sociais e mentais para que possamos, no final do século, falar da existência deste tipo de nacionalismo em Portugal, em consonância com o resto da Europa ocidental, pelo menos nas zonas urbanas e nas cidades e vilas que, no interior, estavam então já ligadas ao litoral através das redes de comunicação construídas desde a Regeneração.

Sintomático do que aqui afirmamos é, por exemplo, o sucesso da subscrição nacional levada a cabo pela Sociedade de Geografia, e a quantidade de mensagens de apoio recebidas por esta instituição nos dias e semanas que se seguiram ao ultimato<sup>185</sup> assim como a quantidade de reacções de todo o país e de todas as camadas sociais, registadas pela imprensa da época.<sup>186</sup>

---

foram estes repatriados e a fábrica suspendeu o fabrico (...).” *Catálogo da Fábrica de Vidros da Amora*, 1907.

<sup>183</sup> “(...) postular que certas nações são racialmente mais puras que outras, ou superiores, justifica o imperialismo (...).” Thiesse, Anne-Marie (1999), *A Criação das Identidades Nacionais*, Braga, Temas e Debates, p. 178.

<sup>184</sup> Baycroft, Timothy (2000), *O nacionalismo na Europa, 1789-1945*, Lisboa, Temas e Debates, p. 93.

<sup>185</sup> Mensagem da Camara Municipal De Reguengos: “...num projecto de posturas, apresentado hoje, se dá aos estalajadeiros a faculdade de negarem pousada aos inglezes e aos manifestamente embriagados.” *O Ultimatum Britannico, correspondencia expedida e recebida pela Sociedade de Geographia de Lisboa, relativamente ao ultimatum, dirigido ao governo portuguez pelo inglez em 11 de Janeiro de 1890*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1890, 27 de Janeiro de 1890, p. 77.

<sup>186</sup> “A empresa do teatro da Alegria resolveu bizarramente ceder o producto da sua recita de ante-hontem, para que seja comprada uma espada de honra para o major Serpa Pinto. O publico que assistia ao espectáculo, sabendo d' esta resolução rompeu em grande entusiasmo, havendo ovação á empresa do novo e popular teatro. Todos os artistas e empregados do teatro cederam os seus vencimentos para auxiliar a idéa da empresa.” *Diario de Noticias*, domingo, 14 de Janeiro de 1890.

Apesar da alfabetização em Portugal, tida como um dos elementos fulcrais da disseminação do nacionalismo popular, ter-se efectuado, à semelhança dos outros países do Sul da Europa, de forma mais lenta que no Norte, tal não significa que não existissem fortes sentimentos nacionais.

Uma autora dos finais do século XIX, Cecília Branco, já então reflectia sobre estas questões, nomeadamente sobre a força e as formas de transmissão de uma certa ideia de pátria entre as camadas populares analfabetas, interrogando-se sobre como se efectuariam esse processo, mas não pondo em dúvida de que ele existia e era eficiente.<sup>187</sup> Num país relativamente pequeno, de fortes vínculos familiares, a difusão de ideias e hábitos acabava por ocorrer de forma quase natural.

Mesmo a relativa insularidade da vida rural, que criava hábitos e formas de expressão diferentes, não era suficientemente forte para criar quaisquer movimentos culturais diversos do oficial. As diferenças ainda assim existentes tenderam a atenuar-se, de forma mais acentuada a partir da Regeneração, com o desenvolvimento das infraestruturas da comunicação.

A similaridade entre os países do sul da Europa não termina aqui, pois, para todos eles há um momento crucial desta forma de nacionalismo, um momento traumático, e esse momento corresponde, quer em Portugal, em Espanha, na Itália e mesmo em França, a uma agressão externa. “As derrotas da França em Sedan (1870), da Itália em Ádua, na Etiópia (1896), da Espanha face ao poderio naval dos EUA (1898), bem como o Ultimatum inglês de 1890 vinham agudizar essa consciência atormentada e concorriam para alargar o interesse pela psicologia colectiva.”<sup>188</sup> Discutiram-se, em todos estes países, as causas da fraqueza dos povos latinos, discutiu-se como se poderia travar esse ciclo de decadência face ao norte.

O nacionalismo português deste período formou-se, pois, no meio de uma crise de identidade nacional, provocada pela nossa sentida fraqueza relativamente aos países do norte da Europa, mais industrializados e urbanizados. A consciência dessa fraqueza tornou-se aguda com o episódio do ultimato britânico, tornado mais humilhante pelo facto de ter

---

<sup>187</sup> “O maior número não saberá dizer por que meio ganhou esse conhecimento (da história pátria)” (...) Foi por assim dizer, colhê-lo no ar, onde flutuam os fragmentos dispersos da tradição, como aqueles fios misteriosos que no Outono se vêem esvoaçar ao sabor da brisa, arrancados da teia de que fazem parte.” Branco, Cecília Schmidt (1891), “O ensino da História”, *Revista da Educação e Ensino*, 6, Lisboa, pp. 144-161, citada por Matos, Sérgio Campos (1990), *História, Mitologia, Imaginário Nacional, A História no Curso Nacional dos Liceus (1895-1939)*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 22 e 23.

<sup>188</sup> Matos, Sérgio Campos (2008), *Consciência Histórica e Nacionalismo (Portugal – séculos XIX e XX)*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 97.

sido infligido por uma nação considerada amiga e protectora, mas vinha de trás, das conferências do casino e da Geração de 70.

### 5.6.3. Ambivalência

Este nacionalismo, que vai marcar o nosso sentimento nacional até para além da segunda metade do século XX, nasce ambivalente. Por um lado, demonstra uma certa noção de superioridade, geralmente para com povos ou culturas extra-europeus, superioridade essa evidente na terminologia utilizada, como nos conceitos de raça e de civilização, presente, por exemplo, quando se fala da “missão civilizadora” de Portugal nas colónias<sup>189</sup>.

Por outro, sente-se inferior, comparativamente aos povos do norte<sup>190</sup>, sendo aceso o debate da suposta decadência (de Portugal, mas também dos povos peninsulares e dos povos latinos). A ideia de decadência, ligada à expansão do darwinismo nas últimas décadas do século XIX é comum à maioria dos países europeus. A diferença interessante da realidade portuguesa é a de que, enquanto nos países mais industrializados, principalmente na Inglaterra, se começava a associar a decadência aos malefícios da modernidade, surgindo movimentos que advogavam o retorno a um ideal campestre<sup>191</sup>, em Portugal a decadência é geralmente associada à fraqueza industrial do país, particularmente em épocas como as do ultimato, em que essa fragilização não permite dar uma resposta à altura da afronta.

Estamos em crer que determinadas características que definiram o carácter nacional português na maior parte do século XX, algumas delas ainda hoje visíveis, como a ideia enraizada em certas elites intelectuais de que tudo o que provinha/provém do norte da Europa era/é superior<sup>192</sup>, ou a de que a nação vive em crise constante, tiveram a sua

---

<sup>189</sup> “Mas se está para além dos nossos talentos e recursos materiais, pelo menos no presente, um papel histórico primacial, não os excede o de órgão transmissor de civilização, junto de raças atrasadas, ou menos bem dotadas que a nossa. Se nos é vedado inventar e criar, é-nos ainda possível comunicar e difundir; e estas funções modestas são quanto basta para viver.” Teles, Basílio (1968), *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro, Esboço de História Política*, Lisboa, Portugália Editora, p. 162.

<sup>190</sup> Oliveira Martins, numa obra publicada em 1893, a propósito de uma viagem a Inglaterra, dá-nos conta deste estado de espírito português: “Ser pobre, ser fraco, ser pequeno, é uma desonra, nesta pátria de Darwin que arvorou a vitória da Inglaterra, na concorrência vital deste século, em princípio da ciência universal.” Martins, Oliveira (1951), *A Inglaterra de Hoje*, Lisboa, Guimarães & C.ª Editores, p. 111.

<sup>191</sup> Cf. Thiesse.

<sup>192</sup> Considerem-se, por exemplo, as comparações actuais, nos media, e não só, com os países do norte da Europa, quase sempre considerados como modelos exemplares de desenvolvimento,

origem nesta ambivalência que condicionou o nacionalismo português moderno desde o seu nascimento.

#### 5.6.4. A difusão do nacionalismo popular

A transmissão cultural do fenómeno do nacionalismo popular em Portugal foi levada a efeito, principalmente, pelas elites culturais, nomeadamente as republicanas<sup>193</sup> e, em menor grau, pelo Estado e pela Igreja. Todos estes disseminadores do nacionalismo popular se centraram na memória e na sua recuperação. Era como um lembrar de que já existia uma identidade nacional e que esta precisava apenas de ser reavivada.

Para tal era preciso reinventar o passado mais ou menos mítico de Portugal, à semelhança do que estava a ser efectuado um pouco por toda a Europa. Para que essa disseminação fosse bem sucedida, era necessário criar símbolos facilmente identificáveis e estruturas de apoio à nova ideologia. Erigiram-se estátuas de antepassados ilustres nas cidades e vilas portuguesas; elegeram-se os monumentos identificadores da nacionalidade, levando, mais tarde, à criação, pela I República dos monumentos nacionais<sup>194</sup>; editaram-se medalhas e selos; pintaram-se obras com temas históricos<sup>195</sup>; criou-se uma toponímia nacionalista, com as ruas a adquirirem nomes de antepassados ilustres ou de momentos chave da construção da nação; criaram-se bibliotecas, museus e teatros nacionais<sup>196</sup>, com obras icónicas da recriada identidade nacional (Custódia de Belém, Painéis de São Vicente<sup>197</sup>...); promoveram-se festivais, comemorações e exposições; criaram-se grupos

---

advogando-se a cópia ou a adaptação desses modelos para resolver o “atraso” ou a “crise” portugueses, conceitos sucessores da “decadência” oitocentista.

<sup>193</sup> Cf. Amaral, Luciano (2011), “Que fazer com a I República?”, em Amaral, Luciano, *Outubro, A Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*, Lisboa, Edições 70, pp. 24 e 25.

<sup>194</sup> “O século XIX foi um século de construtores, do moderno e do antigo. Os séculos precedentes não tinham um apreço especial pelas pedras velhas. Se o dono de uma construção antiga tivesse meios para a modernizar, apressava-se a fazê-lo. (...). Desde que aparece a ideia de nação, e portanto de herança colectiva legada pelos antepassados, o valor de utilização deve passar a ir a par do valor patrimonial.” Thiesse, Anne-Marie (1999), *A Criação das Identidades Nacionais*, Braga, Temas e Debates, p. 146 e 147.

<sup>195</sup> Idem, p. 142.

<sup>196</sup> Primeiro intitulada Real Biblioteca Pública da Corte, só passa a Nacional em 1836, dois anos após o triunfo do Liberalismo. O Museu Nacional de Arte Antiga, o primeiro dos museus nacionais, teve a sua abertura oficial em 12 de Junho de 1884. O Teatro Nacional foi fundado por Almeida Garrett em 1836.

<sup>197</sup> Cuja descoberta, envolta numa aura romântica, seguia um modelo europeu muito disseminado. Cf. Thiesse, Anne-Marie (1999), *A Criação das Identidades Nacionais*, Braga, Temas e Debates, pp. 113 a 131 e 149.

nacionalistas, como a Comissão Central 1º de Dezembro, em 1861, destinada a combater o iberismo; inventaram-se estilos nacionais e construíram-se edifícios em interpretações livres desses estilos<sup>198</sup>; recriaram-se tradições, trajes, paisagens e mesmo animais que se complementavam para formar um conjunto nacional harmonioso<sup>199</sup>.

### 5.6.5. O papel do movimento republicano

Este esforço de reencontro com o passado iniciou-se logo após o triunfo do liberalismo, mas teve os seus pontos altos a partir das últimas décadas do século XIX e ao longo de todo o século XX, quando se expandiu, das elites intelectuais para camadas cada vez mais alargadas da população.

Um dos principais protagonistas dessa construção nacionalista foi o movimento republicano, ao qual interessava difundir uma visão da história nacional em que o absolutismo, a Igreja e a monarquia de Bragança, frutos desse período encarado como nefasto da história portuguesa, eram considerados como sendo os principais responsáveis pela decadência do país.

Não se pode falar de nacionalismo popular em Portugal, nem do episódio marcante que foi o ultimato para o seu desenvolvimento, sem analisarmos o papel crucial desempenhado pelos republicanos. O partido republicano e os seus intelectuais, numa forma típica de difusão cultural, de cima para baixo, das elites para as camadas médias e populares, foram os principais agentes da instilação do novo sentimento nacional.

O pensamento republicano não era, todavia, um exclusivo dos republicanos, segundo a análise de Amaral<sup>200</sup>, já que o regime liberal monárquico, apesar de se basear na Carta Constitucional de 1826, que introduzira o poder moderador do rei, se fora progressivamente democratizando, podendo ser encarado como uma monarquia republicana, já que o poder do rei se encontrava limitado por instituições republicanas.

Este autor defende que o desgaste da monarquia não foi apenas obra dos republicanos, tendo os dois partidos que partilhavam o poder (Regenerador e Progressista), tido responsabilidades na matéria.

A Coroa e a Igreja transformaram-se durante a monarquia constitucional, portanto, nos símbolos que faltava ainda erradicar para completar a obra liberal. Por isso, não coube apenas

---

<sup>198</sup> Não podendo reclamar a paternidade dos estilos românico ou gótico, numa época em que se procurava a verdadeira essência da nação na Idade Média, os intelectuais portugueses transformaram a variante do gótico final existente em Portugal em “estilo manuelino”, nascendo assim mais um estilo “nacional”. Cf. *Idem*, pp. 153 a 155.

<sup>199</sup> *Idem*, pp. 187 a 192.

<sup>200</sup> Amaral, Luciano (2011), “Que fazer com a I República?”, em Amaral, Luciano, *Outubro, A Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*, Lisboa, Edições 70, p. 26.

aos republicanos a contestação da sua existência, mas também à classe política e intelectual da monarquia constitucional.<sup>201</sup>

A instilação do sentimento nacionalista numa parte significativa da população esteve intimamente ligada ao aproveitamento partidário dos factos políticos, fenómeno que se iniciou em Portugal nos finais da década de 70, inícios da de 80. Aproveitavam-se os mais variados acontecimentos internos e externos em campanhas contra os governos e contra o regime monárquico. “Este movimento conhece no período em causa três pontos altos, dois dos quais ligados à política externa: inicia-se com o Tratado de Lourenço Marques em 1879, agiganta-se com o Tricentenário de Camões em 1880 e culmina com o Ultimatum em 1890.”<sup>202</sup>

Onde é que as elites republicanas portuguesas foram buscar as novas ideias e as assimilaram, de forma a poderem transmiti-las ao resto da sociedade? A origem das ideias do movimento republicano e do nacionalismo popular que lhe está intimamente associado encontrar-se-ia no contacto da intelectualidade portuguesa, a partir de 1865

“(…) com uma soma de noções e de factos científicos [as correntes positivistas] a que, até aí, era quase de todo estranha; (…) [e que] alienaram do Estado os espíritos moços, sinceramente devotados ao que se chamava então o progresso; e que, por fim, este movimento reivindicador de liberdade e de independência (…) [chegou] às multidões pela invencível necessidade de se traduzir em tentativas práticas de reforma (…)”<sup>203</sup>

Teria sido assim, num movimento típico de difusão cultural, de cima para baixo, que se teriam difundido os sentimentos nacionalistas populares para o resto da população.

Que objectivos se pretendiam alcançar? Tendo sido o movimento republicano apoiado desde o início por “(…) um *partido de ideologia* e de massas (…)”<sup>204</sup>, tinha como principal objectivo o derrube da monarquia e a instalação de uma república em Portugal, com o apoio popular, usando o nacionalismo como arma.

Mas, apesar de os republicanos pretenderem mudar o regime, não eram muitos os adeptos de alterações radicais – poucos poriam então em causa os fundamentos liberais da

---

<sup>201</sup> Idem, pp. 26 e 27.

<sup>202</sup> Teixeira, Nuno Severiano (1990), *Política externa e política interna no Portugal de 1890*, Lisboa, Alfa, p. 77.

<sup>203</sup> Teles, Basílio (1968), *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro, Esboço de História Política*, Lisboa, Portugália Editora, pp. 59 e 60.

<sup>204</sup> Catroga, Fernando (1991), *O Republicanismo em Portugal. Da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, Coimbra, Faculdade de Letras, pp. 10-12, citado por Martins, Fernando (2011), “O 5 de Outubro: Anatomia, Natureza e Significado de uma Revolução”, em Amaral, Luciano (org.), *Outubro: a Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*, Lisboa, Edições 70, p. 106.

nação e do Estado<sup>205</sup>, tendo sido esse papel deixado para os movimentos radicais de esquerda. Defendiam, ainda, uma sociedade mais igualitária, em que o conceito de cidadania plena se disseminasse para camadas mais alargadas da população mas, ao herdarem o preconceito, que vinha da época das invasões francesas e da Guerra Civil, de que o povo era intrinsecamente reaccionário, acabaram por não colocar em prática o que defendiam em teoria.

O nacionalismo necessita de “inimigos”, sejam eles internos ou externos, para se afirmar e crescer<sup>206</sup>. No caso português, nas primeiras fases do seu desenvolvimento, os últimos foram identificados com os invasores francês e espanhol e, mais tarde, com o ocupante inglês. Os inimigos internos eram o absolutismo e, a partir do triunfo do liberalismo, também a Igreja.

Na sua fase popular, particularmente após o ultimato, os inimigos internos permaneceram basicamente os mesmos, o Trono e o Altar<sup>207</sup>, mas com nuances. Não se punha já em causa o poder absoluto do rei, por razões óbvias, mas a própria instituição monárquica<sup>208</sup>. Quanto à Igreja, esta não constituía matéria consensual.<sup>209</sup>

---

<sup>205</sup> Luciano Amaral, entre outros autores, defende a continuidade estrutural entre o liberalismo e a república. Para ele, a mudança não foi substancial, sendo difícil estabelecer fronteiras entre um e outro tipo de regime. Cf. Amaral, Luciano, “Que fazer com a I República?” em Amaral, Luciano (org.), *Outubro: a Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*, Lisboa, Edições 70, pp. 15 a 43.

<sup>206</sup> Cf. Baycroft, Timothy, *O nacionalismo na Europa (2000), 1789-1945*, Temas e Debates, Lisboa, 2000.

<sup>207</sup> Não deixa de ser irónico que, quase cinquenta anos depois, em 1926, aquando do pronunciamento militar de 28 de Maio, no manifesto desse acontecimento, assinado pelo general Gomes da Costa, os políticos republicanos fossem então identificados como sendo o inimigo interno: “À frente do Exército português, pois, unido na mesma aspiração de redenção patriótica, proclamo o interesse nacional contra a acção nefasta dos políticos e dos partidos, e ofereço à Pátria enferma um governo forte, capaz de opor aos inimigos internos o mesmo heróico combate que o Exército deve aos inimigos externos.” Reis, Bruno Cardoso (2011), “Da Nova República Velha ao Estado Novo (1919-1930)”, em Amaral, Luciano (org.), *Outubro: a Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*, Lisboa, Edições 70, p. 329.

<sup>208</sup> Cf. Homem, Amadeu Carvalho (1985), “Memória Sobre as Causas do Ultimato Inglês de 1890”, *Biblos*, LXI, s.l., pp. 453 e 454.

<sup>209</sup> “(...) os políticos portugueses, entre 1880 e o início da década de 1920, andaram especialmente preocupados com a questão religiosa ou com a definição dos vários conceitos de nação. Ou seja, em estripar a religião ou em preservar a sua influência, em refazer a comunidade de cidadãos nacionais ou em salvaguardar aquilo que consideraram ser a sua essência.” Martins, Fernando, “O 5 de Outubro: Anatomia, Natureza e Significado de uma



A nível externo, a Espanha permaneceu, até ao ultimato, como a maior ameaça à soberania portuguesa. Após esse acontecimento essa percepção suavizou-se, chegando a desenvolver-se, sem grande sucesso, projectos iberistas de um lado e de outro da fronteira, que pretendiam travar o que se percepcionava como sendo a decadência dos povos ibéricos.

A Conferência de Berlim, ao inaugurar o imperialismo moderno, pôs a nu as fraquezas portuguesas, nomeadamente na manutenção e desenvolvimento de um império colonial africano nos termos acordados. Era assim posta em causa a crença então generalizada entre as elites portuguesas da “missão histórica de Portugal” como colonizador. E, quem punha em causa esta crença era o “novo” inimigo externo, que cobiçava o “histórico” império português – as potências europeias mais industrializadas. Entre elas havia uma que, num crescendo de ataques à soberania imperial portuguesa, se ia aproximando do que os republicanos percepcionavam como sendo o seu objectivo principal – o controlo total do império português. Essa potência, a Inglaterra, que, segundo aqueles, pretendia ser nossa amiga para melhor manobrar na sombra.

Entre 1870<sup>210</sup>, data da fundação do partido republicano e 1880, data das comemorações do centenário de Camões, republicanismo e nacionalismo popular vão andar de mãos dadas, numa relação de quase exclusividade. Não admira, portanto, que os instrumentos ao serviço da disseminação das duas ideologias fossem coincidentes. Um dos principais foi a imprensa que, através de jornais como *A Folha Nova* no Porto e *O Século* em Lisboa, difundiram as ideias republicanas e nacionalistas pelas suas bases sociais de apoio. Organizaram-se, ainda, conferências e comícios, fundaram-se clubes<sup>211</sup> e, em 1875, a Sociedade de Geografia de Lisboa, que iria ter um papel importante na difusão do nacionalismo popular português, nomeadamente na sua vertente imperialista.

#### **5.6.5.1. O momento iniciador: as comemorações camonianas**

O objectivo principal dos organizadores de comemorações nacionais de qualquer quadrante ideológico é atingir um público o mais vasto possível, apelando a factores identitários,

---

Revolução”, em Amaral, Luciano (org.), *Outubro: a Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*, Lisboa, Edições 70, p. 113.

<sup>210</sup> Segundo Timothy Baycroft, esta data marca, igualmente, o início do nacionalismo popular na Europa. Cf. Baycroft, Timothy (2000), *O nacionalismo na Europa, 1789-1945*, Temas e Debates, Lisboa, p. 8.

<sup>211</sup> Cf. Teles, Basílio (1968), *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro, Esboço de História Política*, Lisboa, Portugalíia Editora, pp. 60 e 61.

criando uma consciência de grupo, de forma a que os protagonistas se sintam parte de uma comunidade nacional imaginária, passada e presente.<sup>212</sup>

Para haver nacionalismo popular tem que existir uma carga emotiva, uma empatia, que nos liga aos nossos concidadãos, os vivos e os mortos. Ela cria-se evocando as figuras gradas ou momentos icónicos do passado. Neste sentido, o nacionalismo popular reaviva, com roupagens adaptadas a novos tempos, mais científicos, o velho culto das almas dos antepassados, agora como outrora servindo objectivos políticos. “The emphasis on national feeling as an indicator of the cohesiveness of the community, and as an emotion that can be stimulated through the celebrations themselves, points to a conscious political manipulation of nationalism.”<sup>213</sup>

O grande momento de propaganda do partido republicano e o momento que inaugurou o nacionalismo popular em Portugal (e o integrou no discurso político), foi o das comemorações camonianas, o tricentenário da morte de Camões, pela carga emotiva e simbólica que estabeleceu. Camões reciclado<sup>214</sup> passou a ter lugar cativo no panteão dos heróis nacionais.

Todo o português alfabetizado saberá a partir deste momento quem é e o que representa para a identidade e consciência nacionais! O herói que morrera com a pátria em 1580 passou a representante máximo da alma da nação, e qualquer tentativa posterior para lhe retirar esse estatuto seria, até aos dias de hoje, severamente criticada. Vejam-se as objecções a quaisquer tentativas para o retirar dos currículos do ensino ou a polémica gerada quando os exames nacionais de português o omitem, e o facto de o seu nome ter sido o escolhido para designar o Instituto Camões, um instrumento do nacionalismo português contemporâneo.

As razões da sua escolha prendiam-se, por um lado, com o seu mérito pessoal que, para os republicanos, se opunha de forma clara à hereditariedade da monarquia. Numa lógica positivista, aquela que predominava entre os intelectuais republicanos, o mérito devia

---

<sup>212</sup> Cf. Vakil, AbdoolKarim A. (1996), “Nationalising Cultural Politics: Representations of the Portuguese 'Discoveries' and the Rhetoric of Identitarianism, 1880-1926”, em Mar-Molinero, Claire e Angel Smith, *Nationalism and the nation in the Iberian peninsula, competing and conflicting identities*, Washington D.C., Berg, pp. 42 e 43.

<sup>213</sup> Freeland, Alan (1996), “The People and the Poet: Portuguese National Identity and the Camões Tercentenary (1880)”, em Mar-Molinero, Claire e Angel Smith, *Nationalism and the nation in the Iberian peninsula, competing and conflicting identities*, Washington D. C., Berg, p. 59.

<sup>214</sup> Já vimos que, num primeiro momento, ainda na fase emocional do nacionalismo, a figura de Camões tinha sido aproveitada como símbolo nacional. Ganha relevância com os intelectuais da Geração de 70 e, neste terceiro momento da sua repescagem vai ser, mais uma vez, alvo de muitos aproveitamentos emotivos, nomeadamente após o ultimato.

sobrepôr-se a quaisquer outros factores. Outra razão para a escolha de Camões devia-se ao facto de este ser o representante icónico mais emotivo daquela que era considerada como a grande gesta dos portugueses – os Descobrimentos. Estes foram apresentados nas comemorações como sendo o grande contributo português para o progresso científico e para a expansão da civilização europeia.<sup>215</sup>

Uma característica importante ligada às comemorações prendia-se com a luta que os republicanos levaram a cabo, desde a sua fundação como partido, contra o que consideravam ser as forças reaccionárias da Igreja. Daí a importância de secularizar e de criar rituais em torno de figuras laicas emblemáticas, de modo a definir um novo sentimento nacional, livre de referências religiosas, que substituísse o antigo. Esta obsessão dos republicanos de tentarem apagar ou minorizar a religião na identidade nacional foi, provavelmente, uma das razões para a sua versão de nacionalismo popular não ter tido um sucesso ainda mais abrangente.

A um país visto como outrora glorioso, os republicanos contrapunham um país e uma monarquia decadentes e em crise. A “missão histórica” colonizadora dos portugueses cantada no épico camoniano estava, segundo a sua visão da realidade, a ser posta em causa no final do século XIX. Tornava-se necessário recuperá-la.

Os republicanos usaram a época áurea dos Descobrimentos para seu benefício político, defendendo que só eles seriam capazes de superar a crise e retomar os supostos progresso e modernização daquela época mítica. Os regimes monárquicos eram apresentados pelos republicanos como promotores do atraso e negligentes para com a herança deixada pelos antepassados, o império.

#### **5.6.5.2. Contribuição duradoura**

A grande conquista do republicanismo não residiu na sua transformação numa força política viável ou numa clivagem ideológica relativamente ao liberalismo. Foi, mais do que tudo, a sua contribuição para o discurso nacionalista português<sup>216</sup>. Os Descobrimentos tornaram-se, a partir desta altura, centrais na definição da identidade nacional portuguesa, não existindo Portugal e portugueses sem aqueles.

---

<sup>215</sup> Cf. Freeland, Alan, “The People and the Poet: Portuguese National Identity and the Camões Tercentenary (1880)”, em Mar-Molinero, Claire e Angel Smith, *Nationalism and the nation in the Iberian peninsula, competing and conflicting identities*, Washington D.C., Berg, p. 64.

<sup>216</sup> Pilar Vasquez Cuesta afirma que ainda que “Reduzido, pois, ideologicamente, a um simples liberalismo, o movimento republicano português vai jogar, durante a década de 80, para atrair as massas, com a cartada nacionalista (...)” Cuesta, Pilar Vasquez (1975), *A Espanha Ante o «Ultimatum»*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 25.

Esta ideia republicana ganhou raízes profundas, nunca mais abandonando o discurso oficial, e isto até recentemente. Mesmo o Estado Novo iria aceitar o essencial desta visão, conjugando inteligentemente, os elementos republicanos com os religiosos, criando uma forma poderosa de nacionalismo popular<sup>217</sup>.

O movimento republicano teve ainda grande sucesso na movimentação popular nacionalista que levou a cabo, graças aos “... contactos estreitos com o mundo popular das carbonárias, dos clubes, das associações (desportivas, recreativas...) e dos sindicatos.”<sup>218</sup>, e conseguiu criar símbolos que provaram ter vida longa e que ainda hoje identificamos como sendo nacionais – a bandeira, o hino e a moeda.

Outro elemento importante do discurso republicano criou raízes – a ideia de “decadência” da pátria, posteriormente transformada em “atraso” e “crise, que se tornava necessário combater e ultrapassar. Pensadores como Oliveira Martins e Alexandre Herculano<sup>219</sup>, ao reflectirem sobre estas questões num contexto europeu pós 1870 (em que nações como a Alemanha e a Itália surgiam por aglutinação), duvidavam da capacidade de Portugal se manter independente face à potência hegemónica da península, a Espanha. Acreditavam que era o curso natural da história e que Portugal estava fadado a desaparecer.

Outros, como Teófilo Braga<sup>220</sup> foram, ainda que apenas temporariamente, adeptos de um iberismo em que a potência dominante fosse Portugal. Mas a maioria dos intelectuais republicanos, de matriz positivista, acreditavam que era possível regenerar a pátria, achando que a solução passava pela “missão histórica” de Portugal – a colonização

---

<sup>217</sup> “Houve continuidade ao nível da ideologia predominante. O Estado Novo tem sido justamente caracterizado pelo ultra-nacionalismo profundamente colonialista, mas convém não esquecer que esta tinha sido a imagem de marca do republicanismo português desde a crise do ultimatum de 1890 (...).” Reis, Bruno Cardoso (2011), “Da Nova República Velha ao Estado Novo (1919-1930)”, em Amaral, Luciano (org.), *Outubro: a Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*, Lisboa, Edições 70, pp. 336 e 337.

<sup>218</sup> Amaral, Luciano (2011), “Que Fazer com a I República?”, em Amaral, Luciano (org.), *Outubro: a Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*, Lisboa, Edições 70, p. 28.

<sup>219</sup> “Em 1853, Herculano lamentou: «Os Estados de terceira ordem na Europa o que são? Fragmentos separados por circunstâncias históricas do corpo das grandes nações: Portugal, a Bélgica, a Holanda, o Piemonte, não são outra coisa.»” Herculano, Alexandre (1983), *Opúsculos*, Lisboa, I, p. 359, citado por Ramos, Rui (coord.), Bernardo Vasconcelos Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro (2009), *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, p. 544.

<sup>220</sup> Cf. Cf. Freeland, Alan, “The People and the Poet: Portuguese National Identity and the Camões Tercentenary (1880)”, em Mar-Molinero, Claire e Angel Smith, *Nationalism and the nation in the Iberian peninsula, competing and conflicting identities*, Washington D.C., Berg, p. 60.

dos territórios africanos<sup>221</sup>. Ao Portugal, fraco, acossado pela Espanha e pela aliança inglesa, só restava o império. Era essa a resposta aos anseios portugueses. Daí o abalo provocado pelo ultimato.

### 5.7. O papel do Estado

O Estado monárquico liberal acabou também por se render às evidências entrando na acção comemorativista, de forma a enfrentar os republicanos com as mesmas armas. Ocorre, então, também em Portugal, a

(...) interpenetração e eventual standardização (de técnicas, de retórica e de imagens) de duas práticas comemorativas: a celebração nacional de datas históricas e a auto apresentação nacional em exposições internacionais, ambas instrumentalizadas pelo Estado para a promoção da identidade nacional e suas representações, interna e externamente.<sup>222</sup>

O papel do Estado na difusão do nacionalismo popular esteve assim muito ligado a esses grandes eventos das exposições nacionais e internacionais, já que aquele era a única entidade que possuía os meios necessários para as levar a cabo<sup>223</sup>. As exposições internacionais transformam-se nas montras das vaidades nacionais, mostrando “... os mais notáveis produtos e as mais prestigiosas inovações, expondo ao mesmo tempo a sua identidade sob o signo da tradição.”<sup>224</sup>

Obviamente, o papel do Estado não se esgotou no que acabámos de expor. A sua acção foi muito mais alargada, tendo por nós sido já referida em “Os factores de mudança” e “A difusão do nacionalismo popular”.

### 5.8. O papel da Igreja

---

<sup>221</sup> Esta convicção seria herdada, mais tarde, pelo Estado Novo.

<sup>222</sup> Vakil, AbdoolKarim A. (1996), “Nationalising Cultural Politics: Representations of the Portuguese 'Discoveries' and the Rhetoric of Identitarianism, 1880-1926”, em Mar-Molinero, Claire e Angel Smith, *Nationalism and the nation in the Iberian peninsula, competing and conflicting identities*, Washington D.C., Berg, p. 44.

<sup>223</sup> “Convidar as grandes nações para uma exposição, que é a máxima festa da civilização moderna, (...). Para que uma nação tome o honroso encargo de dirigir uma exposição e a aprazar para uma cidade sua é necessário que (...) tenha recursos para construir um vastíssimo palácio e para ocorrer às grandíssimas despesas que trazem consigo estas colossais festividades.” Coelho, Latino (1865), *Catálogo Oficial da Exposição Internacional do Porto*, citado por Martinho, António Manuel Matoso (2006), “A Criação do ensino Industrial em Portugal”, *Máthesis*, (online), 15 (53-81), disponível em [http://z3950.crb.ucp.pt/biblioteca/Mathesis/Mat15/Mathesis15\\_53.pdf](http://z3950.crb.ucp.pt/biblioteca/Mathesis/Mat15/Mathesis15_53.pdf), acedido em 12.02.2011.

<sup>224</sup> Thiesse, Anne-Marie (1999), *A Criação das Identidades Nacionais*, Braga, Temas e Debates, p. 196.

Quanto à Igreja, esta não ficou imune à estratégia comemorativista republicana. Prova do que aqui afirmamos foi a resposta católica à lógica das comemorações que, aproveitando as ideias republicanas lançou, em 1895, a celebração do sétimo aniversário do nascimento de Santo António.

Do ponto vista da conjugação das duas vertentes – religiosa e nacionalista popular – Santo António era uma figura ideal – um homem da Igreja, intelectual e português. A Igreja, ao aderir à lógica comemorativista seguindo o padrão estabelecido pelos republicanos, efectuou uma laicização das suas práticas. Iniciava-se assim a ingerência da Igreja no movimento nacionalista popular, que teria vida longa, atingindo o seu auge na época do Estado Novo.

Relativamente à questão da participação, ou não, da Igreja num movimento de cariz político, não existia unanimidade entre os católicos. Havia quem defendesse uma participação activa da instituição religiosa na vida política e havia quem entendesse que a Igreja se devia manter afastada.<sup>225</sup> Acabou por vingar a primeira corrente, constituindo-se um partido político de inspiração católica, o partido nacionalista, situação que levou a divisões entre os católicos:

A referência ao «nacionalismo» no nome do partido católico não era inocente. Por um lado, era uma resposta à acusação feita pelas tendências regalistas de que uma Igreja Católica fora da tutela da autoridade civil constituiria um factor de desnacionalização; por outro lado, pretendia reforçar a proposta católica como solução para a «crise» nacional. Essa solução devia passar pelo regresso da nação à fidelidade aos valores católicos que constituiriam o núcleo da identidade nacional. O mesmo argumentário era usado contra o desenvolvimento e expansão de outras comunidades cristãs não-católicas, em Portugal como nas colónias.<sup>226</sup>

Quanto às fortes reticências republicanas relativamente à Igreja e à sua acção, deviam-se à associação que se fazia entre a “decadência” de Portugal e esta instituição. Muitos republicanos consideravam a Igreja como a principal causadora do atraso português<sup>227</sup>, principalmente por via da repressão inquisitorial. Numa época e num

---

<sup>225</sup> Cf. Reis, Bruno Cardoso (2011), “Da Nova República Velha ao Estado Novo (1919-1930)”, em Amaral, Luciano (org.), *Outubro: a Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*, Lisboa, Edições 70, p. 143 e 144.

<sup>226</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>227</sup> “Na sequência do «caso Dreyfus» em 1898, o republicanismo francês renegara o velho «oportunismo», adoptando uma atitude «radical» que levaria em 1905 à separação entre a Igreja e o Estado. Isso reforçou, entre a maioria dos republicanos portugueses, a ideia da revolução republicana como transformação cultural violenta. (...) A pulsão radical existira sempre no movimento republicano português (...). Em 1883, um activista já ensinava que «uma república com padres é o maior de todos os absurdos».” Ramos, Rui (coord.), Bernardo

movimento como o republicano, fortemente marcados pelas ideias liberais e pelo positivismo, a religião era encarada como algo de ultrapassado, obscurantista, uma instituição inimiga do progresso.<sup>228</sup>

Estas reticências não eram um exclusivo republicano. Tinham, como já vimos, raízes liberais profundas. De uma forma simplificada, os que se preocupavam com a questão religiosa dividiam-se em dois campos principais - os ultramontanos e os regalistas. Num estado confessional como o português, a questão da ingerência ou não do Estado nos assuntos religiosos, assim como do papel que deveria assumir no espaço público uma instituição controlada por um poder estrangeiro (o papado), constituía matéria importante. Os ultramontanos defendiam que o papado era, apenas, o garante das liberdades de que a Igreja deveria usufruir, enquanto os regalistas, por seu turno, “entreviam na acção eclesiástica e eclesial fora do controlo do Estado um factor de desnacionalização, vendo no Papa sobretudo um soberano estrangeiro.”<sup>229</sup>

A forte desconfiança dos republicanos relativamente à Igreja, mesmo estando esta sob controlo estatal, levou a que, quando chegados ao poder em 1910, os republicanos separassem Estado e religião. Esta separação não foi, todavia, igualitária, pois significou um controlo estatal ainda maior sobre a instituição religiosa.

Constituído o novo regime numa base nacionalista, o ideário republicano em acção procurou activa e militarmente eliminar qualquer referência ou dependência externa, afirmando-se o Estado, como única concretização histórica da Pátria, entidade última configuradora do sentido da vida do cidadão, dispensando a encarnação de Portugal num rei e numa dinastia, e a sua filiação numa ordem universal cristã católica. Tal reflectiu-se na ambição de transformação civilizacional do republicanismo português, pelo que a Primeira República assumiu a dimensão de uma revolução cultural anti-católica e anti-monárquica, que pretendia criar um português novo, um cidadão exemplarmente educado e portanto obrigatoriamente laico.<sup>230</sup>

Só em 1918, com a união de católicos, republicanos laicos e monárquicos em torno da devoção a Fátima e ao Santo Condestável, se reconciliaram parcialmente as tendências

---

Vasconcelos Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro (2009), *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, p. 585.

<sup>228</sup> Cf. Reis, Bruno Cardoso (2011), “Da Nova República Velha ao Estado Novo (1919-1930)”, em Amaral, Luciano (org.), *Outubro: a Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*, Lisboa, Edições 70, p. 141.

<sup>229</sup> Idem p. 143.

<sup>230</sup> Idem, p. 148.

nacionalistas republicanas e católicas, “por via da identificação do ser católico e do ser português.”<sup>231</sup>

## 5.9. A contribuição da História

Não ando longe de pensar que, nas nossas sociedades, a história substitui a mitologia e desempenha a mesma função, já que para as sociedades sem escrita e sem arquivos, a mitologia tem por finalidade assegurar com um alto grau de certeza (...) que o futuro permanecerá fiel ao presente e a o passado.<sup>232</sup>

Também a história desempenhou um papel importante neste processo de nacionalização popular. Parafraseando Thiesse, no início do século XIX as nações não tinham história<sup>233</sup>.

Em Portugal, a descolagem dos intelectuais relativamente às formas tradicionais de ver a pátria/nação e a identidade nacional, vindas do Antigo Regime, muito ficou a dever a homens como Herculano que foi o principal obreiro da demolição das ideias que, na história, defendiam origens mitológicas para a pátria<sup>234</sup>. Todas essas tradições apontavam para a antiguidade e excepcionalidade de Portugal. Herculano, homem do seu tempo, possuidor de uma mentalidade individualista, liberal e romântica, apresentou a tese de que o país se formara graças a um esforço voluntarista, à semelhança do voluntarismo liberal.

Teve o mérito de introduzir no debate a crítica às fontes, inaugurando aquilo que poderíamos designar por uma história de carácter científico, colocando a fasquia do debate sobre as questões da identidade nacional e da formação da nação a um outro nível. Rejeitou a crença, então generalizada, de que a nação portuguesa tivesse qualquer ligação com os lusitanos<sup>235</sup>, mas não foi imune a outras crenças e mitos, como o de que o percurso de Portugal fora de decadência, a partir do século XVI em diante.

---

<sup>231</sup> Idem, p. 182.

<sup>232</sup> Lévy-Strauss (1981), *Mito e Significado*, Lisboa, ed. 70, p. 63, citado por Matos, Sérgio Campos (1990), *História, Mitologia, Imaginário Nacional, A História no Curso Nacional dos Liceus (1895-1939)*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 84.

<sup>233</sup> “Mesmo as que já identificaram os seus antepassados dispõem apenas de alguns capítulos incompletos de uma narrativa em que o essencial ainda está por escrever. No fim do século, possuem já um relato contínuo (...)” Thiesse, Anne-Marie (1999), *A Criação das Identidades Nacionais*, Braga, Temas e Debates, p. 133.

<sup>234</sup> Cf. Matos, Sérgio Campos (2002), “História e identidade nacional, A formação de Portugal na historiografia contemporânea”, *Lusotopie*, (online), pp. 123-139, disponível em <http://lusotopie.cean.org/matos.pdf>, acessado em 12 de Janeiro de 2011.

<sup>235</sup> Imediatamente refutada por outros pensadores, como Vilhena Saldanha, em 1846, usando pressupostos igualmente científicos. Cf. Matos, Sérgio Campos (2008), *Consciência Histórica e Nacionalismo (Portugal – séculos XIX e XX)*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 19 e 20.



Ao criar um discurso histórico nacional distanciado dos mitos e narrativas tradicionais, Herculano e os historiadores que se lhe seguiram abriram o debate em torno das origens da nação, que foi decisivo “(...) na resistência à ameaça iberista e na difusão de uma memória da nação, logo, da consciência de pertença a um todo nacional.”<sup>236</sup>

---

<sup>236</sup> Godinho, Vitorino Magalhães (1982, Jul.-Dez.), “Reflexão sobre Portugal e os Portugueses na sua História”, *Revista de História Económica e Social*, (10), p. 11, Lisboa, citado por Matos, Sérgio Campos (2002), “História e identidade nacional, A formação de Portugal na historiografia contemporânea”, *Lusotopie*, (online), p. 135, disponível em <http://lusotopie.cean.org/matos.pdf>, acessado em 12 de Janeiro de 2011.



## CAPÍTULO VI

### O ULTIMATO

Qualquer que seja o destino reservado à pátria portuguesa, o 11 de Janeiro de 1890 ficará sendo para ela uma data memorável. Este dia valeu séculos (...). foi com certeza um epílogo, e será também um prólogo: se de vida larga e próspera, se de obscuro e próximo extinguir. (...) Veremos a seu tempo o que saiu de toda esta agitação, de todos os rumores discordes e profundos que nesse dia culminante sacudiram o torpor da capital, e lançaram o resto do País numa espécie de espanto mudo, mais significativo ainda, porventura.<sup>237</sup>

#### 6.1. O contexto internacional

Nas últimas décadas do século XIX, depois de um período de paz relativa, a Europa armava-se, como resposta a uma série de conflitos ocorridos em diversos pontos.<sup>238</sup> Portugal, fortemente ligado à Inglaterra, seguia a política, em geral de neutralidade, desta última.<sup>239</sup> A Inglaterra servia de garante à independência nacional, assegurando que os projectos de união ibérica, nomeadamente os promovidos pela esquerda espanhola<sup>240</sup>, não veriam a luz do dia. A aliança inglesa servia ainda de contraponto à aliança entretanto estabelecida entre a Espanha e a nova potência industrial da Europa, a Alemanha, mas restringia a autonomia portuguesa.<sup>241</sup>

A altura era propícia a projectos unionistas, defendendo muitos intelectuais, incluindo portugueses<sup>242</sup>, que as pequenas nações estavam condenadas ao desaparecimento. Era a época dos princípios sociais darwinistas<sup>243</sup> que defendiam que a selecção natural se

---

<sup>237</sup> Teles, Basílio (1968), *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro, Esboço de História Política*, Lisboa, Portugália Editora, pp. 7 e 8.

<sup>238</sup> Cf. Ramos, Rui (coord.), Bernardo Vasconcelos Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro (2009), *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, p. 531.

<sup>239</sup> “Diplomática e comercialmente, o país permaneceu ligado à Inglaterra, cuja neutralidade nos conflitos europeus – tirando a Guerra da Crimeia (1854) – ajudou à neutralidade portuguesa.”  
Idem, *ibidem*.

<sup>240</sup> Cf. idem, *ibidem*.

<sup>241</sup> Cf. Freeland, Alan, “The People and the Poet: Portuguese National Identity and the Camões Tercentenary (1880)”, em Mar-Molinero, Claire e Angel Smith, *Nationalism and the nation in the Iberian peninsula, competing and conflicting identities*, Washington D.C., Berg, 1996.

<sup>242</sup> Como já vimos no Capítulo V, 5.6.5.2. Contribuição duradoura.

<sup>243</sup> “Furthermore, the Franco-Prussian War seemed to usher in a new age of instability, in which the rule of international law was replaced by a social-Darwinist principle of struggle for existence.”,  
Freeland, Alan, “The People and the Poet: Portuguese National Identity and the Camões

aplicava também aos organismos que eram os Estados-nação. Na década de 70 Portugal parecia demasiado pequeno para conseguir sobreviver.

Os gastos com o exército eram elevados, mas Portugal era o país da Europa onde se cumpria menos o serviço militar.<sup>244</sup> Havia ainda as despesas com a defesa das colónias, ouvindo-se cada vez mais vozes que, principalmente após o início da corrida europeia para África, defendiam a necessidade do país possuir aí mais efectivos e meios<sup>245</sup>.

África foi, a partir do início do interesse europeu pelo continente, o “(...) modo de encaixar Portugal no concerto europeu.”<sup>246</sup>, uma forma de aumentar a sua dimensão e a sua importância, afastando assim o perigo de ser aglutinado pela Espanha.

O país esperava que a potência global defendesse os interesses portugueses sempre que necessário, mas decepcionou-se quando esta última, em 1884, não conseguiu salvaguardar o seu domínio na foz do Zaire. Esta decepção com a aliança inglesa poderá ter sido, em última análise, a razão por detrás da elaboração do mapa cor-de-rosa, e não a pouco exequível construção de um império territorial africano muito acima das reais possibilidades portuguesas<sup>247</sup>.

Visto deste ponto de vista, poderia ter sido a resposta inglesa ao mapa cor-de-rosa, uma forma de reafirmar a condição da Inglaterra como potência global e a sua tutela sobre Portugal? Borges de Macedo<sup>248</sup> defende que o ultimato veio mostrar à Grã-Bretanha que Portugal tinha alternativas no contexto pós 1870, em que se começava a tornar claro o fim da hegemonia britânica, com o aparecimento de novas potências na cena internacional<sup>249</sup>,

---

Tercentenary (1880)”, em Mar-Molinero, Claire e Angel Smith, *Nationalism and the nation in the Iberian peninsula, competing and conflicting identities*, Washington D.C., Berg, 1996, p. 60.

<sup>244</sup> Cf. Ramos, Rui (coord.), Bernardo Vasconcelos Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro (2009), *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, p. 531.

<sup>245</sup> Idem, pp. 561-565.

<sup>246</sup> Idem, p. 550.

<sup>247</sup> Esta é a hipótese aventada por Ramos: “O que se pretendia com o «mapa cor-de-rosa» (cor das áreas reivindicadas por Portugal no mapa)? Um império de costa a costa? Ou, simplesmente, proclamar o fim da «tutela inglesa»? Quase toda a gente admitia, como José Luciano de Castro em 1884, «possessões ultramarinas temos nós de mais para os nossos recursos».” Idem p. 551

<sup>248</sup> Cf. Teixeira, Nuno Severiano (1990), *Política externa e política interna no Portugal de 1890*, Alfa, Lisboa, p. 70.

<sup>249</sup> Com a ascendência industrial da Alemanha “A Inglaterra pareceu isolada e a sua ascendência em declínio. Entre 1870 e 1900, as importações portuguesas de origem inglesa desceram de 44% para 29% do total, enquanto as de origem alemã subiram de 2,8% para 16%. A França e a Alemanha tornaram-se a origem da maior parte do crédito ao governo português, e mostraram-se determinadas em fazer valer a sua influência.” Ramos, Rui (coord.), Bernardo

para além de lhe mostrar que poderia vir a perder um aliado. Considera o ocorrido como tendo sido uma semi-vitória inglesa e uma semi-derrota portuguesa.

Quanto ao documento propriamente dito, os ingleses denominam-no “memorandum” e os portugueses “ultimato”. Partindo de uma postura jurídica sobre o seu conteúdo, Teixeira, seguindo a opinião de Marcello Caetano, afirma que se este documento é, na sua forma, um memorando, encerra um ultimato no seu conteúdo.<sup>250</sup> Considera, ainda, que do ponto de vista do direito o ultimatum foi uma derrota da política externa portuguesa.

Mas, analisando os acordos posteriores, nota-se uma moderação da posição inglesa, que já tinha feito valer o seu ponto de vista. De concreto, Portugal saiu da crise com a consciência clara de que a política africana era uma prioridade e permaneceu na cena internacional como uma potência colonial. Foi ao nível da política interna, como vimos, que o ultimato acabou por ter maior impacto, pela forma como afectou o sentimento nacional.

## 6.2. Os acontecimentos precipitadores

Até 1875 vigorava, relativamente aos territórios coloniais, nomeadamente os africanos, o princípio do direito histórico, apesar de este ter sido alvo de uma primeira contestação, aquando do Congresso de Viena em 1815. Aí se estabeleceu a liberdade de navegação nos grandes rios africanos, o Zaire e o Zambeze. Estes, situados em território português, passavam a estar sujeitos ao princípio do *mare liberum*. Até aqui nada de muito relevante, tirando o facto de este princípio, estabelecido por Hugo Grócio no século XVII, se aplicar, principalmente, à navegação nos mares.<sup>251</sup>

A Grã-Bretanha, única potência a fazê-lo, tinha contestado por três vezes, até 1875, o direito histórico, sendo todas as contestações resolvidas a favor de Portugal. Em 1853, na questão do Ambriz, Portugal enviou uma expedição militar, ocupando efectivamente o território; em 1870, a propósito da Baía de Bolama, e em 1875, a propósito da Baía de Lourenço Marques, houve arbitragem de terceiras potências, nomeadamente dos EUA e da França. A Grã-Bretanha aceitou estas situações, principalmente devido ao facto de preferir que fosse uma potência de pequena dimensão a controlar determinadas áreas-chave do continente africano, para mais sua aliada, do que outras potências europeias, mais poderosas.

---

Vasconcelos Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro (2009), *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, p. 561.

<sup>250</sup> Teixeira, Nuno Severiano (1990), *Política externa e política interna no Portugal de 1890*, Alfa, Lisboa, p. 66.

<sup>251</sup> “Mare Clausum and Mare Liberum”, *Encyclopaedia Britannica*, 14, England, William Benton, Publisher, p. 873.

Em 1876, na Conferência de Bruxelas, ocorreram as primeiras críticas aos direitos históricos dos portugueses, começando a emergir um novo conceito – o da ocupação efectiva. Tinha sido dado o sinal de abertura da corrida para África dos nacionalismos europeus imperialistas. Entre 1880 e 1884, uma série de eventos confirma esta nova tendência: 1877 – é fundada a Sociedade de Geografia de Lisboa por Luciano Cordeiro; Serpa Pinto, Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens exploram Angola; 1881 – A França ocupa a bacia do rio Zaire; 1882 – a Grã-Bretanha instala-se no Egipto; Cecil Rhodes começa a delinear o projecto imperial britânico do Cabo ao Cairo; 1884 – a Alemanha começa a interessar-se por África<sup>252</sup>; 1884 – Henrique de Carvalho explora toda a região de Luanda; 1884-85 – Capelo e Ivens; Serpa Pinto e Augusto Cardoso exploram vastas áreas, Portugal sente-se ameaçado na bacia do Congo.

Devido aos litígios entre as potências europeias a propósito do Zaire, o ministro dos Negócios Estrangeiros português, Barbosa du Bocage, propôs que se realizasse uma conferência internacional para resolver os diferendos. Esta sugestão foi retomada por Bismarck que, depois de consultar o governo francês, marcou uma conferência internacional entre as potências com interesses coloniais.<sup>253</sup>

A conferência teve lugar entre os finais de 1884 e inícios de 1885. Dela saíram duas resoluções que constituíram uma derrota da posição portuguesa – foi reconhecida a soberania da Associação Internacional do Congo sobre este território, e Portugal recebeu o estatuto de “nação mais favorecida”; foi estabelecido o princípio da ocupação efectiva dos territórios, que veio substituir o direito histórico vigente, passando este a ter um valor quase simbólico.

De início, o novo direito apenas abrangia os territórios situados junto às costas, o que não agradava à Grã-Bretanha. As outras potências, cientes desta situação, apressaram-se a estabelecer áreas de influência para o interior. Daí as convenções celebradas por Portugal, em 1886, com os franceses e os alemães, para estabelecer os limites com as colónias destes países. A Grã-Bretanha não negociou bilateralmente com Portugal, o que demonstra o seu descontentamento com a situação.

É esta questão das “esferas de influência”<sup>254</sup> que vai estar na origem do conflito luso-britânico. Portugal vê-se instado a ocupar de forma efectiva os territórios africanos que reclamava segundo o princípio do direito histórico, de forma a estabelecer a sua esfera de influência, da costa atlântica de Angola à costa índica de Moçambique. A Sociedade de

---

<sup>252</sup> Teixeira, Nuno Severiano (1990), *Política externa e política interna no Portugal de 1890*, Alfa, Lisboa, pp. 50-51.

<sup>253</sup> Cf. idem, pp. 43 a 51.

<sup>254</sup> Cf. idem, p. 54.

Geografia de Lisboa concebeu em 1881 um mapa, denominado cor-de-rosa, que estabeleceu graficamente essa tomada de posição portuguesa.

Em 1886, obedecendo ao esquema da rotatividade oitocentista, o governo regenerador foi substituído por um governo progressista. O ministro dos negócios estrangeiros passou a ser Barros Gomes, que levou a efeito a política de ocupação efectiva da então denominada África Meridional Portuguesa e enfrentou o ultimato.

O agudizar dos problemas com a Inglaterra ocorreu em 1887, muito por acção de Cecil Rhodes, cujo projecto de ligação ferroviária Cabo-Cairo era apoiado pelo governo britânico. “Segue-se uma longa troca de notas diplomáticas entre as chancelarias de Londres e Lisboa sobre a questão das «esferas de influência» e, em vista da determinação inglesa em estender ao interior do continente o princípio que a Conferência de Berlim apenas consignara para as costas de África, o conflito estala em Novembro.”<sup>255</sup>

O governo português retardou o inevitável confronto, conseguindo-o durante dois anos. Em 1889 a *British South Africa Company*, com personalidade jurídica e poderes majestáticos, foi reconhecida pelo governo inglês. Na sequência destes eventos, Cecil Rhodes pressionou ainda mais o governo britânico para que este obrigasse o governo português a retirar-se dos territórios contestados.

Este projecto de Cecil Rhodes tinha raízes antigas. O Tratado de Lourenço Marques, de 1879, lesivo da soberania nacional<sup>256</sup>, inseria-se já nesta política inglesa de estabelecer um grande império do Cabo ao Cairo. Para levar a cabo esse projecto, tornava-se necessário eliminar o Estado de Orange, um dos seus obstáculos. Para esse fim a Grã-Bretanha precisava de um porto que lhe permitisse estrangulá-lo economicamente. Conseguiu-o em 1879, com a transformação de Lourenço Marques num porto para uso inglês, policiado por Portugal.

A missão de reconhecimento e ocupação do território dos Macololos iria estar no centro do conflito do ultimato. Serpa Pinto, o responsável por esta missão, iniciada ainda antes do auge da polémica, entre 1877 e 1879, seria transformado, nos dias seguintes ao

---

<sup>255</sup> Idem, pp. 56 e 57.

<sup>256</sup> Na lógica da política inglesa do Cabo ao Cairo, a Grã-Bretanha precisava de um porto que lhe permitisse estrangular economicamente o Estado de Orange. Conseguiu-o em 1879, transformando-se Lourenço Marques num porto transitório inglês, mantido e policiado por Portugal. A oposição, nomeadamente os progressistas e os republicanos, protestaram contra este arranjo, lesivo para os interesses portugueses, o que acabou por levar à queda do governo. Cf. idem, p. 78.

ultimato, em herói do nacionalismo popular<sup>257</sup>, uma espécie de mártir da nação, traído pelo inimigo interno (a monarquia), para satisfazer o inimigo externo.

O processo iniciou-se com uma queixa ao governo português de que o major Serpa Pinto teria atacado os Macololos, sob protecção inglesa. O governo português negou esse ataque e deixou claro que tencionava manter a soberania na zona, o que desagradou aos britânicos. Pela resposta destes, tornava-se evidente que não aceitavam a soberania portuguesa no país dos Macololos.

As notas diplomáticas aumentaram em frequência e tom a partir deste momento. O ministro dos negócios estrangeiros português, em resposta de 8 de Janeiro de 1890, negou qualquer agressão levada a cabo por Serpa Pinto, voltando a declarar como não se justificando o protectorado britânico e invocando o artigo 12º da Conferência de Berlim<sup>258</sup>. Justificou esta tomada de posição passando ao ataque – a Inglaterra tinha estabelecido um protectorado naquela zona, ignorando os direitos históricos de Portugal. Os acontecimentos precipitaram-se quando, na zona disputada, os portugueses levaram a efeito uma acção militar que submeteu vários chefes africanos à soberania portuguesa.

O governo britânico viu nessa acção um acto de guerra, rejeitando negociar a partir desse momento. Começaram a movimentar-se forças navais britânicas, provavelmente mais com um intuito de pressão psicológica do que com intenções efectivas de acção<sup>259</sup>. Com receio das consequências que uma ruptura com a Grã-Bretanha poderia ocasionar, o governo português cedeu às exigências.

### **6.3. O ultimato e o nacionalismo popular**

Resta saber se o Ultimato inglês de 1890 constituiu um ponto marcante dessa passagem para um nacionalismo popular ou foi, apenas, mais uma etapa de um processo iniciado anteriormente. Consideramos que ambas as hipóteses estão correctas.

O ultimato, apesar de não ter constituído, como já vimos, o início do nacionalismo popular em Portugal, cuja génese esteve ligada à Geração de 70 e ao movimento republicano foi, de facto, um momento fulcral da construção do nacionalismo moderno em

---

<sup>257</sup> Tendo os portugueses realizado mais expedições ao interior africano, Serpa Pinto acabou por ser o protagonista português do conflito no terreno, porque se encontrava na zona disputada entre portugueses e ingleses nessa altura.

<sup>258</sup> Esta conferência estabeleceu a arbitragem internacional.

<sup>259</sup> O *Diario de Noticias* de 12 de Janeiro dá conta de uma notícia da Reuters, de que 9 navios de guerra ingleses tinham zarpado em direcção a Zanzibar, a 11 de Janeiro. A 13 de Janeiro noticia que o governador-geral de Cabo Verde enviou um telegrama dando conta da chegada a este território de um couraçado inglês. O *Diario Illustrado* de 16 de Janeiro dá conta de um boato que afirmava que uma esquadra inglesa se dirigia para o Tejo.



Portugal. Marcou de forma significativa o sentimento nacional, consolidando as tendências nacionalistas populares surgidas na década de 80 por nós analisadas, apelando, mais do que nunca, aos factores emocionais<sup>260</sup>.

Há, nitidamente, um antes e um após: “Porém, só ao estalar do chicote que, para os sentimentos patrióticos da nação lusa pressupõem as humilhantes imposições inglesas, se transforma em movimento de massas o que até então tinha sido obra de minorias (...).”<sup>261</sup>

Em 1890, para além do ultimato, a grave crise financeira, provocada pela drástica diminuição das remessas dos emigrantes no Brasil e pela diminuição das exportações, aliada a uma crise política, conjugaram-se para que Portugal se sentisse cercado. A 13 de Junho de 1890 o país entrou em bancarrota, parecendo então que a soberania nacional estava em perigo mais do nunca.<sup>262</sup>

Foram levadas a cabo uma série de reformas<sup>263</sup> que pretendiam colocar o país no rumo certo – viver com os recursos disponíveis, limitando a quantidade de dinheiro que se pedia emprestado. O contexto político era instável, com os republicanos em estado de euforia com a implantação da república no Brasil, esperando que o mesmo acontecesse em breve em Portugal.

Toda esta conjuntura provocou uma forte reacção nacionalista popular, marcada por factores emocionais<sup>264</sup> e fazendo amplo uso de instrumentos de difusão de massa, como a

---

<sup>260</sup> Este reavivar do sentimento nacional está ilustrado em inúmeros testemunhos como o que se segue: “Tinha ido para Paris, n’aquella epocha em que os portuguezes parece que tinham vergonha de ser portuguezes (...) N’esses tempos o patriotismo era um archaismo ridículo. (...) E um grande poeta, (...) me crivou de ironias e de facecias, por que eu ousei escrever que a alegria de me ver no meu paiz se havia traduzido em sinceras lagrimas (...). Ainda ha trez annos - que digo eu! - ainda ha trez meses, ser patriota era a peor recomendação que um portuguez podia dar da sua pessoa.” Pina, Mariano (1890), “Chronica A Pátria”, *A Illustração*, (4), p. 50.

<sup>261</sup> Cuesta, Pilar Vasquez (1975), *A Espanha Ante o «Ultimatum»*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 50.

<sup>262</sup> “A crise política e financeira de 1890-1892, o Ultimatum britânico de Janeiro de 1890 e o insucesso da malograda tentativa revolucionária de 31 de Janeiro de 1891 exacerbaram o psicodrama da decadência e da degenerescência portuguesas.” Mattos, Sérgio Campos (2008), *Consciência Histórica e Nacionalismo (Portugal – séculos XIX e XX)*, Livros Horizonte, Lisboa, p. 97.

<sup>263</sup> Cortes de até 20% nos ordenados dos funcionários públicos; agravamento de impostos; suspensão das admissões na função pública. Cf. Ramos, Rui (coord.), Bernardo Vasconcelos Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro (2009), *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, p. 555.

<sup>264</sup> “Em Agosto de 1891, o escritor Eça de Queirós desabafava com um amigo: «Eu creio que Portugal acabou. Só o escrever isto faz vir lágrimas aos olhos – mas para mim é quase certo

imprensa, através de “(...) notícias e (...) opiniões veiculadas em jornais com tiragens que iam crescendo (...)”<sup>265</sup>. Na difusão do acontecimento, a imprensa das duas principais cidades do país e da província teve um papel preponderante. A 13 de Janeiro, os jornais lisboetas começaram a publicar notícias detalhadas das manifestações de repúdio, abrindo-se secções exclusivamente dedicadas ao ultimato.

A do *Diario Illustrado*, jornal próximo do partido regenerador, intitulava-se “Incidentes do Conflictu Inglez”<sup>266</sup>. Esta secção teve uma existência de cerca de um mês, terminando após a publicação da Lei das Rolhas<sup>267</sup>, que estabeleceu a censura, proibindo as manifestações, dado o exacerbamento das paixões populares.

Publicaram-se poemas patrióticos e cartas dos leitores, por vezes delirantes, como a do homem que pedia que se deixasse de utilizar a palavra “hurrah”<sup>268</sup>, por ser de origem inglesa. A secção “High Life” do *Diario Illustrado* passou a intitular-se “Alta Sociedade” a partir de 18 de Janeiro.

A carga emotiva espoletada pelo Ultimato, naquela “(...) que chegou a ser apelidada de «guerra santa aos ingleses»<sup>269</sup> (...)”, esteve ainda bem patente nas inúmeras manifestações de repúdio, originárias de todos os quadrantes sociais e de vários pontos do país, demonstrando o quanto o nacionalismo popular estava então já disseminado em Portugal, não apenas nas grandes cidades, mas também nas cidades e vilas do interior onde a notícia chegara com celeridade, graças às vias de comunicação estabelecidas desde o período da Regeneração<sup>270</sup>.

Estas vias de comunicação foram, aliás, os principais instrumentos ao serviço da difusão do sentimento nacional moderno entre as camadas da média e da pequena

---

que a desapareição do reino de Portugal há-de ser a grande tragédia do fim do século.» A época convidava aos exageros.” Queirós, Eça de (1983), *Correspondência*, Lisboa, II, p. 172, citado por Ramos, Rui (coord.), Bernardo Vasconcelos Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro (2009), *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, p. 549.

<sup>265</sup> Martins, Fernando, “O 5 de Outubro: Anatomia, Natureza e Significado de uma Revolução”, em Amaral, Luciano (org.), *Outubro: a Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*, Lisboa, Edições 70, p. 107.

<sup>266</sup> Cf. *Diario Illustrado* de 13 de Janeiro de 1890.

<sup>267</sup> Decretos de 11 de Março e 7 de Abril de 1890.

<sup>268</sup> Cf. *Diario Illustrado* de 28 de Janeiro.

<sup>269</sup> Cf. Matos, Sérgio Campos (2001), “Republicanism radical e movimento estudantil numa conjuntura de crise (1890-1891)”, em Farinha, António Dias, José Nunes Carreira, e Vítor Serrão (coord.), *Uma vida em história, estudos em homenagem a António Borges Coelho*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa e Editora Caminho, pp 569.

<sup>270</sup> Referimo-nos às redes de caminho-de-ferro e telegráfica. Nos inícios dos anos 60 do século XIX, esta última atingia já cerca de 2.000 quilómetros de extensão.

burguesia. Sintomático do que aqui afirmamos é, por exemplo, a quantidade de correspondência recebida pela Sociedade de Geografia de Lisboa<sup>271</sup> nos dias posteriores ao Ultimato, vinda de todo o país. Outros espaços de difusão e discussão do acontecido foram os cafés, como o Martinho da Arcada<sup>272</sup>.

Quanto às camadas populares, na sua maioria analfabetas, portanto sem acesso em primeira mão à informação, esta ter-lhes-á chegado como sucedera durante séculos: “Mais ou menos disseminados pela população da capital, mais ou menos precisos em minúcias, estes boatos corriam de boca em boca, sugerindo esperanças, entretendo dúvidas, fomentando ódios (...)”<sup>273</sup>. A informação disseminou-se pelos locais de trabalho, pelas tabernas, nas ruas.

A provar a sua adesão ao movimento estão os mais variados relatos que nos dão conta da activa participação popular nas manifestações nacionalistas.<sup>274</sup>

Entre os principais agentes dinamizadores da nova corrente nacionalista contavam-se os estudantes universitários e liceais, enquadrados pelas respectivas associações académicas, e isto não apenas nos centros urbanos universitários de Lisboa, Porto e Coimbra, mas também em centros urbanos de média dimensão. Esta dinamização do nacionalismo popular nos meios estudantis estava intimamente ligada à difusão dos ideais republicanos<sup>275</sup>.

Esta participação dos estudantes em movimentos patrióticos tinha, de resto, antecedentes, nomeadamente aquando das invasões francesas, na Guerra Civil e nas revoltas da Maria da Fonte e da Patuleia, nas fases emocional e legal do nacionalismo. A

---

<sup>271</sup> *O Ultimatum Britannico, correspondencia expedida e recebida pela Sociedade de Geographia de Lisboa, relativamente ao ultimatum, dirigido ao governo portuguez pelo inglez em 11 de Janeiro de 1890*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1890.

<sup>272</sup> “Os factos succederam-se assim: Pouco depois do anoitecer, no cafe Martinho discutia-se a nossa questão com a Inglaterra e levantaram-se justificados protestos de indignação contra a solução adoptada. Eram cerca das 8 horas saiu d’ali um grupo, á frente do qual figuravam Alberto d’Oliveira, pertencente ao Grupo de Leão, e Gualdino Gomes, revisor do Jornal do Commercio.” *Diario Illustrado* de 13 de Janeiro de 1890.

<sup>273</sup> Teles, Basílio (1968), *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro, Esboço de História Política*, Lisboa, Portugália Editora, p. 142

<sup>274</sup> Cf. idem, pp. 108 e 109.

<sup>275</sup> Cf. Matos, Sérgio Campos (2001), “Republicanism radical e movimento estudantil numa conjuntura de crise (1890-1891)”, em Farinha, António Dias, José Nunes Carreira, e Vítor Serrão (coord.), *Uma vida em história, estudos em homenagem a António Borges Coelho*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa e Editora Caminho, pp 560 e 561.

estreia dos estudantes no movimento nacionalista popular dera-se com a celebração do centenário de Pombal em 1882<sup>276</sup>.

Para além das associações de estudantes, foi fundamental o papel de outras associações, recreativas, económicas (comerciais e industriais)<sup>277</sup>, das sociedades culturais e até das colónias de portugueses residentes no estrangeiro (Brasil e Paris). As câmaras municipais atribuíram nomes de africanistas a ruas, com Serpa Pinto, o herói vítima do conflito, no topo das atribuições.

Muitos empregados ingleses foram despedidos<sup>278</sup>, excepto os que se naturalizaram. Chegou a considerar-se a eliminação do estudo do inglês das escolas tal acabando por não vingar mas, nesse ano, os alunos ficaram dispensados do exame de língua inglesa.

A 6 de Março foi ouvida pela primeira vez *A Portuguesa*, no Teatro Avenida, numa récita em favor da Grande Subscrição Nacional. A 7 de Fevereiro ocorreram manifestações populares em Coimbra com bandeiras portuguesas às quais se arrancara a coroa, numa clara alusão à suposta traição do inimigo interno.

Toda esta gente, com as emoções ao rubro, sentiu o acontecido como uma afronta à nação<sup>279</sup>, abrindo-se uma subscrição nacional (entre muitas de diverso cariz), para a compra de um couraçado e de material de guerra. Abriu-se uma outra subscrição em Marvão, para auxílio de compra de armamentos para a marinha<sup>280</sup>. Cumpria-se assim um dos aspectos caracterizadores do nacionalismo popular – a adesão popular a políticas agressivas em defesa da honra nacional.

---

<sup>276</sup> Idem, p. 562.

<sup>277</sup> “Alguns industriais mais patriotas e radicais, como aconteceu na indústria têxtil da Covilhã, cortam relações comerciais com a Grã-Bretanha, não mais produzindo para a exportação.” Teixeira, Nuno Severiano (1990), *Política externa e política interna no Portugal de 1890*, Lisboa, Alfa, 1990, p. 113. No *Diário Ilustrado* de 16 de Janeiro dá-se conta de que catorze casas comerciais suspenderam as suas encomendas para Inglaterra. O *Diário de Notícias* de 18 de Janeiro de 1890 refere que a empresa de vinhos da Marinha Grande suspendera as suas relações comerciais com a Inglaterra.

<sup>278</sup> Como o comandante dos bombeiros de Coimbra, que se recusa a naturalizar-se português. Cf. *Diário Ilustrado* de 25 de Janeiro.

<sup>279</sup> “(...) tamanho foi o abalo que de momento ele [o ultimato] causou em todas as camadas da sociedade portuguesa, como fonte de desgosto, decepção, enervamento e agitação (...)” Paixão, Braga (1963), *Cartas Régias Sobre o “Ultimatum”*, Separata das «Memórias», (Classe de Letras – Tomo VIII), Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, pp. 3 e 4.

<sup>280</sup> Cf. *Diário Ilustrado* de 27 de Janeiro de 1890.

## CONCLUSÕES

O sentimento nacional que denominamos nacionalismo teve as suas origens nos finais do século XVIII, com o aparecimento da nação política. Anteriormente ao século XVIII, a existir nos mesmos parâmetros, constituía uma ocorrência rara e episódica<sup>281</sup>. Devido à diferença substancial entre o sentimento nacional posterior ao aparecimento da nação política, de carácter mais legalista e ideológico, e o conceito anterior, ligado a lealdades dinásticas, de território e de cultura, decidimos classificar o primeiro de nacionalismo<sup>282</sup> e o segundo de patriotismo, tendo presente que esta é uma classificação tão válida como qualquer outra e que existem autores que não efectuem essa distinção, mas outras.<sup>283</sup>

A política e a cultura, em moldes novos, proporcionados pela industrialização e pelas novas relações sociais daí resultantes, encontram-se na génese e no desenvolvimento do nacionalismo. Mas este foi, por sua vez, o resultado de um longo processo que acompanhou a construção das nações no ocidente europeu, de cima para baixo, disseminando-se primeiro entre as elites para se ir infiltrando nas restantes camadas sócio-culturais.

Se o nacionalismo faz parte do «espírito da época», está também dependente de outros motivos, visões e ideais anteriores. (...) E, se é verdade que toda uma nova era se abre com a chegada do nacionalismo, não é possível entender o seu impacte na formação da identidade nacional sem explorar a sua matriz social e cultural (...).<sup>284</sup>

O Estado foi, neste processo, um actor principal, acompanhado de outros como as elites intelectuais e a Igreja, mas só o Estado moderno, ao chamar o povo para o centro do discurso político e cultural, conseguiu obter o “novo consenso social” de que nos fala Catroga.

(...) o monarca foi reforçando o seu papel de ponto centrípeto da *patria communis*, já que sob a sua égide, esta foi-se transformando numa “pátria grande” que exigia homogeneidade de leis, religião e língua, assim como fronteiras políticas bem demarcadas e defendidas. Movimento que o novo Estado-Nação levará às últimas consequências. Não se pode olvidar, porém, que o exercício do poder da Coroa, mesmo sem Cortes, foi sempre negociado com poderes

---

<sup>281</sup> Smith, Anthony D. (1997), *A Identidade Nacional*, Gradiva, Lisboa, p. 63.

<sup>282</sup> “Este conceito específico de nação e esta forma de nacionalismo não existiam antes da Revolução Francesa. A nação como princípio legal e emocional acompanhado dessa grande força política popular chamada nacionalismo (...) é a matriz da História Contemporânea.” Baycroft, Timothy (2000), *O nacionalismo na Europa, 1789-1945*, Lisboa, Temas e Debates, p. 17.

<sup>283</sup> Cf. Calhoun, Craig (1997), *Nationalism*, Open University Press, Buckingham, pp. 84 e 85.

<sup>284</sup> Smith, Anthony D. (1997), *A Identidade Nacional*, Gradiva, Lisboa, p. 95.

intermédios e periféricos, ao mesmo tempo que lhe faltavam os mecanismos (escola pública, imprensa) de socialização e de inoculação de ideias, valores e símbolos com que, posteriormente, o Estado moderno procurará construir o novo consenso social.<sup>285</sup>

Mas consideramos que o Estado, no período específico do aparecimento do nacionalismo popular, os anos 80 e 90 do século XIX, foi ultrapassado por um outro actor, as elites intelectuais republicanas, que efectuaram um aproveitamento político do fenómeno de forma a ganharem apoio popular.

O nacionalismo tornou-se pela primeira vez “consensual” em Portugal mais por acção republicana que por acção do Estado. Mas a verdade é que esta nossa análise é mitigada, quando temos em linha de conta que muitos republicanos não se encontravam longe do aparelho de Estado – muitos deles acabavam inseridos nos partidos monárquicos existentes, fazendo aí carreira.<sup>286</sup> Para além disso, o próprio regime, sendo uma monarquia na forma, poderia ser considerado como uma república de facto.<sup>287</sup> E, quando se instalou a I República, muitos dos servidores da monarquia transitaram sem problemas para o novo regime.<sup>288</sup>

O nacionalismo popular português desta época foi, ainda e à semelhança dos seus congéneres europeus, maioritariamente conservador, apesar de muitos dos seus apoiantes republicanos serem radicais, adeptos da “democracia pura”<sup>289</sup> e do derrube puro e simples da ordem estabelecida, o que os aproxima, neste particular, dos anarquistas<sup>290</sup>.

Foi conservador no sentido em que, tirando o caso referido atrás, e considerando exclusivamente os seus seguidores republicanos, não visava o fim da sociedade liberal burguesa visava apenas o derrube da monarquia, considerada a principal causa dos males de Portugal. Cuesta já tinha chamado a atenção para este aspecto, numa obra publicada em 1975<sup>291</sup>, em que, a propósito das comemorações camonianas de 1880, chamava a atenção para um paradoxo – uma corrente ideológica, um partido que se considerava revolucionário, iria tentar “... devolver ao país a «consciência da sua vocação histórica» (...).”

---

<sup>285</sup> Catroga, Fernando (2010), “Em nome da Nação”, em Catroga, Fernando e Pedro Tavares de Almeida (coord.), *Res publica: Cidadania e Representação política em Portugal, 1820-1926*, Lisboa, Assembleia da República e Biblioteca Nacional de Portugal, pp. 22 e 23.

<sup>286</sup> Amaral, Luciano (2011), “Que Fazer com a I República?”, em Amaral, Luciano (org.), *Outubro: a Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*, Lisboa, Edições 70, pp. 24 e 25.

<sup>287</sup> Idem, 21 e 22.

<sup>288</sup> Num fenómeno que ficou conhecido como “adesivagem”. Idem, p. 43.

<sup>289</sup> Ramos, Rui (coord.), Bernardo Vasconcelos Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro (2009), *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, p. 564.

<sup>290</sup> Idem, p. 565.

<sup>291</sup> Cuesta, Pilar Vasquez (1975), *A Espanha Ante o «Ultimatum»*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 26.

Não tinha, aliás, como não ser conservador – a sua base maioritária de apoio eram as camadas médias da população, a pequena e média burguesias, que não viam com bons olhos mudanças radicais no *status quo* e, muito menos, a extensão de regalias como o voto universal. Esta posição está bem patente no facto de, chegado ao poder, o partido republicano não o ter instituído, acabando até, pelo contrário, a diminuir o número de votantes.

Esta investigação iniciou-se sob a forma de uma pergunta de partida: “Constitui o ultimato de 1890 um ponto-chave na construção do nacionalismo português?”. Pensamos ter-lhe dado resposta ao longo deste trabalho de investigação.

Consideramos que as hipóteses um (A construção do nacionalismo português contemporâneo esteve ligada de forma significativa ao ultimato de 1890), três (A consciência nacional foi marcada de forma significativa pelo ultimato de 1890, havendo claramente um antes e um depois) e quatro (Na construção da consciência nacional, o ultimato constituiu apenas mais um passo, pois faz parte de um processo que se inscreve no tempo longo da história), colocadas no início deste trabalho, se revelaram válidas, pois se o ultimato constituiu apenas mais um episódio de um longo processo, longo de séculos, na construção da consciência nacional, esta foi influenciada de forma significativa por aquele.

O evento marcou de forma indelével essa consciência nacional, sendo o ponto de partida para a construção do ultra-nacionalismo colonialista que iria marcar o republicanismo, a I República e o Estado Novo<sup>292</sup>. A identidade e o nacionalismo portugueses de fim de século tornaram-se a partir daí claramente imperialistas, fortemente marcados por ideias de superioridade e de missão, em consonância com as tendências internacionais dominantes<sup>293</sup>.

Simultaneamente, passou também a haver uma mais clara consciência das debilidades portuguesas, postas a nu por esse momento traumático. Por outras palavras, o nacionalismo português tornou-se mais imperialista e, simultaneamente, mais consciente da tutela estrangeira e do facto de que a manutenção do império supunha uma subalternidade

---

<sup>292</sup> Cf. Reis, Bruno Cardoso (2011), “Da Nova República Velha ao Estado Novo (1919-1930), A procura de um governo nacional de Afonso Costa a Salazar”, em Amaral, Luciano (org.), *Outubro: a Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*, Lisboa, Edições 70, pp. 336-337.

<sup>293</sup> O crescente alargamento do sentimento nacionalista levou à exportação das matrizes/identidades nacionais. “(...) assim, apesar de serem fortes os argumentos puramente económicos e militares que justificam o imperialismo, o facto de os estados-nações (sic) europeus embarcarem em grandes projectos de expansão imperialista esteve, pelo menos em parte, associado ao sentido crescente do nacionalismo, ao seu desejo de trazer glória à sua nação e manter a rivalidade e competição com outras nações.” Baycroft, Timothy (2000), *O nacionalismo na Europa, 1789-1945*, Temas e Debates, Lisboa p. 100.

relativamente à potência global dominante<sup>294</sup>, até porque se tornara evidente, a partir de finais do século, que outras nações europeias poderiam vir a constituir ameaças mais sérias à manutenção desse império: “...as frequentes ameaças que o país sofreu, quer por parte da Alemanha, quer da própria Grã-Bretanha, à integridade da sua soberania em África, não deixaram de moldar todo um pathos da sua vivência colectiva.”<sup>295</sup>

Relativamente ao ultimato, apesar de não ter constituído o início do nacionalismo ou mesmo da fase popular daquele em Portugal, que deve ser procurado nas comemorações camonianas de 1880, constituiu sem dúvida um ponto-chave desse processo, confirmando a primeira hipótese por nós colocada no início deste trabalho.

O nacionalismo pós-ultimato utilizou de forma intensa e socialmente generalizada argumentos emotivos e incorporou no seu discurso um forte componente colonial, com consequências a médio e longo prazo. Esta foi, aliás, uma das suas consequências mais importantes – a inclusão do império no discurso nacionalista popular, de onde só se retiraria em 1974-75.

Os republicanos acusavam o regime monárquico de não dar a atenção necessária às colónias, fazendo desta questão uma das suas bases de propaganda contra a monarquia. Aquando do espoletar da I Guerra, aceitando-se, o princípio do “primado da política interna” (*Primat der Innenpolitik*), o regime republicano teria forçado a entrada no conflito, entre outras razões, para defender a integridade do império colonial, cada vez mais considerado como fazendo parte da nação portuguesa<sup>296</sup>.

Mas, para tal acontecer, algo teria que mudar na difícil relação dos governantes portugueses da I República com o inimigo externo – a Inglaterra: “Como é sabido, nos tempos da “propaganda”, a anglofobia havia sido quase uma segunda natureza do PRP [Partido Republicano Português]. A afirmação das suas credenciais patrióticas e a construção da sua mitologia nacionalista fizera-se através da oposição ao predomínio britânico em Portugal e à sua suposta influência maligna.”<sup>297</sup>, mas os republicanos

---

<sup>294</sup> Cujas raízes devem ser procuradas em 1661, quando Portugal entregou à Inglaterra, então no início do seu percurso como potência global, as cidades de Tânger e Bombaim.

<sup>295</sup> Matos, Sérgio Campos (1990), *História, Mitologia, Imaginário Nacional, A História no Curso Nacional dos Liceus (1895-1939)*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 23.

<sup>296</sup> Oliveira, Pedro Aires de (2011), “A República e a Guerra, 1914-1918”, em Amaral, Luciano (org.), *Outubro: a Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*, Lisboa, Edições 70, p. 185.

<sup>297</sup> Idem, p. 186.



acabaram por ter de abandonar as suas convicções a este respeito ao negociarem com a Inglaterra a entrada de Portugal na guerra<sup>298</sup>.

A I República e, depois dela o Estado Novo, vão utilizar a componente emocional típica da fase popular do nacionalismo para, através de símbolos e ideias de superioridade e de excepcionalidade, prenderem as massas à sua ideia de nacionalismo.

A difusão do nacionalismo étnico e cultural que era apanágio da política oficial dos estados-nações foi reforçada e até ampliada com o segundo tipo de nacionalismo [conservador] que se desenvolveu no final do século XIX. (...) Estes grupos realçavam exclusivamente a faceta emocional da ideologia do nacionalismo, fomentando o patriotismo e a convicção de que a nação não podia ser nociva e denunciando como traidores do Estado e à nação todos os que discordassem de ambos.<sup>299</sup>

Esse nacionalismo étnico-cultural a que Baycroft se refere traduziu-se, em Portugal, num ultra-nacionalismo popular colonialista, “(...) imagem de marca do republicanismo português desde a crise do *ultimatum* de 1890 (...)”.<sup>300</sup> Esta foi uma parte da herança que transmitiu ao Estado Novo. Este último, visto frequentemente como um mero sucessor formal da I República, nomeadamente ao nível dos símbolos nacionais e da sua designação oficial, foi mais do isso – desenvolveu algumas das políticas iniciadas pelos republicanos, tornando-as mais consequentes.

Uma dessas políticas foi o efectivo desenvolvimento colonial e o decorrente nacionalismo popular imperialista, assente na defesa incondicional dessas mesmas colónias, como parte integrante da nação portuguesa<sup>301</sup>. Talvez mais do que nenhum outro país europeu, Portugal tenha visto nas colónias, num processo que se iniciou com o ultimato e terminou com a descolonização, a justificação da sua existência como nação em tempos conturbados para uma pequena potência. As colónias constituíam o garante da sua existência e eram a forma pela qual se afirmava a grandeza nacional.<sup>302</sup>

---

<sup>298</sup> Esta política tivera, de resto, antecedentes – aquando da revolução republicana de 5 de Outubro de 1910, já então a relapolitik se sobrepusera às convicções ideológicas. Cf. idem, *ibidem*.

<sup>299</sup> Baycroft, Timothy (2000), *O nacionalismo na Europa, 1789-1945*, Lisboa, Temas e Debates, pp. 86 e 87.

<sup>300</sup> Reis, Bruno Cardoso (2011), “Da Nova República Velha ao Estado Novo (1919-1930), A procura de um governo nacional de Afonso Costa a Salazar”, em Amaral, Luciano (org.), *Outubro: a Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*, Lisboa, Edições 70, p. 337.

<sup>301</sup> Idem, pp. 336 e 337.

<sup>302</sup> Apesar de Timothy Baycroft se referir à Inglaterra nesta passagem, ela poder-se-ia aplicar a Portugal, substituindo 1870 por 1890: “(...) o sentido de orgulho e de grandeza nacional da Grã-Bretanha, depois de 1870, esteve inquestionavelmente associado ao seu êxito imperial, e o sentido de nação e de identidade nacional esteve ainda mais ligado ao seu império ultramarino

Quanto à educação, apesar do atraso verificado na sua difusão relativamente aos outros países da Europa ocidental, teve igualmente um papel importante na formação e difusão do nacionalismo de tipo popular, constituindo o ultimato um ponto de viragem importante neste aspecto.

Sintomático do que aqui se afirma é, por exemplo, a reforma educacional de Jaime Moniz de 1895. Aí se estabelece que a disciplina de história, pelo seu óbvio poder sobre as consciências dos jovens, deve desenvolver o “(...) amor da pátria [e] da nacionalidade (...), como valiosos momentos da consciência moral.”<sup>303</sup> e a disciplina de português deve conceder espaço privilegiado ao estudo dos *Lusíadas*, “(...) a nossa perfeita escola de patriotismo em que pode iniciar-se a mocidade portuguesa.”<sup>304</sup> Esta reforma de Jaime Moniz que “(...) sistematiza, pela primeira vez, de modo coerente, um conjunto de objectivos morais e nacionalistas para o ensino secundário.”<sup>305</sup>, surge no rescaldo do movimento nacionalista popular provocado pelo ultimato.

Outra das consequências desse movimento nacionalista foi a publicação de muitas dezenas de manuais escolares em Portugal nos finais do século XIX, formando a mentalidade dos jovens que frequentavam então o ensino secundário<sup>306</sup>. Acrescente-se que, como demonstra Thiesse, a escolarização<sup>307</sup> (usando como instrumento privilegiado o manual escolar), não é a única forma de construção da identidade e do sentimento nacionais.

---

que o de quaisquer outras nações europeias.” Baycroft, Timothy (2000), *O nacionalismo na Europa, 1789-1945*, Temas e Debates, Lisboa p. 101.

<sup>303</sup> Mattos, Sérgio Campos (1990), *História, Mitologia, Imaginário Nacional, A História no Curso Nacional dos Liceus (1895-1939)*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 25.

<sup>304</sup> Idem, p. 26.

<sup>305</sup> Idem, ibidem.

<sup>306</sup> Cf. Idem, pp. 26 e 54.

<sup>307</sup> “Mas só os Estados-nações (sic) mais ricos podem, antes da Segunda Guerra Mundial, escolarizar de forma mais ou menos exaustiva a população. E, mesmo aí, a escola não é o único lugar de educação para o nacional, que se pratica também em todas as actividades de lazer da população.” Thiesse, Anne-Marie (1999), *A Criação das Identidades Nacionais*, Braga, Temas e Debates, p. 236.

## FONTES

*Catálogo da Fábrica de Vidros da Amora*, 1907.

Coelho, Latino (1865), *Catálogo Oficial da Exposição Internacional do Porto*, citado por Martinho, António Manuel Matoso (2006), “A Criação do ensino Industrial em Portugal”, *Máthesis*, (online), 15 (53-81), disponível em: [http://z3950.crb.ucp.pt/biblioteca/Mathesis/Mat15/Mathesis15\\_53.pdf](http://z3950.crb.ucp.pt/biblioteca/Mathesis/Mat15/Mathesis15_53.pdf).

*Diário Ilustrado*, 1890.

*Diário de Notícias*, 1890.

Faria, Manuel Severim de (1977), “As alterações de Évora descritas por Manuel Severim de Faria (1583?-1665?)”, Apêndice Documental Respeitante aos Temas das Epanáforas, I Epanáfora Política, documento nº 1, em MELO, Dom Francisco Manuel de, *Epanáforas de Vária História Portuguesa*, (Introdução e apêndice documental por Joel Serrão), Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Forjaz, Jorge (2002), *Correspondência para o Dr. Eduardo Abreu. Do Ultimato à Assembleia Constituinte (1890-1911)*, Lisboa, Academia Portuguesa de História.

Lobato, Gervásio (11-02-1890), “Cronica Ocidental”, *Occidente*, 13, (401), Lisboa.

“Manifestos do Manuelinho”, Apêndice Documental Respeitante aos Temas das Epanáforas, documento nº 3 (3), em Melo, Dom Francisco Manuel de (1977), *Epanáforas de Vária História Portuguesa*, Lisboa Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Melo, D. Francisco Manuel de (2007), “Alterações de Évora. Anno 1637. Epanaphora Política. Primeira. Escrita a hum Amigo.”, em *Epanáforas de Vária História Portuguesa*, Edição semidiplomática por Evelina Verdelho, Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada (CELGA), Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.

Paixão, Braga (1963), *Cartas Régias Sobre o “Ultimatum”, Separata das «Memórias»*, (Classe de Letras – Tomo VIII), Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa.

Pina, Rui de (s.a.), *Chronica d’elRey D. Duarte*, cap. Xxxix, citado por Godinho, Vitorino Magalhães (2009), *Portugal, a emergência de uma nação (das raízes a 1480)*, s.l., Edições Colibri e Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Pina, Mariano (1890), “Chronica A Pátria”, *A Ilustração*, (4).

Pinto, Basílio Alberto de Sousa, *Lições de Direito Público Constitucional*, 1840, Lição nº 9, p. 21 (igual a [http://www.fd.unl.pt/Default\\_1024.asp](http://www.fd.unl.pt/Default_1024.asp), «Biblioteca Digital»), citado por Silva, Cristina Nogueira da (2010), “Povo e cidadania no século XIX”, em Neves, José (coord.), *Como se faz um povo*, Lisboa, Tinta da China.

Queirós, Eça de (1983), *Correspondência*, Lisboa, II, citado por Ramos, Rui (coord.), Bernardo Vasconcelos Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro (2009), *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros.

## BIBLIOGRAFIA

- Acton, Lord, "Nationality" (1996), em Balakrishnan, Gopal (ed.), *Mapping The Nation*, New York and London, Verso.
- Amaral, Luciano (2011), "Que fazer com a I República", em Amaral, Luciano, *Outubro: A Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*, Lisboa, Edições 70, 2011.
- Baycroft, Timothy (2000), *O nacionalismo na Europa, 1789-1945*, Lisboa, Temas e Debates.
- Belgun, Kirsten (1998), *Audience, Representation, and the Production of Identity in Die Gartenlaube, 1853-1900*, Lincoln and London, University of Nebraska Press.
- Bobbio, Norberto (1989), "Estado-Guerra", *Enciclopédia Einaudi*, 14, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Braga, Teófilo (2010), *História das Ideias Republicanas em Portugal*, Lisboa, Nova Vega.
- Braga, Teófilo (1985), *O Povo Português nos Seus Costumes, Crenças e Tradições*, I, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- Branco, Cecília Schmidt (1891), "O ensino da História", *Revista da Educação e Ensino*, 6, Lisboa, citada por Matos, Sérgio Campos (1990), *História, Mitologia, Imaginário Nacional, A História no Curso Nacional dos Liceus (1895-1939)*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Burdeau, Georges e Pierre-Clément Timbal (s.a.), "Nation", *Encyclopédie Universalis* (online), disponível em <http://www.universalis.fr/encyclopedie/nation-l-idee-de-nation/>
- Cabanel, Patrick (1997), *La question nationale au XIX siècle*, Paris, Éditions la Découverte.
- Cabral, Manuel Villaverde (1979), *Portugal na Alvorada do Século XX, Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1914*, Lisboa, A Regra do Jogo.
- Calhoun, Craig (1997), *Nationalism*, Buckingham, Open University Press.
- Catroga, Fernando (2010), "Em nome da Nação", em Catroga, Fernando e Pedro Tavares de Almeida (coord.), *Res publica: Cidadania e Representação política em Portugal, 1820-1926*, Lisboa, Assembleia da República e Biblioteca Nacional de Portugal.
- Catroga, Fernando (1991), "O Republicanismo em Portugal. Da Formação ao 5 de Outubro de 1910", Coimbra, Faculdade de Letras, citado por Martins, Fernando (2011), "O 5 de Outubro: Anatomia, Natureza e Significado de uma Revolução", em Amaral, Luciano (org.), *Outubro: a Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*, Lisboa, Edições 70.
- Cerezales, Diego Palacios (2010), "O soberano ausente: povo, povos, povinho, os avatares de um sujeito mítico na cultura liberal portuguesa", em Neves, José (coord.), *Como se faz um povo*, Lisboa, Tinta da China.
- Clausewitz, Carl von (2006), *De la Guerre*, Paris, Éditions Perrin, citado por Dias, Carlos Manuel Mendes (2010), *Sobre a Guerra, Política, Estratégia e Tática*, Lisboa, Prefácio.
- Coelho, Maria Teresa Pinto (1996), *Apocalipse e Regeneração, o Ultimatum e a mitologia da Pátria na literatura finissecular*, Lisboa, Edições Cosmos.
- Cortesão, Jaime (1964), *Os factores democráticos na formação de Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, referido por Matos, Sérgio Campos (2002), "História e identidade nacional, A formação de Portugal na historiografia contemporânea", *Lusotopie*.
- Coutinho, Lourenço Pereira (2003), *Do Ultimato à República, Política e Diplomacia nas últimas décadas da Monarquia*, Lisboa, Prefácio.

- Cuesta, Pilar Vasquez (1975), *A Espanha Ante o «Ultimatum»*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Dias, Carlos Manuel Mendes (2010), *Sobre a Guerra, Política, Estratégia e Tática*, Lisboa, Prefácio.
- Diogo, Maria Paula Diogo (2000), “Indústria e engenheiros no Portugal de fins do século XIX: o caso de uma relação difícil”, *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona (Online) 69 (6), disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn-69-6.html>.
- Ferreira, Fátima Sá e Melo (2010), “Do moderno conceito de povo em Portugal: constituição e usos (1807 – 1850)”, em Neves, José (coord.), *Como se faz um povo*, Lisboa, Tinta da China.
- Freeland, Alan (1996), “The People and the Poet: Portuguese National Identity and the Camões Tercentenary (1880)”, em Mar-Molinero, Claire e Angel Smith, *Nationalism and the nation in the Iberian peninsula, competing and conflicting identities*, Washington D.C., Berg.
- Geary, Patrick (2008), *O Mito das Nações, A Invenção do Nacionalismo*, Lisboa, Gradiva.
- Gellner, Ernest (1996), “The Coming of Nationalism and Its Interpretation: The Myths of Nation and Class”, em Balakrishnan, Gopal (ed.), *Mapping The Nation*, New York and London, Verso.
- Godinho, Vitorino Magalhães (2009), *Portugal, a emergência de uma nação (das raízes a 1480)*, s.l., Edições Colibri e Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Godinho, Vitorino Magalhães (1982, Jul.-Dez), “Reflexão sobre Portugal e os Portugueses na sua História”, *Revista de História Económica e Social*, (10), Lisboa, citado por Matos, Sérgio Campos (2002), “História e identidade nacional, A formação de Portugal na historiografia contemporânea”, *Lusotopie*, (online), p. 135, disponível em: <http://lusotopie.cean.org/matos.pdf>
- Guimarães, Samuel Pinheiro (2008), “Nação, nacionalismo, Estado”, *Estudos Avançados*, (Online), 22 (62), disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n62/a10v2262.pdf>.
- Herculano, Alexandre (1983), *Opúsculos*, Lisboa, I, citado por Ramos, Rui (coord.), Bernardo Vasconcelos Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro (2009), *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros.
- Hermet, Guy (1996), *Histoire des Nations et du nationalisme en Europe*, s.l., Éditions du Seuil.
- Hespanha, António Manuel, “A representação orgânica” (2010), em Catroga, Fernando e Pedro Tavares de Almeida, (coord.), *Res publica: Cidadania e Representação política em Portugal, 1820-1926*, Lisboa, Assembleia da República e Biblioteca Nacional de Portugal.
- Hobsbawm, Eric (1992), *Nations et nationalisme depuis 1780, Programme, mythe, réalité*, s.l., Gallimard.
- Homem, Amadeu Carvalho (1985), “Memória Sobre as Causas do Ultimato Inglês de 1890”, *Biblos*, LXI, s.l..
- Hroch, Miroslav (1996), “From National Movement to the Fully-formed Nation: The Nation-building Process in Europe,” em Balakrishnan, Gopal, ed. *Mapping the Nation*, New York and London, Verso.

- Hroch, Miroslav (1985), *Social Preconditions of National Revival in Europe, a Comparative Analysis of the Social Composition of Patriotic Groups among the Smaller European Nations*, (s.l.), Cambridge University Press, referido por Thiesse, Anne-Marie (2000), *A Criação das Identidades Nacionais*, Braga, Temas e Debates.
- Lévy-Strauss (1981), *Mito e Significado*, Lisboa, ed. 70, p. 63, citado por Matos, Sérgio Campos (1990), *História, Mitologia, Imaginário Nacional, A História no Curso Nacional dos Liceus (1895-1939)*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 84.
- “Mare Clausum and Mare Liberum”, *Encyclopaedia Britannica*, 14, England, William Benton, Publisher.
- Mar-Molinero, Clare e Angel Smith (1996), “The Myths and Realities of Nation-Building in the Iberian Peninsula”, em Mar-Molinero, Clare e Angel Smith, *Nationalism and the nation in the Iberian peninsula, competing and conflicting identities*, Washington D.C., Berg.
- Marques, A. H. de Oliveira (1998), *História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Editorial Presença.
- Martins, Fernando, “O 5 de Outubro: Anatomia, Natureza e Significado de uma Revolução”, em Amaral, Luciano (org.), *Outubro: a Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*, Lisboa, Edições 70.
- Martins, Oliveira (1951), *A Inglaterra de Hoje*, Lisboa, Guimarães & C.<sup>a</sup> Editores.
- Martins, Oliveira (1953), *Portugal em África*, Lisboa, Guimarães Editores.
- Matos, Sérgio Campos (2008), *Consciência Histórica e Nacionalismo (Portugal – séculos XIX e XX)*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Matos, Sérgio Campos (1990), *História, Mitologia, Imaginário Nacional, A História no Curso Nacional dos Liceus (1895-1939)*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Matos, Sérgio Campos (2002), “História e identidade nacional, A formação de Portugal na historiografia contemporânea”, *Lusotopie*, (online), disponível em: <http://lusotopie.cean.org/matos.pdf>, acessado em 12 de Janeiro de 2011.
- Matos, Sérgio Campos (1998), *Historiografia e Memória Nacional 1846-1898*, Lisboa, Edições Colibri, 1998.
- Matos, Sérgio Campos (2001), “Republicanism radical e movimento estudantil numa conjuntura de crise (1890-1891)”, em Farinha, António Dias, José Nunes Carreira, e Vítor Serrão (coord.), *Uma vida em história, estudos em homenagem a António Borges Coelho*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa e Editora Caminho.
- Mattoso, José (1991), *Identificação de um País, ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325*, vol. I, Lisboa, Imprensa Universitária, Editorial Estampa.
- Medina, João (Jan.-Jun. 1992), “John Bull and Zé Povinho: the clash between two national stereotypes. A Centennial Remembrance of the 1890 British Ultimatum to Portugal”, *Separata da Revista Islenha*, (10), , Região autónoma da Madeira, Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração, direcção regional dos Assuntos Culturais.
- Modelski, George (April 1978), “The Long Cycle of Global Politics and the Nation-State”, *Comparative Studies in Society and History*, 20, (2).
- Moreira, Carlos Diogo (2007), *Pátria, Identidade e Nação*, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, ISCTE.

- Napier, David (Março 2011), “And Keep your bolt cutters off my bike”, *Le Monde Diplomatique*, (1103), English Edition.
- Oliveira, Pedro Aires de (2011), “A República e a Guerra, 1914-1918”, em Amaral, Luciano (org.), *Outubro: a Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*, Lisboa, Edições 70.
- O Ultimatum Britannico, correspondência expedida e recebida pela Sociedade de Geographia de Lisboa, relativamente ao ultimatum, dirigido ao governo portuguez pelo inglez em 11 de Janeiro de 1890*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1890.
- Quivy, Raymond e Luc Van Campenhoudt (2008), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.
- Reis, Bruno Cardoso (2011), “Da Nova República Velha ao Estado Novo (1919-1930)”, em Amaral, Luciano (org.), *Outubro: a Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*, Lisboa, Edições 70.
- Renan, Ernest (1990), “What is a nation?”, em Bhabha, Homi K. (ed.), *Nation and Narration*, London and New York, Routledge.
- Serrão, Joel (1977), “Introdução”, em Melo (1977), Dom Francisco Manuel de, *Epanáforas de Vária História Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Silva, Álvaro Ferreira da e, Luciano Amaral (2011), “A economia portuguesa na I República”, em Amaral, Luciano, *Outubro: A Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*, Lisboa, Edições 70.
- Silva, Cristina Nogueira da (2010), “Povo e cidadania no século XIX”, em Neves, José (coord.), *Como se faz um povo*, Lisboa, Tinta da China.
- Smith, Anthony D. (1997), *A Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva.
- Teles, Basílio (1968), *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro, Esboço de História Política*, Lisboa, Portugália Editora.
- Teixeira, Nuno Severiano (1990), *Política externa e política interna no Portugal de 1890*, Lisboa, Alfa.
- Thiesse, Anne-Marie (2000), *A Criação das Identidades Nacionais*, Braga, Temas e Debates.
- Valente, Vasco Pulido, “O Liberalismo Português” (2007), em *Revolucionários!, s.l.*, Booknomics.
- Vakil, AbdoolKarim A. (1996), “Nationalising Cultural Politics: Representations of the Portuguese 'Discoveries' and the Rhetoric of Identitarianism, 1880-1926”, em Mar-Moliner, Claire e Angel Smith, *Nationalism and the nation in the Iberian peninsula, competing and conflicting identities* Berg, Washington D.C..
- Winslett, Matthew (2008), *The nadir of alliance: the british Ultimatum of 1890 and its place in anglo-portuguese relations, 1147-1945*, Dissertação de Mestrado em História, Arlington, University of Texas, disponível em: <http://dspace.uta.edu/handle/10106/1093>.

## Sitografia

Almanaque da República, [http://www.republica2010.com/datas/datas\\_ultimatum.php](http://www.republica2010.com/datas/datas_ultimatum.php), 14.03.11

<http://www.escolavirtual.pt/assets/conteudos/downloads/11por/11por1601pdf03.fh11.pdf>,  
12.04.11

[http://www.filatelicamente.online.pt/c001/artigo\\_pdf/revista900\\_1.pdf](http://www.filatelicamente.online.pt/c001/artigo_pdf/revista900_1.pdf), 10.07.11

<http://www.fpc.pt/FPCWeb/docs/20047.pdf>, 10.07.11

[http://www.infopedia.pt/\\$biblioteca-nacional](http://www.infopedia.pt/$biblioteca-nacional), 20.07.11

[http://www.infopedia.pt/\\$joao-das-regras](http://www.infopedia.pt/$joao-das-regras), 17.04.11

[http://www.infopedia.pt/\\$telegrafo-em-portugal](http://www.infopedia.pt/$telegrafo-em-portugal), 10.07.11

<http://www.instituto-camoes.pt/revista/portglbalanc.htm>, 12.04.11

<http://www.mnarteantiga-ipmuseus.pt/pt>  
PT/exposicao%20permanente/obras%20referencia/ContentDetail.aspx?id=213, 20.07.11

<http://www.nationalismproject.org/>, 22.05.11

[http://www.projectopatrimonio.com/viseupedia/documentos/as\\_intervencoes-carlos\\_alves.pdf](http://www.projectopatrimonio.com/viseupedia/documentos/as_intervencoes-carlos_alves.pdf),  
20.07.11

<http://henriquebn.wordpress.com/revisao-da-materia-dada/as-bibliotecas-na-memoria-de-tomas-lino-da-assuncao/>, 20.07.11

<http://mnmachadodecastro.imc-ip.pt/pt-PT/noticias/ContentDetail.aspx?id=1013>, 2, 12.04.2011





## Europass-Curriculum Vitae



### Informação pessoal

Apelido(s) / Nome(s) próprio(s)

Morada(s)

Telefone(s)

Correio(s) electrónico(s)

Nacionalidade

Data de nascimento

Sexo

**Miguel Sérgio Monteiro de Barros**

Rua do Passadiço, nº 90, 2º dto, 1150-255, Lisboa

Telemóvel: 936492607

mmonteirob@gmail.com

Portuguesa

09/12/1964

Masculino

### Experiência profissional

2011

Professor na Escola Secundária de Passos Manuel, em Lisboa.

2006 -2009

Co-autoria de manual escolar para o ensino secundário, Editora ASA.

2006-2011

Membro da direcção da APH (Associação de Professores de História); representante da referida associação em conferências internacionais.

2005-2006 a 2008/2009

Professor na Escola Secundária Dr. Manuel Gomes de Almeida, em Espinho.

2002-2003/ 2003-2004 e 2004-2005

Professor na Escola E B 2, 3 de Fajões

2001-2002

Professor na Escola B 2,3 Engenheiro Manuel Rafael Amaro da Costa em S. Teotónio.

2000-2001

Professor na Escola B 2,3, S de Ourique.

1999-2000

Professor na Escola Secundária de Montemor-o-Novo.

1996-1997

Colaboração em avaliação de pinturas antigas (Holanda). Aulas particulares de português e de cultura portuguesa a estrangeiros.

1995-1996

Professor na Escola Alexandre Herculano em Santarém.

1994-1995

Professor na Escola Secundária de Montejunto, no Cadaval.

1993-1994

Professor na Escola C+S de Soeiro Pereira Gomes em Alhandra.

1992-1993

Professor na Escola Secundária Gago Coutinho em Alverca.

1990-1991

Professor na Escola Secundária Marquês de Pombal, em Lisboa.

Função ou cargo ocupado

Professor; co-autor de manuais escolares.

Principais actividades e responsabilidades

Direcção de turma, coordenação de horários.

Nome e morada do empregador

Escola Secundária Passos Manuel, Agrupamento de Escolas Baixa-Chiado. Travessa do Convento de Jesus – 1249-027 Lisboa.

Tipo de empresa ou sector

Escola Básica e Secundária.

### Educação e formação

2009-2011

Mestrado em História, Defesa e Relações Internacionais

Designação da qualificação atribuída

Principais disciplinas/competências profissionais

Relações Internacionais 1 e 2; História 1 e 2; Defesa e Segurança 1 e 2; Portugal nos Sistemas Internacionais; História Moderna; Relações ibero-americanas; Sistemas Políticos e Relações internacionais; Ciclo de Conferências Multidisciplinares; seminário de Preparação do Projecto.

	Tema de Dissertação (em desenvolvimento): O ultimato de 1890 e o nacionalismo português de fim de século.																																								
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	ISCTE/Academia Militar																																								
Nível segundo a classificação nacional ou internacional	ISCED 5																																								
1991-1992	Ramo de Formação Educacional.																																								
Designação da qualificação atribuída	Média final de 17 valores.																																								
Principais disciplinas/competências profissionais	Organização e desenvolvimento curricular; Introdução às ciências da educação; Psicologia educacional; Didáctica da História; Didáctica e conteúdos programáticos; Estágio																																								
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.																																								
1985-1989	Licenciatura em História.																																								
Designação da qualificação atribuída	Média final de 14 valores.																																								
Principais disciplinas/competências profissionais	Paleografia; Teoria das fontes e problemática do saber histórico; Sociedades, culturas e civilizações pré-clássicas; Sociedades, culturas e civilizações clássicas; História económica e social (sécs. III a XIV); História institucional e política (sécs. III a XIV); História cultural e das mentalidades (sécs. III a XIV); História de Portugal (sécs. IX a XIV); Arqueologia pré-histórica peninsular; História económica e social (sécs. XV a XVIII); História institucional e política (sécs. XV a XVIII); História cultural e das mentalidades (sécs. XV a XVIII); História de Portugal (sécs. XV a XVIII); História dos descobrimentos e expansão portuguesa; História da música; História económica e social (sécs. XVIII a XX); História institucional e política (sécs. XVIII a XX); História cultural e das mentalidades (sécs. XVIII a XX); História de Portugal (sécs. XVIII a XX); Teoria da História e do conhecimento histórico; Disciplina extra-curricular - Paleografia moderna e edições de textos.																																								
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.																																								
<b>Aptidões e competências pessoais</b>																																									
Língua(s) materna(s)	<b>Indique a(s) sua(s) língua(s) materna(s)</b>																																								
Outra(s) língua(s)																																									
Auto-avaliação																																									
<i>Nível europeu (*)</i>																																									
<b>Inglês</b>																																									
<b>Francês</b>																																									
	<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="4">Compreensão</th> <th colspan="4">Conversaço</th> <th colspan="2">Escrita</th> </tr> <tr> <th colspan="2">Compreensão oral</th> <th colspan="2">Leitura</th> <th colspan="2">Interacção oral</th> <th colspan="2">Produção oral</th> <th colspan="2"></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>C2</td> <td>Utilizador experiente</td> <td>C2</td> <td>Utilizador experiente</td> <td>C2</td> <td>Utilizador experiente</td> <td>C2</td> <td>Utilizador experiente</td> <td>C2</td> <td>Utilizador experiente</td> </tr> <tr> <td>C1</td> <td>Utilizador experiente</td> <td>C1</td> <td>Utilizador experiente</td> <td>C1</td> <td>Utilizador experiente</td> <td>C1</td> <td>Utilizador experiente</td> <td>B2</td> <td>Utilizador independente</td> </tr> </tbody> </table>	Compreensão				Conversaço				Escrita		Compreensão oral		Leitura		Interacção oral		Produção oral				C2	Utilizador experiente	C2	Utilizador experiente	C2	Utilizador experiente	C2	Utilizador experiente	C2	Utilizador experiente	C1	Utilizador experiente	C1	Utilizador experiente	C1	Utilizador experiente	C1	Utilizador experiente	B2	Utilizador independente
Compreensão				Conversaço				Escrita																																	
Compreensão oral		Leitura		Interacção oral		Produção oral																																			
C2	Utilizador experiente	C2	Utilizador experiente	C2	Utilizador experiente	C2	Utilizador experiente	C2	Utilizador experiente																																
C1	Utilizador experiente	C1	Utilizador experiente	C1	Utilizador experiente	C1	Utilizador experiente	B2	Utilizador independente																																
	(*) <i>Nível do Quadro Europeu Comum de Referência (CECR)</i>																																								
Aptidões e competências sociais	Capacidade de comunicação escrita e oral; Capacidade de organização e de coordenação.																																								
Aptidões e competências informáticas	Certificado de competências digitais por reconhecimento de percurso formativo, no âmbito do Sistema de Formação e de Certificação em Competências TIC para docentes (Plano Tecnológico Educação).																																								
Carta de condução	A e B.																																								